

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MARCELO AUGUSTO RESENDE

O Teste de Zulliger – estudo psicométrico para concessão de porte de arma de fogo e para  
normatização com adultos de Belo Horizonte (MG).

Belo Horizonte

2016

MARCELO AUGUSTO RESENDE

O Teste de Zulliger – estudo psicométrico para concessão de porte de arma de fogo e para normatização com adultos de Belo Horizonte (MG).

Tese apresentada ao Departamento de Psicologia, programa de Doutorado em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

**Área de concentração:** Desenvolvimento Humano

**Linha de pesquisa:** Diferenças Individuais

**Orientadora:** Profa. Dra. Elizabeth do Nascimento

**Co-orientadora:** Profa. Dra. Sônia Regina Pasian

Belo Horizonte

2016

Dedico este trabalho a todos que aceitaram participar desta pesquisa, abrindo um espaço no seu dia para responder o que viam nos cartões de mancha de tinta. Sem a colaboração de vocês seria impossível tanto chegar aos resultados alcançados quanto poder criar parâmetros para o processo de concessão de porte de arma de fogo e de estabelecimento de normas relativas aos adultos da região metropolitana de Belo Horizonte, a serem usadas pelos profissionais da avaliação psicológica que utilizam o teste de Zulliger nesta região.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus tios, Heloisa Maria Ribeiro de Resende Alves (in memoriam) e Jorge Affonso de Resende Alves, que me acolheram como filho e sempre me incentivaram a enfrentar os desafios.

À minha família: Márcia, Eduardo e Alex, e aos meus irmãos, Beth, Ricardo, Saulo e Cristina, pelo apoio durante o doutorado;

Às organizações que abriram suas portas para que o pesquisador e sua equipe pudessem coletar dados: Academia de Polícia Militar, Centro de Saúde Maria Goretti, Clube da Maturidade, Clube dos Oficiais, Clube Recreativo Mineiro, Escola Municipal Dom Orione, Fundação Metodista de Ação Cultural e Social, Grupo Clicar, Paróquia Maria Mãe dos Pobres, Polícia Militar de Minas Gerais, PUC MINAS São Gabriel e Sociedade de São Vicente de Paulo;

Aos colegas da PMMG e BMMG que me ajudaram com a indicação de casos e de bibliografias relacionadas ao tema desta pesquisa, além de consultorias sobre o SPSS;

A todos os participantes desta pesquisa que aceitaram o convite para responder ao teste, muitas vezes nos recebendo em suas casas;

Aos psicólogos que contribuíram com os protocolos aqui apresentados e aos que aceitaram o convite de serem juízes nos estudos realizados;

À minha equipe de pesquisa que esteve presente durante a fase de aplicação e de codificação dos casos, unindo forças para que conseguíssemos alcançar os objetivos propostos;

Ao Éder Moreira Raimundo pela ajuda com as digitalizações das respostas e formatação do esboço do atlas das localizações;

À minha orientadora, Dra. Elizabeth do Nascimento, pela valiosa orientação, acolhimento, incentivo e parceria neste trabalho;

À minha co-orientadora, Dra. Sônia Regina Pasian, pelas contribuições durante a elaboração da tese;

Aos professores: Dra. Alzira Schueller Barbosa Pereira da Silva (in memoriam), Dr. André Jacquemin e Dra. Íris Barbosa Goulart pelo incentivo à formação acadêmica e pesquisa;

Aos professores que aceitaram gentilmente o convite de fazerem parte desta banca;

À Pontifícia Universidade Católica (PUC) pelo auxílio dado por meio do Programa Permanente de Capacitação Docente (PPCD) e Fundo de Incentivo à pesquisa (FIP);

À Clínica de Psicologia e ao Laboratório de Avaliação Psicológica (LABAP) da PUC MINAS São Gabriel pelo empréstimo de material e salas para aplicação e correção dos protocolos;

Ao Centro Editor de Testes e Pesquisas em Psicologia por fornecer as folhas de localização do teste de Zulliger utilizadas na pesquisa;

E a todos que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para o sucesso desta pesquisa.

## RESUMO

Resende, M. A. (2016). *O Teste de Zulliger – estudo psicométrico para concessão de porte de arma de fogo e normatização com adultos de Belo Horizonte (MG)*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Este trabalho teve como objeto de estudo o Teste de Zulliger (Z-Teste), frequentemente utilizado em avaliações psicológicas para diversos fins. A tese foi constituída dos resultados alcançados em dois eixos de investigação: a utilização desse teste na avaliação psicológica para a concessão do porte de arma de fogo; e a sua normatização para adultos residentes na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), segundo a abordagem de correção e interpretação denominada atualmente como “Escola de Paris”. A pesquisa engloba cinco estudos que visaram responder aos seguintes objetivos propostos: identificar os indicadores de aptidão/inaptidão mais frequentes em protocolos já analisados para obtenção de porte de arma de fogo; levantar evidências de validade de conteúdo relativo aos indicadores de aptidão/inaptidão por psicólogos especialistas; levantar evidências de validade de critério para a obtenção de porte de arma de fogo; estabelecer norma com amostra da população adulta da região metropolitana de Belo Horizonte; e estimar a precisão por meio dos procedimentos de teste-reteste e concordância entre juízes. O estudo 1 permitiu constatar 12 indicadores de aptidão/inaptidão frequentemente identificados em grupos de pessoas consideradas aptas e inaptas ao porte de arma de fogo. O estudo 2 ampliou a lista para 21 indicadores que poderiam ser utilizados numa avaliação com o teste de Zulliger. Esta nova lista foi submetida à aprovação de especialistas sobre a relevância de cada um dos indicadores. Constatou-se que todos os indicadores listados foram relevantes. Além disso, foi sugerida a inclusão de mais dois, chegando-se à lista final com 23 indicadores. O estudo 3 buscou evidências de validade de critério do Teste de Zulliger em avaliações para concessão do porte de arma de fogo. Constatou-se uma concordância significativa de 86% de frequência média de acertos ao se comparar os pareceres dados pelos juízes e a situação funcional do policial de estar ou não armado. O estudo 4 possibilitou o levantamento de referenciais normativos referente à população da região metropolitana de Belo Horizonte para o Teste de Zulliger, segundo o sistema de correção Escola de Paris. O estudo 5 verificou a precisão do Teste de Zulliger através do teste-reteste e precisão entre quatro juízes especialistas em avaliação psicológica. Os resultados alcançados demonstraram correlações significativas de confiabilidade do instrumento. Conclui-se que o teste de Zulliger é um instrumento capaz de oferecer indicadores de aptidão ao psicólogo responsável pela concessão do porte de arma de fogo e apresenta referenciais normativos na Escola de Paris para serem usadas em avaliações psicológicas com a população metropolitana de Belo Horizonte.

**Palavras-chave:** Avaliação Psicológica, Teste de Zulliger, Escola de Paris, Indicadores de Aptidão, Porte de Arma de Fogo.

## ABSTRACT

Resende, M. A. (2016). The Zulliger test - psychometric study for firearm possession permit and standardization with adult Belo Horizonte (MG). (Doctoral thesis). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

The objective of this work was to study the object Zulliger test (Z-test), often used in psychological assessments for various purposes. The thesis was proposed using results achieved in two research areas: the use of this test in granting firearm possession and its standardization for adult residents in the metropolitan area of Belo Horizonte (MG), according to the correction interpretation approach currently referred to as "School of Paris". The research includes five studies aimed at addressing the following proposed objectives: to identify the fitness/unfitness indicators more frequently used in protocols already analyzed to obtain firearms possession; collect evidence of content validity on the fitness/ unfitness indicators by specialist psychologists; to gather criterion validity evidence to obtain a firearm possession; establish a test standard with sample of the adult population of the metropolitan region of Belo Horizonte; and estimate accuracy by means of test-retest procedures and agreement between judges. The first study found 12 fitness/unfitness indicators often identified in groups of people considered suitable and unsuited to firearm possession. The second study expanded the list to 21 indicators that could be used in an evaluation with the Zulliger test. This new list was submitted to the approval of experts on the relevance of each of the indicators. It was found that all listed indicators were relevant. Furthermore, the inclusion of two additional indicators was suggested, reaching the final list of 23 indicators. The third study searched for evidence of the Zulliger Test criterion validity of reviews for granting firearm possession. We found a significant concordance of 86% average rate of correct answers when comparing the opinions given by the judges and the functional status of the police to be armed or not. The fourth study allowed the gathering of normative references regarding the population of the metropolitan region of Belo Horizonte for Zulliger test, according to the correction system "School of Paris". The final study found the Zulliger test to be accurate, through the test-retest reliability and accuracy of four expert judges in psychological evaluation. The results showed significant reliable correlations. It is concluded that the Zulliger test is an instrument able to offer fitness indicators the psychologist responsible for the granting of firearm possession and presents normative references in the "School of Paris" for use in psychological assessments with the metropolitan population of Belo Horizonte.

Keywords: Psychological Assessment, Zulliger Test, School of Paris, Fitness Indicators, Firearm Possession.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Respostas populares segundo Vaz (2002)	45
Tabela 2	Dados normativos segundo Vaz (2002)	46
Tabela 3	Respostas populares segundo Villemor-Amaral e Primi (2009)	47
Tabela 4	Grupo de não pacientes (N=220) segundo Villemor-Amaral e Primi (2009)	48
Tabela 5	Grupo de não pacientes universitários (N=170) segundo Villemor-Amaral e Primi (2009)	48
Tabela 6	Grupo de pacientes (N=85) segundo Villemor-Amaral e Primi (2009)	49
Tabela 7	Respostas populares segundo Guerra (1977)	50
Tabela 8	Dados normativos segundo Guerra (1977)	51
Tabela 9	Respostas populares segundo Freitas (1996)	52
Tabela 10	Dados normativos segundo Freitas (1996)	53
Tabela 11	Respostas populares segundo Candiani e Candiani (2004)	54
Tabela 12	Dados normativos segundo Candiani e Candiani (2004)	55
Tabela 13	Indicadores de aptidão e seu significado	70
Tabela 14	Frequência dos indicadores presentes nos protocolos analisados	78
Tabela 15	Diferença entre médias dos indicadores de aptidão	79
Tabela 16	Indicadores de aptidão com referência no Zulliger segundo Vaz (2002)	84
Tabela 17	Relevância dos indicadores para os juízes	86
Tabela 18	Grau de Relevância e CVC dos indicadores de aptidão	87
Tabela 19	Parecer de aptidão/inaptidão pelos juízes	95
Tabela 20	Coeficiente Fleiss Kappa dos indicadores de aptidão	97
Tabela 21	Distribuição da população segundo o Censo 2010- tabela 3540	104
Tabela 22	Distribuição da amostra nas variáveis: idade, gênero e escolaridade	105
Tabela 23	Distribuição homogênea da amostra (N=650)	105

Tabela 24	Estatística descritiva da produtividade no Zulliger	110
Tabela 25	Expectativas normativas (N=650)	111
Tabela 26	Frequência das localizações e determinantes em diversas pesquisas com o teste de Zulliger	117
Tabela 27	Tipo de Ressonância Íntima	119
Tabela 28	Tipo vivencial secundário	119
Tabela 29	Frequência dos conteúdos A e H em diversas pesquisas com o teste de Zulliger	120
Tabela 30	Respostas banais segundo pesquisa atual	121
Tabela 31	Frequência das respostas banais	122
Tabela 32	Respostas banais ou populares do cartão I em diversas pesquisas com o teste de Zulliger	123
Tabela 33	Respostas banais ou populares do cartão II em diversas pesquisas com o teste de Zulliger	124
Tabela 34	Respostas banais ou populares do cartão III em diversas pesquisas com o teste de Zulliger	125
Tabela 35	ICC e intervalo de confiança no teste-reteste	137
Tabela 36	ICC e intervalo de confiança da análise entre juízes	139

## LISTA DE ABREVIACOES

ANP	Academia Nacional de Polícia
APM	Academia de Polícia Militar
Ban	Banal
BM	Bombeiro Militar
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CFO	Curso de Formao de Oficiais
COP	Colégio Oficial de Psicólogos
CRAF	Certificado de Registro de Arma de fogo
CVC	Coeficiente de Validade de Conteúdo
D	Detalhe frequente
Dd	Detalhe incomum
EMPA	Escala Motivacional para o Porte de Arma
F+	Forma bem vista
F-	Forma mal vista
F+-	Forma imprecisa
GC	Grupo Controle
GPA	Grupo de candidatos ao Porte de Arma
GPR	Grupo de Presidirios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	Coeficiente de Correlao Intraclasse
IRS	International Rorschach Society
PF	Polícia Federal
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PUC RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SATEPSI	Sistema de Avaliao dos Testes Psicológicos
SINARM	Sistema Nacional de Armas
SFIDT	Serviço de Fiscalizao da Importao, Depósito e Tráfego de produtos Controlados pelo Ministério de Guerra
SPSS	Statistical Package for Social Sciences
TAT	Teste de Apercepo Temática
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TPB	Treinamento Policial Básico

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Avaliação psicológica.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2 O Teste de Zulliger.....</b>	<b>25</b>
<b>2.3 Escola de Paris de correção do Zulliger.....</b>	<b>31</b>
2.3.1 <i>As codificações na Escola de Paris.....</i>	34
2.3.1.1 <i>localização.....</i>	35
2.3.1.2 <i>determinante.....</i>	36
2.3.1.3 <i>conteúdo.....</i>	38
2.3.1.4 <i>banalidade.....</i>	41
2.3.2 <i>tipos de vivência afetiva.....</i>	41
2.3.2.1 <i>tipo de ressonância íntima.....</i>	42
2.3.2.2 <i>fórmula complementar.....</i>	43
<b>2.4 Normatização do Teste de Zulliger no Brasil.....</b>	<b>44</b>
2.4.1 <i>Normatização do sistema Klopfer através de Vaz (2002).....</i>	44
2.4.2 <i>Normatização do sistema compreensivo através de Villemor-Amaral e Primi (2009).....</i>	46
2.4.3 <i>Normatização do sistema Beck através de Guerra (1977).....</i>	49
2.4.4 <i>Normatização do sistema Silveira através de Freitas (1996).....</i>	51
2.4.5 <i>Normatização do sistema francês através de Candiani e Candiani (2004).....</i>	54
<b>2.5 Avaliação psicológica para concessão do porte de arma de fogo .....</b>	<b>55</b>
2.5.1 <i>Porte de arma de fogo no Brasil.....</i>	56
2.5.2 <i>Porte de arma de fogo no exterior.....</i>	64
<b>2.6 Indicadores de aptidão ao porte de arma de fogo .....</b>	<b>67</b>
<b>3. ESTUDO 1: Identificação dos indicadores de aptidão/inaptidão mais frequentes..</b>	<b>73</b>
<b>3.1 Objetivos.....</b>	<b>74</b>
3.1.1 <i>Objetivo geral.....</i>	74
3.1.2 <i>Objetivos específicos.....</i>	74
<b>3.2 Método .....</b>	<b>74</b>
3.2.1 <i>Participantes.....</i>	74
3.2.2 <i>Instrumentos.....</i>	74
3.2.3 <i>Procedimentos.....</i>	76
3.2.4 <i>Análise dos dados.....</i>	76
<b>3.3 Resultados .....</b>	<b>77</b>
<b>3.4 Discussão .....</b>	<b>79</b>
<b>4. ESTUDO 2: Evidências de validade de conteúdo relativas aos indicadores de aptidão</b>	<b>81</b>
<b>4.1 Objetivos.....</b>	<b>82</b>
4.1.1 <i>Objetivo geral.....</i>	82
4.1.2 <i>Objetivos específicos.....</i>	82
<b>4.2 Método.....</b>	<b>82</b>
4.2.1 <i>Participantes.....</i>	82
4.2.2 <i>Instrumentos.....</i>	82
4.2.3 <i>Procedimentos.....</i>	85
4.2.4 <i>Análise dos dados.....</i>	85

<b>4.3 Resultados.....</b>	<b>86</b>
<b>4.4 Discussão.....</b>	<b>88</b>
<b>5. ESTUDO 3: EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DE CRITÉRIO .....</b>	<b>91</b>
<b>5.1 Objetivos.....</b>	<b>92</b>
5.1.1 Objetivo geral.....	92
5.1.2 Objetivos específicos.....	92
<b>5.2 Método.....</b>	<b>92</b>
5.2.1 Participantes.....	92
5.2.2 Instrumentos.....	93
5.2.3 Procedimentos.....	93
5.2.4 Análise dos dados.....	95
<b>5.3 Resultados.....</b>	<b>95</b>
<b>5.4 Discussão.....</b>	<b>98</b>
<b>6. ESTUDO 4: NORMATIZAÇÃO DE AMOSTRA DA POPULAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BH .....</b>	<b>102</b>
<b>6.1 Objetivos.....</b>	<b>103</b>
6.1.1 Objetivo geral.....	103
6.1.2 Objetivos específicos.....	103
<b>6.2 Método.....</b>	<b>103</b>
6.2.1 Participantes.....	103
6.2.2 Instrumentos.....	106
6.2.3 Procedimentos.....	106
6.2.4 Análise dos dados.....	108
<b>6.3 Resultados.....</b>	<b>109</b>
<b>6.4 Discussão.....</b>	<b>126</b>
<b>7. ESTUDO 5: PRECISÃO DO TESTE DE ZULLIGER.....</b>	<b>133</b>
<b>7.1 Objetivos.....</b>	<b>134</b>
7.1.1 Objetivo geral.....	134
7.1.2 Objetivos específicos.....	134
<b>7.2 Método.....</b>	<b>134</b>
7.2.1 Participantes.....	134
7.2.2 Instrumentos.....	135
7.2.3 Procedimentos.....	135
7.2.4 Análise dos dados.....	136
<b>7.3 Resultados.....</b>	<b>137</b>
<b>7.4 Discussão.....</b>	<b>141</b>
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>
<b>APÊNDICE 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....</b>	<b>157</b>
<b>APÊNDICE 2 - Questionário socioeconômico e de saúde.....</b>	<b>158</b>
<b>APÊNDICE 3 – Questionário sobre indicadores de aptidão.....</b>	<b>160</b>
<b>APÊNDICE 4 – Carta de apresentação da pesquisa.....</b>	<b>166</b>
<b>APÊNDICE 5 – Lista de indicadores de aptidão no Zulliger.....</b>	<b>167</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Este trabalho teve como objeto de estudo o Teste de Zulliger (Z-Teste), frequentemente utilizado em avaliações psicológicas para diversos fins. A tese foi constituída a partir de resultados alcançados em dois eixos de investigação: a utilização desse teste na avaliação psicológica para a concessão do porte de arma de fogo; e a sua normatização para adultos residentes na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), segundo a abordagem de correção e interpretação, denominada atualmente como “Escola de Paris”.

Segundo pesquisa realizada por Noronha, Primi e Alchieri (2005), os testes mais usados pelos psicólogos brasileiros para subsidiarem suas avaliações eram os seguintes: Rorschach, Zulliger e Teste de Apercepção Temática (TAT). A Polícia Federal (PF) também sugere que um dos instrumentos da bateria de testes e técnicas da avaliação psicológica para porte de arma de fogo seja o Zulliger (Polícia Federal, 1998). Em pesquisa realizada com psicólogos mineiros, credenciados da Polícia Federal para subsidiar o parecer de aptidão para uso de arma de fogo, o Zulliger foi um dos testes mais indicados e usados por estes profissionais (Resende, 2008). Segundo Pellini (2014), em recente pesquisa realizada pelos psicólogos da Polícia Federal, esse instrumento aparece entre os oito testes mais utilizados pelos credenciados neste tipo de avaliação. Rafalski e Andrade (2015), ao tratarem da formação e prática dos psicólogos credenciados da PF no estado do Espírito Santo, chegaram ao mesmo resultado, sendo o Teste de Zulliger um dos mais utilizados nas baterias de avaliação para concessão do porte de arma de fogo, ficando atrás apenas do PMK e do Palográfico.

A preferência pelo Zulliger entre psicólogos parece se associar a fatores como simplicidade, facilidade de aceitação pelas pessoas, por não ser diretivo (liberdade para responder à vontade), relativamente econômico, com aplicação e interpretação rápidas,

possibilitando o emprego coletivo. Além disso, os resultados derivados desse teste oferecem sinais sobre características importantes da personalidade do indivíduo, além de ser uma técnica útil para diferentes áreas de atuação da psicologia, como na segurança - pública ou privada - em que a pessoa irá portar e manejar uma arma de fogo (Siminovich, 2012).

A avaliação psicológica para concessão do porte de arma de fogo tem por finalidade verificar se a pessoa possui características compatíveis para o trabalho armado ou posse e manuseio pelos civis. Cabe ao psicólogo prestar esta função avaliativa levando em consideração a própria capacitação profissional e os preceitos da ética (CFP, 2008). Esse processo avaliativo pretende, mais do que predizer o risco de sofrer ou produzir conflitos ou acidentes, identificar as dimensões psicológicas relevantes para um manejo adequado do porte e manuseio do armamento. A cultura da segurança se efetiva por meio de ações preventivas, não bastando ações interventivas posteriores a um inadequado desempenho do uso da arma de fogo (Toledo, Montoro & Civera, 2005). Corroborando essa prevenção, o Sistema Nacional de Armas (SINARM), por meio da lei federal nº 9437 de 20/02/97, tornou obrigatória a avaliação psicológica para o candidato que deseja obter porte de arma de fogo, objetivando diminuir o número de ocorrências de má utilização dessa arma por pessoas despreparadas ou inabilitadas (Brasil, 1997), apesar da ausência recorrente de um perfil psicológico pré-definido, embasado empiricamente.

A necessidade de segurança, segundo Rico (1992), tem sido sempre uma das principais molas propulsoras da vida social organizada. A segurança pessoal de seus familiares e do patrimônio é uma preocupação constante dos cidadãos nesses tempos de violência. Buscando dar maior proteção e garantir uma maneira de fazer frente a eventuais ameaças, muitos adquirem o armamento pessoal como forma de defesa quanto a um possível confronto. Esta situação também não é diferente com os militares inativos das forças armadas (Polícias e Exército) que, com a reforma ou reserva remunerada, se sentem

desprotegidos sem a arma de fogo da instituição (Exército Brasileiro, 2009; PMMG, 2008; Resende, 2011). No entanto, muitas pessoas tornam-se protagonistas ou vítimas de atrocidades, pelo uso indevido de arma de fogo. Motivações diversas como insegurança, distúrbios psíquicos, histórico de *bullying* na infância, desestruturação familiar, acesso de raiva, frustração, problema sócio-econômico, desentendimento no trânsito, desilusão amorosa, preconceito, envolvimento com drogas e angústia severa podem levar a atos de violência seguidos de morte (Borges & Alencar, 2006; Sá & Werlang, 2007; Sachsida, Mollick & Mendonça, 2009; Szwarcwald & Castilho, 1998; Zunino, Souza & Lauritzen, 2008) que chocam a população e são amplamente divulgadas pela mídia. “O atirador do cinema”, como ficou conhecido o universitário de 38 anos que disparou contra a platéia durante a sessão, matando três pessoas em um shopping de São Paulo, em 1999; a chacina na escola em Realengo, em 2011 no Rio de Janeiro, em que um ex-aluno de 23 anos mata 12 pessoas e comete suicídio; o assassinato da família Pesseghini, pelo filho adolescente de policiais militares em São Paulo que, em 2013, com a arma da mãe, matou os pais, a avó e a tia-avó; o militar do Exército em Belo Horizonte, que, em 2013, durante o serviço, comete suicídio com a arma da instituição; e o policial militar mineiro que, após o término de um relacionamento amoroso, mata o companheiro e suicida-se, em 2014, são alguns exemplos de tragédias devido ao uso de arma de fogo. Isso se transforma em alerta para o perigo de se ter uma arma de fogo, dos cuidados na guarda e na conservação deste material, e da necessidade de avaliação psicológica, detalhada e ética, a respeito de quem irá portar armamento.

No Brasil, todas as pessoas que buscam se armar, seja no meio civil ou militar, têm que se submeter a uma avaliação psicológica para verificação de sua aptidão para porte e manuseio de uma arma de fogo (CFP, 2008). Na prestação desta avaliação, o Código de Ética da Psicologia (CFP, 2005) estabelece princípios e normas sobre a prática do psicólogo,

que deve se pautar pelo respeito ao ser humano e a seus direitos fundamentais. Cabe ao psicólogo atuar com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, e assumir responsabilidade somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente; podendo lançar mão de ferramentas, como testes psicológicos de uso privativo dos profissionais da psicologia.

Para operacionalização adequada da atividade deste profissional, o Conselho Federal de Psicologia mantém atualizadas as resoluções que orientam a prática profissional. No cenário atual da avaliação psicológica destacam-se as Resoluções nº 002/2003 e 005/2012 (CFP, 2003, 2012) que exigem a apresentação de evidências teóricas e empíricas sobre a legitimidade da interpretação dos resultados gerados por um teste psicológico. Isso significa que eles precisam ter boas qualidades psicométricas (evidências de validade e precisão, bem como normas) para que seu uso seja considerado favorável (Pasquali, 1999).

Afinal, como decidir ou sugerir intervenções na vida de determinado indivíduo, sem a certeza de que o que foi encontrado como resultado de um processo de avaliação psicológica é, efetivamente, representativo daquele indivíduo? A qualidade dos instrumentos utilizados e a qualificação do profissional são fatores que contribuem para essa garantia. Assim, a utilização de testes como o Zulliger, para a avaliação psicológica a fim da obtenção de porte de arma de fogo, deve apresentar condições necessárias para esta finalidade e, portanto, novos estudos são imprescindíveis para que a área de segurança seja adequada e eficazmente atendida.

A análise e a interpretação dos resultados do teste de Zulliger se fazem a partir de uma codificação das respostas, com base em um sistema teórico específico. No geral, envolve as seguintes categorias avaliativas: localização, determinante, conteúdo e banalidade. Para esta classificação torna-se também necessário possuir referenciais normativos para a correta interpretação das respostas, devendo-se recorrer a dados atualizados, baseados em

pesquisas com indivíduos de características semelhantes em termos etários e sócio-culturais. Hoje, em Minas Gerais, utiliza-se como principal referência normativa do Teste de Zulliger a publicação de Vaz (2002), fruto de pesquisa com a população da região Sul, principalmente da cidade de Porto Alegre (RS). Esta foi a primeira normatização considerada favorável pelo CFP. Observa-se, no entanto, que o referido atlas não seria o mais indicado para se avaliar a população mineira, haja vista que a amostra é sulista. Muitos anos se passaram depois dessa pesquisa de Vaz (2002), o que também pode alterar os resultados obtidos nas codificações atuais. Deve-se ainda adicionar que Vaz (2002) abordou estritamente os resultados para a aplicação coletiva do Zulliger, não sendo esta a referência mais indicada quando se trata de exames individualizados.

Estudos realizados por Augras (1969) com o teste de Rorschach no Rio de Janeiro, corroboram esta afirmação, uma vez que várias percepções diante dos cartões daquela época (1969) mudaram substancialmente, se comparadas à pesquisa de Sônia Pasion com o mesmo teste em 1998, com amostra de Ribeirão Preto. Adrados (1990) adverte que, ao se usarem normas de outros países, estamos expostos a tirar conclusões falsas e, mesmo no nosso país, pelo fato da amplitude territorial e influência de raças diferentes, de estado para estado, as percepções comuns de uma região, não são extensíveis ao resto da população brasileira. Exemplo claro desta questão é a percepção de folha de plátano (árvore comum no Rio Grande do Sul) no detalhe do primeiro cartão ou diapositivo, considerada uma resposta banal<sup>1</sup> para a população do Sul. Os mineiros, no entanto, não têm essa mesma percepção, conforme experiência pessoal com o teste de Zulliger nessa população.

Segundo levantamento feito por Pasion (1998), dos estudos normativos considerados favoráveis pelo CFP, realizados no Brasil com adultos, utilizando o Rorschach ou o Zulliger, nenhum foi feito em Minas Gerais. Assim, torna-se fundamental um estudo normativo

---

<sup>1</sup> Resposta banal = indica adaptação à realidade e ao pensamento coletivo, onde o sujeito está inserido (Vaz, 2002).

atualizado para criar um atlas de referência da região metropolitana de Belo Horizonte, a ser usado pelos profissionais da avaliação psicológica que utilizam o Z-teste nesta região.

Uma vez justificada a importância do estudo normativo do teste de Zulliger, faz-se necessário saber se ele de fato é um teste que contribui para a avaliação psicológica daqueles que buscam o armamento. Algumas críticas têm sido feitas em relação à precisão e à validade de testes de personalidade em avaliações psicológicas, uma vez que nem sempre é encontrada uma relação empiricamente fundamental entre o construto avaliado e o desempenho no trabalho e por não haver investigações com públicos alvo específicos (Thadeu, Ferreira & Faiad, 2012). Nesse sentido, é preciso buscar evidências de validade de critério que, segundo Anastasi (1977), indica a efetividade de um teste para predizer o comportamento de um indivíduo em situações específicas. No presente estudo, isso significa levantar evidências sobre o quanto o teste de Zulliger proporciona informações que permitem discriminar indivíduos que podem portar e manusear uma arma de fogo.

Pesquisas realizadas utilizando o Teste de Zulliger em diferentes categorias profissionais, como a de policiais do Rio Grande do Sul (Siminovich et al., 1998) e como a de motoristas no Recife (Neves, 2002), reforçam a importância desse instrumento como indicador de características específicas de personalidade destas categorias de trabalhadores. Além disso, o Teste se apresentou como revelador de adoecimento gradual com o passar dos anos, em parte da amostra examinada por essas pesquisadoras.

Alguns pesquisadores buscaram levantar indicadores nos resultados obtidos na avaliação psicológica que pudessem contribuir para um parecer de aptidão, utilizando testes diversos. Pellini (2000) traçou algumas características que o indivíduo deverá apresentar para portar uma arma, por meio de estudos de casos utilizando o teste de Rorschach na abordagem de Anibal Silveira. Pellini (2006) trabalhou com este mesmo teste comparando amostras de um grupo de presidiários (GPR), um grupo de candidatos ao porte de arma

(GPA) - como guardas civis, e um grupo controle (GC) - com o objetivo de levantar indicadores de maturidade emocional para porte de arma de fogo. Caneda e Teodoro (2010), visando ao desenvolvimento e à investigação de propriedades psicométricas de um instrumento diretamente voltado para o porte de arma de fogo, realizaram uma pesquisa com a Escala Motivacional para Porte de Arma (EMPA). A partir de escalas existentes na literatura internacional e grupos focais com civis e militares do Rio Grande do Sul, estes pesquisadores concluíram que o instrumento demonstrou índices de validade e fidedignidade adequados com possibilidade de ser utilizado em avaliação para porte de arma de fogo.

Caneda e Teodoro (2012) concluíram que as pesquisas sobre avaliação para porte de arma de fogo são escassas, denotando um campo carente da atenção científica, inclusive em relação aos instrumentos psicológicos utilizados para esta finalidade. Sobre o teste de Zulliger, especificamente voltado para avaliação psicológica para concessão de porte de arma no Brasil, alguns estudos empíricos foram localizados e descritos a seguir, segundo a ordem cronológica das publicações (Castro, 2013; Gonçalves & Gomes, 2007; Resende, 2008, 2013; Siminovich, 2008, 2012).

Gonçalves e Gomes (2007) em um estudo com este teste em funcionárias públicas do Nordeste, candidatas ao porte de arma, enfatizaram a importância da visão do todo como um dos fatores de aptidão. Siminovich (2008), em pesquisa com policiais no Rio Grande do Sul, alertou para aspectos da personalidade como descontrole da agressividade e das emoções, impulsividade, ansiedade, falta de flexibilidade e transtornos de personalidade como fatores de inaptidão. Resende (2008), em pesquisa realizada com psicólogos mineiros credenciados pela Polícia Federal, concluiu que para estes profissionais os indicadores mais importantes para a concessão do porte de arma eram os seguintes: controle da agressividade, da impulsividade e das emoções, além de boa adaptação social. Siminovich (2012), baseada em sua experiência profissional, afirma ser fundamental o uso de técnicas projetivas em

avaliações na área de segurança e em concursos públicos, como Rorschach, Pfister, Zulliger, TAT e HTP, pois elas fornecem ao psicólogo uma compreensão mais integrada do candidato, como também indicadores de psicopatologias incapacitantes. Através da prática em área de segurança pública e em serviços prestados a uma empresa de transporte de valores na região do Rio Grande do Sul, esta pesquisadora verificou a importância dos bons resultados obtidos com a aplicação de uma técnica projetiva: no caso, o Zulliger.

Castro (2013) fez estudo do caso de um inspetor de segurança de uma empresa de Belo Horizonte (MG) que, ao renovar o seu porte de arma, foi considerado inapto na entrevista psicológica e no teste de Zulliger, em função de vários indicadores presentes na avaliação como desadaptação ao pensamento coletivo (ausência de respostas populares), ansiedade elevada, rigidez (F% elevado), obsessividade (número de respostas elevado, número de respostas de detalhe (Dd) elevado e presença de detalhe inibitório) e bloqueio emocional (ausência de respostas determinadas pela cor). Essa profissional ressaltou a importância dos testes para embasar o parecer do psicólogo quando se trata de armar ou não um indivíduo. Resende (2013) enfatizou a importância de vários indicadores no teste de Zulliger que devem ser levados em consideração, tais como adaptação à realidade (presença de respostas populares ou banais), controle emocional ( $FC > C + CF$ ), adaptação e maturidade social (através da presença de respostas humanas ( $H > (H) + (Hd) + Hd$ ), controle racional (determinante forma) e juízo crítico (determinante forma frequentemente vista), entre outros.

Percebe-se pelos estudos citados que o teste de Zulliger tem sido reconhecido pelos psicólogos como um instrumento de grande utilidade na avaliação psicológica para concessão de porte de arma de fogo. Ele fornece vários indicadores de aptidão e de inaptidão, que contribuem para embasar o parecer desses profissionais. No entanto, alguns questionamentos podem ser levantados a respeito desse processo: - Quais indicadores do teste de Zulliger

podem ajudar os profissionais nesta tomada de decisão? - Alguns indicadores podem ser mais relevantes do que outros? e - Este teste é capaz de diferenciar indivíduos aptos e inaptos? Diante desta realidade, constata-se que pouco foi feito para sistematizar a correção deste instrumento, para a finalidade da concessão do porte de arma.

O que tem sido notado por este pesquisador, na sua experiência profissional, é que os psicólogos desta área fazem suas avaliações baseadas em critérios que eles julgam mais adequados e, muitas vezes estes critérios não são corroborados por outros examinadores. Isso demonstra a carência de referências científicas que possam respaldar estes exames.

Diante do exposto, a presente pesquisa engloba cinco estudos com o teste de Zulliger que visaram responder aos seguintes objetivos propostos:

- 1) identificar os indicadores de aptidão/inaptidão mais frequentes em protocolos já analisados para obtenção de porte de arma de fogo;
- 2) levantar evidências de validade de conteúdo relativo aos indicadores de aptidão/inaptidão por psicólogos especialistas;
- 3) levantar evidências de validade de critério para a obtenção de porte de arma de fogo;
- 4) estabelecer normas com amostra da população adulta da região metropolitana de Belo Horizonte;
- 5) estimar a precisão por meio dos procedimentos de teste-reteste e concordância entre juízes.

A composição desta tese iniciou-se com uma fundamentação teórica sobre a avaliação psicológica e mais especificamente sobre o teste de Zulliger como instrumento capaz de dar subsídios ao psicólogo para embasar o parecer de aptidão para o porte e manuseio de arma de fogo. Posteriormente foram apresentados os cinco estudos propostos com o teste de Zulliger,

seguidos das considerações finais sobre o trabalho realizado, contemplando as descobertas, as limitações e as propostas futuras de investigação.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Buscando aprofundar conceitos-chaves, optou-se por dividir a fundamentação teórica em subtópicos, iniciando pela definição de avaliação psicológica e por uma descrição mais detalhada do instrumento objeto desta pesquisa, o Teste de Zulliger, sua forma de correção e interpretação pela “Escola de Paris”. Posteriormente, buscou-se fundamentar a avaliação psicológica para porte de arma de fogo, identificando os objetivos e as técnicas a serem utilizadas neste processo, assim como as resoluções que regulam este procedimento. Além disso, foram identificados alguns indicadores de aptidão que devem ser levados em consideração pelos psicólogos ao se avaliar um candidato aspirante ao porte de arma de fogo.

### **2.1 Avaliação psicológica**

A avaliação psicológica é um processo técnico e científico que tem por objetivo descrever da melhor maneira possível os aspectos relevantes de uma pessoa ou de um grupo, de acordo com o que motivou a avaliação, fornecendo informações que levem à compreensão das características psicológicas e que possam subsidiar a tomada de decisão sobre aqueles que foram avaliados. Essas características podem se referir tanto à forma como as pessoas irão desempenhar uma dada atividade, ao nível de controle sobre as emoções, quanto à qualidade das interações interpessoais que elas apresentam, dentre outros aspectos. Sua presença pode ser constatada em diversos contextos da sociedade, como, por exemplo, nos psicotécnicos para aquisição da carteira nacional de habilitação, nas disputas judiciais e

perícias técnicas, nos hospitais, nas escolas, no sistema prisional, nos processos seletivos das organizações, na orientação profissional, nas avaliações clínicas direcionadas ao tratamento terapêutico e nos exames para porte de arma de fogo (Conselho Federal de Psicologia, 2013; Fensterseifer & Werlang, 2008; Tavares, 2010; Thadeu, Ferreira & Faiad, 2012).

A avaliação psicológica é uma função exclusiva do psicólogo que, segundo a Resolução N°007 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2009), é definida como um processo técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos. Os termos avaliação psicológica e testagem, aos olhos dos leigos, são sinônimos, porém o uso de testes para a tomada de decisão a respeito de uma pessoa deve estar dentro do contexto de uma avaliação psicológica. Esta é considerada um processo flexível e não padronizado, que tem por objetivo chegar a uma determinação sustentada, a respeito de uma ou mais questões psicológicas, através da coleta de dados de uma pessoa (Urbina, 2007). A avaliação pode também ser definida como um processo no qual se descreve e classifica-se o comportamento de uma pessoa, reconhecendo os fenômenos e os processos psíquicos. De acordo com Pasquali (2001), utiliza-se de métodos científicos como a observação e os testes que podem auxiliar a elaboração de um diagnóstico e um prognóstico. Segundo Alchieri (2003), se refere ao modo de conhecer fenômenos e processos psicológicos por meio de procedimentos de exame propriamente ditos, para que sejam criadas condições de aferição ou dimensionamento dos fenômenos e processos psicológicos conhecidos.

O processo envolve a integração de dados provenientes de diversas fontes, dentre elas, testes, entrevistas, observações e análise de documentos. Os testes psicológicos propõem tarefas específicas às pessoas como meio de observar a manifestação do comportamento e, por meio dessas, inferir características psicológicas. Partindo-se da maneira como as pessoas

se comportam nessas tarefas, os profissionais inferem características psicológicas associadas (Primi, Gatas & Souza, 2013). O psicólogo deve utilizar estratégias de avaliação psicológica, com objetivos bem definidos para encontrar os resultados de acordo com aquilo que foi proposto pelo teste, não esquecendo que o teste é apenas um instrumento utilizado para auxiliar o processo (Cunha, 2002). O objetivo da avaliação, afirma Cruz (2002), é diagnosticar, compreender e avaliar a ocorrência ou prevalência de determinadas condutas.

A avaliação por meio de testes psicológicos no Brasil deve utilizar somente instrumentos padronizados para levantar os quesitos necessários para cada demanda e considerados favoráveis pelo CFP. A normatização são normas derivadas do desempenho de um grupo de indivíduos, tanto em termos de médias, quanto em de variabilidade, devidamente tabulados, que passam a ser o padrão pelo qual o desempenho, dos outros indivíduos que se submeterem ao teste depois da padronização, será comparado (Urbina, 2007).

A padronização, segundo Anastasi e Urbina (2000), implica uniformidade de procedimento na aplicação e pontuação do teste e, para tal finalidade, é preciso seguir um padrão. Cada teste necessita de materiais específicos, de um local adequado e de uma norma de aplicação e correção, que deve ser seguida em qualquer avaliação. A fidedignidade ou confiabilidade refere-se à consistência dos escores obtidos pelas mesmas pessoas quando reexaminadas com o mesmo teste após um intervalo de tempo e que não deve exceder a seis meses. A validade é “o grau em que todas as evidências acumuladas corroboram a interpretação pretendida dos escores de um teste, para os fins propostos” (AERA, APA, NCME, 1999, p.11). Na validade de critério é preciso demonstrar que os escores de teste se correlacionam aos vários critérios usados na tomada de decisões e predições. Urbina (2007) salienta que, nos testes que são usados em julgamentos ou decisões a respeito de pessoas, a evidência de uma relação de escores e medidas de critérios é uma base indispensável. Nesse

sentido, a busca de evidências de validade de critério para o teste Zulliger, como um teste apropriado para subsidiar um parecer de porte de arma de fogo, mostra-se adequada na proposta desse estudo.

Na aplicação e interpretação dos resultados, segundo Anastasi (1977), é necessário um vasto conhecimento dos diversos campos da Psicologia e, em especial, sobre a área de avaliação psicológica, para que os resultados sejam confiáveis. Assim, é preciso que o avaliador, independente da área de atuação, tenha um vasto conhecimento e siga a ética profissional, inferindo os resultados após uma identificação e integração dos dados obtidos durante toda a avaliação.

As resoluções 002/2003 e 005/2012 do CFP (2003, 2012), por sua vez, definem e regulamentam o uso, a elaboração e a comercialização dos testes psicológicos. Estas resoluções permitem apreciar um conjunto de propriedades básicas que os instrumentos devem possuir, de acordo com os parâmetros internacionalmente definidos, para que sejam reconhecidos pela comunidade científica e profissional, e assim orientem o profissional de Psicologia a respeito das condições de uso dos instrumentos, considerando apenas nos contextos e propósitos para os quais os estudos indicaram resultados favoráveis. Segundo o artigo 5 da resolução 002, os requisitos mínimos obrigatórios para os testes projetivos são os seguintes: apresentação da fundamentação teórica do instrumento; evidências empíricas de validade e precisão; apresentação do sistema de correção e interpretação dos escores (inclui aqui a pesquisa de normatização); apresentação clara dos procedimentos de aplicação; e, por fim, a compilação de todas as informações em um manual.

Um dos graves problemas enfrentados pelos psicólogos, antigamente, foi a inexistência de referenciais brasileiros, ou seja, os testes eram trazidos do exterior e usados no Brasil sem as devidas pesquisas normativas, tornando os resultados encontrados questionáveis. A necessidade de aprimorar os instrumentos e procedimentos técnicos de

trabalho dos psicólogos, e de revisão periódica das condições dos métodos e técnicas utilizados na avaliação psicológica, com o objetivo de garantir serviços com qualidade técnica e ética à população usuária desses serviços, fez com que o CFP criasse o SATEPSI, Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos. A comissão consultiva de pareceristas avalia as condições favoráveis ou não dos testes psicológicos e divulga através do site do CFP (2014) a listagem dos que se encontram favoráveis ou desfavoráveis ao uso pelos psicólogos. Nesse sentido, o Zulliger necessita de um atlas atualizado e regionalizado para que as interpretações dadas sejam devidamente correlacionadas ao contexto cultural no qual o sujeito está inserido. O teste deve também apresentar qualidades psicométricas de validade, para que não haja dúvidas quanto à compreensão de aspectos importantes da personalidade, daqueles que desejam portar arma de fogo.

Uma das áreas que pode se desenvolver bastante com o emprego de métodos de análise mais avançados é a dos métodos projetivos, que até então tinha uma tradição em não se utilizar de métodos psicométricos clássicos na validação dessas técnicas (Primi, 2010). Observa-se uma tendência aos estudos de casos clínicos, utilizando-se de análises qualitativas, em detrimento de princípios de validação psicométrica. Contudo, como aponta a literatura, a análise psicométrica se revela adequada para todos os tipos de técnicas, incluindo as projetivas. Novas perspectivas têm sido criadas, como podem ser constatadas nos seguintes trabalhos realizados: análise de validade convergente entre Rorschach e MMPI (Meyer, 1999); avaliação da relação com a figura materna no CAT-A (Villemor-Amaral & Xavier, 2007); a análise fatorial das variáveis do Zulliger (Villemor-Amaral & Primi, 2009), precisão entre juízes na avaliação do Wartegg (Alves, Dias, Sardinha & Conti, 2010); e análise descritiva e comparação entre médias e grupos, na pesquisa realizada sobre a emergência dos processos primários no TAT, em adultos com esquizofrenia (Lelé, 2013).

## 2.2 Teste projetivo de Zulliger

O teste de Zulliger, também conhecido como Z-teste ou teste Z, foi criado pelo psicólogo, filósofo e psicanalista suíço Hans Zulliger, amigo e colaborador de Herman Rorschach nos estudos e nas pesquisas envolvendo borrões de tinta como teste projetivo de personalidade. Em 1942, Zulliger tornou-se psicólogo do exército e criou o seu teste baseado nos mesmos princípios do teste de Rorschach, porém utilizando apenas três slides ou diapositivos, e visando a uma aplicação coletiva. A necessidade de uma aplicação rápida, mas que possibilitasse colher informações da personalidade, deu-se em função da guerra e da urgência em selecionar oficiais para o combate. Em 1948 foi publicada a forma coletiva e, somente em 1954, essa forma foi transformada em cartões para aplicação individual. Assim, passou a ser utilizado tanto em sua forma coletiva quanto individual, de acordo com a finalidade vigente (Zulliger & Salomon, 1970; Vaz, 2002).

Neste teste, as manchas de tinta são bilaterais, ambíguas e desestruturadas. O primeiro cartão ou diapositivo apresenta uma mancha mais compacta, com poucos detalhes brancos internos, que propicia mais respostas envolvendo todo o estímulo, embora possam surgir respostas em detalhes da mancha. Suas cores acromáticas (preto, branco e cinza) podem provocar reações de angústia e remete aos cartões do Rorschach (cartões 1, 4, 5, 6 e 7). Considerado o cartão de visitas, verifica-se como o indivíduo responde frente a situações inesperadas. O segundo cartão, por ser muito ventilado, estimula respostas em detalhes. As cores cromáticas (vermelho, rosa, verde, marrom) predominantes no cartão possibilitam saber como o indivíduo lida com: as emoções, a agressividade e a impulsividade. Nesse sentido, o teste remete à série da afetividade do Rorschach (cartões 8, 9, 10). O terceiro cartão também é bem ventilado, facilitando as percepções detalhistas. Os borrões foram feitos nas cores vermelha, preta e cinza, semelhante aos cartões 2 e 3 do Rorschach. Em função da cor

vermelha e das formas das manchas, observa-se como o indivíduo lida com as relações interpessoais e com a agressividade (Vaz, 2002). Hans Zulliger realizou uma pesquisa de validade do seu teste, ao aplicar o mesmo juntamente com o Rorschach e o Behn-Rorschach, em uma amostra de 800 pessoas, e constatar que havia uma correlação significativa entre eles (Zulliger & Salomon, 1970).

A instrução individual do teste solicita que se fale o que está vendo em cada cartão (“o que poderia ser isto?”, “com que isso se parece?”), não havendo resposta certa ou errada, uma vez que cada pessoa vê uma coisa diferente. O tempo é livre para a realização da tarefa e o aplicador deve incentivar o indivíduo a ver mais de uma resposta, caso queira devolver o cartão após a primeira resposta. Pode ser estimulado a virar o cartão, ver em partes ou no todo do cartão, mas apenas quando estiver respondendo ao primeiro cartão. Deve ser anotado tudo que é dito, assim como as dúvidas, exclamações, comentários, expressões e atitudes presentes durante a tomada de protocolo. Posteriormente é feito o inquérito de cada resposta dada (“o que te fez pensar que é isso?”) e solicitado que seja feita a localização da resposta dada em uma folha específica com a reprodução das manchas originais (“onde foi que você viu isso?”) (Zulliger & Salomon, 1970).

O material necessário para a aplicação individual é composto de um conjunto padronizado de três cartões do Zulliger, folhas de registro das respostas, folha de localização, folha para análise quantitativa, cronômetro e caneta para registro e localização de respostas dadas. Deve-se utilizar lápis de cores diferentes para diferenciar cada resposta em sua localização. Para aplicação coletiva era utilizado, até 2015, os diapositivos ou slides que eram projetados sobre uma tela branca, durante cinco minutos cada um. Inicialmente, os examinados, até no máximo 35 pessoas numa sala, observavam as manchas com a sala escura durante trinta segundos e posteriormente, com algumas luzes acesas, escreviam o que viam e justificavam o que os tinham feito pensar que era a referida resposta, nas folhas de aplicação.

Na folha de localização das respostas, cada um contornava onde via sua resposta (Vaz, 2002). A partir de 2015, passou a ser comercializado o CD do Zulliger (multimídia), em função da dificuldade de se encontrar projetor de slides para a projeção dos diapositivos, tornando as aplicações mais modernas e práticas. Atualmente podem ser utilizadas as duas formas de aplicação coletiva: através dos diapositivos ou por meio da multimídia.

O Teste de Zulliger, enquanto teste projetivo, é um meio de comunicação entre os aspectos psicológicos do examinado e o aplicador, com a vantagem de levar à manifestação de conteúdos sem o controle consciente do paciente, que desconhece os aspectos técnicos do instrumento (Grassano, 1977/1996). Por meio da interpretação de manchas de tinta pouco estruturadas, descobre-se que muito além da imaginação, as respostas dadas revelam características da personalidade do sujeito. Assim como no teste de Rorschach, as interpretações destas figuras casuais pertencem ao campo da percepção, mais do que da imaginação (Rorschach, 1974). Neste caso, não se trata apenas de uma percepção externa, mas a percepção de uma gama de fatores internos, inconscientes, que estão envolvidos quando o indivíduo responde aos cartões do teste. A originalidade do estímulo, mancha sem forma definida e ambígua, faz com que o indivíduo tenha que estruturar uma realidade não estruturada, apelando para os próprios recursos subjetivos, sua maneira de encarar a vida, de elaborar seus problemas e de manifestar impulsos e sentimentos (Freitas, 1996).

Ao interpretar o borrão de tinta, o sujeito utiliza de suas emoções, sentimentos, conflitos e vivências internas. A mancha serve então como um estímulo onde será projetada a vida interna. Quando se projeta alguma coisa na realidade externa, o que acontece é o reconhecimento de um estado no qual algo está presente nos sentidos e na consciência, junto a outro estado, em que a mesma coisa está latente, podendo reaparecer. É a coexistência de processos mentais conscientes e inconscientes (Freud, 1894).

Por meio da projeção, o sujeito atribui a um elemento externo necessidades e qualidades pessoais, sem ter a consciência disso. Chabert (2004) enfatiza que o ponto comum a todas as provas projetivas está no material ambíguo, na solicitação de associações verbais e na criação de um campo relacional original entre o sujeito e o psicólogo, mediado pelo teste. Candiani e Candiani (2004) complementa dizendo que o fundamento mais profundo da projeção situa-se num mecanismo primário e comum ao ser humano de atribuir características humanas ao seu meio ambiente. Hammer (1981) corrobora essa afirmação, ao descrever que também por meio das produções gráficas o sujeito está colocando algo de si, através do mecanismo da projeção: “mostre-me o que desenha e eu te direi quem és”.

Freud (1894) considerava, em seu artigo Totem e Tabu, que a projeção não seria apenas um mecanismo de defesa, mas também um mecanismo normal do sujeito, determinando como esse percebe o mundo externo. Segundo ele, as lembranças passadas têm um papel fundamental em suas percepções atuais. A projeção, portanto, torna-se um tipo de funcionamento mental, que estrutura o mundo externo a partir do interno, ou conforme coloca Werlang (2008), a apreensão dos dados do mundo externo sempre será modelada por componentes subjetivos. Nesse sentido, duas pessoas podem ter a mesma percepção frente à mancha de tinta, dando a mesma resposta, porém a maneira como cada uma delas assimila e interpreta, depende de suas vivências e experiências passadas. Isto é o que se chama de apercepção. Villemor-Amaral (2001) descreve que este conceito representa mais um aspecto do processo de percepção relacionado ao contexto geral da dinâmica da personalidade, já que toda percepção contém certo grau de distorção das experiências vividas que se sobrepõem à experiência presente. Assim, numa avaliação psicológica pode-se verificar o que num indivíduo o aproxima dos outros, assemelhando-se a eles, e em que este se distancia na sua singularidade.

Villemor-Amaral (2008) propõe que os testes projetivos sejam descritos como testes de auto-expressão, uma vez que eles ultrapassam o conceito de projeção. O material produzido está carregado de produções metafóricas de experiências vividas, na forma de representações e de afetos, resultantes das conexões entre o vivido, o registrado mnemonicamente e os estímulos da realidade, incluindo aqui o material do teste e a presença do examinador.

O teste de Zulliger é capaz de fornecer, por meio de uma análise detalhada, subsídios para avaliar as características de personalidade e a psicodinâmica, as situações internas, o modo de tomar decisões, as tendências a determinadas atitudes, a maneira de pensar e de sentir, além de como o indivíduo estabelece e mantém as relações interpessoais. Este Teste possibilita uma avaliação da vida emocional, dos controles, da adaptação social, da adequação à realidade, dos conflitos, aspirações, potencial intelectual e nível de angústia, entre outros (Vaz, 2002).

Na interpretação dos resultados do teste de Zulliger, deve-se utilizar tanto a abordagem estatística, com suas aproximações nomotéticas, como também a abordagem clínica, idiográfica, que valoriza a subjetividade de cada um. Estas abordagens não são contrárias, mas sim complementares e devem ser aplicadas ao mesmo instrumento (Primi, 2010; Tavares, 2003). As informações geradas pelas abordagens nomotéticas e idiográficas devem ser adequadas a um sujeito particular, considerando a sua história, o seu contexto de vida e o contexto da avaliação, resultando no conceito de validade clínica, produzida por meio de relações de sentido entre os indicadores produzidos no processo de avaliação, através de fontes distintas, como testes, entrevistas e observação (Tavares, 2003).

Nesta presente pesquisa, um dos objetivos se volta para a abordagem nomotética, na avaliação das características de um grupo determinado, no caso, os belo-horizontinos. Nesse sentido o resultado de um indivíduo é comparado com as médias e desvios do grupo do qual

faz parte, buscando-se padrões normativos dessa população, para uma adequada avaliação psicológica. A realização de uma pesquisa normativa, na região metropolitana de Belo Horizonte, é um primeiro passo para que se possa elaborar um manual regional do teste de Zulliger, contendo um atlas das respostas mais frequentes e propiciando, aos psicólogos que aqui trabalham com este instrumento, condições de analisar seus resultados de forma mais confiável. Sendín (1993) concorda com esta idéia ao dizer que os dados normativos, adequadamente usados, ajudam a compreender melhor a influência cultural no processo de resposta e a não esquecer o contexto social a que pertence o sujeito avaliado. O outro objetivo desta pesquisa, a comparação entre pessoas com ou sem porte de arma de fogo, volta-se para uma abordagem mais idiográfica, buscando-se identificar as diferenças individuais daqueles que buscam se armar.

Atualmente pode-se corrigir e interpretar o Teste de Zulliger por meio de diversos sistemas como o proposto por Klopfer e Exner. Pretende-se ampliar estas possibilidades de correção com a inclusão da “Escola Francesa” ou, como é atualmente reconhecida, “Escola de Paris” (Chagnon, 2013; Lelé, 2013).

### **2.3 “Escola de Paris” de correção do Zulliger**

O teste de Zulliger, assim como o Método de Rorschach, pode ser interpretado em diferentes abordagens teóricas, e cada psicólogo que o utiliza deve estar devidamente capacitado para corrigir e analisar os seus resultados conforme o sistema escolhido. Os sistemas avaliativos considerados favoráveis pelo SATEPSI, utilizados atualmente no contexto brasileiro, para o Rorschach, são: Klopfer, Escola Psicanalítica Francesa, Compreensivo e Aníbal Silveira (CFP, 2014; Pasian, 2010).

Castro (2001) fez um levantamento da frequência com que os diferentes sistemas (ou escolas) do Rorschach são ensinados no Brasil, analisando informações de docentes da área

de avaliação psicológica de cursos de graduação. O pesquisador constatou que na maioria dos cursos era ensinado o Sistema Klopfer (47,5%), em segundo lugar a Escola Francesa (27,5%) e, em seguida, o Sistema de Aníbal Silveira (15,0%). Os Sistemas de Exner (Sistema Compreensivo) e de Klopfer (associado com Exner) apareceram em 5,0% dos cursos avaliados. Na última década, acredita-se que o Sistema Compreensivo tenha aumentado a sua frequência com as diversas pesquisas realizadas e publicações de artigos nesta abordagem (Franco, 2009; Yazigi, et al., 2006; Nascimento, 2002, 2004, 2006, 2007; Villemor-Amaral, Machado & Noronha, 2009; Villemor-Amaral et al., 2011).

Castro (2008), em sua tese de doutorado, ao fazer uma reflexão sobre os vários sistemas de interpretação do Rorschach, afirma que todos contribuíram para o desenvolvimento desse método e que não há supremacia de um sobre o outro. A escolha por uma abordagem específica se dá por afinidade e identificação com a mesma, tratando-se apenas de uma escolha técnico-metodológica do uso do instrumento. O Sistema Compreensivo, por exemplo, valoriza mais o processo perceptivo do examinando e o rigor metodológico normativo, privilegiando uma análise mais quantitativa a partir dos dados comprovados empiricamente. A “Escola de Paris”, por sua vez, tem por base os processos associativo-perceptivos do examinando, enfatizando as análises qualitativas, voltadas para uma visão mais psicodinâmica do indivíduo (Vaz, 2002).

O sistema de correção e interpretação, conhecido inicialmente como “Escola Francesa”, foi idealizado por Ombredane e Canivet. Segundo Jardim-Maran (2011), André Ombredane foi o responsável pela tradução do livro original elaborado por Rorschach, intitulado *Psychodiagnostik*, em 1947, e juntamente com Nella Canivet, em 1948 - utilizando contribuições de escolas norte-americanas, a partir de trabalhos desenvolvidos por Klopfer, Piotrowski e Beck - propuseram uma adaptação francesa dos índices do teste de Rorschach. Cécile Beizmann e Nella Canivet fundaram em 1950 uma associação denominada de Grupo

Francês de Rorschach, que se tornou mundialmente conhecida como “Escola Francesa”. Outros pesquisadores foram acrescentando novos estudos, a partir das ideias iniciais, como Didier Anzieu, Nina Rausch de Traubenberg, Catherine Chabert e Vica Shentoub. Posteriormente, essa escola passou a ser conhecida como “Escola de Paris de Métodos Projetivos”, para diferenciar de outras escolas com a mesma denominação, mas com propostas diferentes, como a escola francesa fenômeno-estrutural e a escola francesa Exneriana (perceptivo-cognitiva). A metodologia projetiva, com referência às perspectivas psicanalíticas apresentadas pela “Escola de Paris”, é muito utilizada e bastante estimada pelo seu potencial e por suas aberturas diagnósticas (Chagnon, 2013; Lelé, 2013).

A padronização da aplicação coletiva do Teste Z para a população francesa foi realizada por Morali e Canivet, no Centro de Psicologia Aplicada, em 1955. O levantamento e o sistema de interpretação são análogos ao do Rorschach, segundo Anzieu (1989). Atualmente, estudos continuam sendo desenvolvidos e se destacam as pesquisadoras Catherine Azoulay e Michèlle Emanuelli (Azoulay et al., 2007), na França, e Ikiz et al. (2010), na Turquia.

Anzieu (1989) afirma que a “Escola Francesa” se situa entre o tradicionalismo suíço-germânico e os inovadores americanos como Klopfer. Pasian (2000) complementa que ela possibilita interpretações psicodinâmicas bastante enriquecedoras do teste e tem como referenciais tanto a teoria fenomenológica, quanto a psicanalítica. Nesse sentido, buscou-se uma forma de análise e de interpretação especificamente clínica, mais qualitativa, individual e singular, permitindo uma melhor escuta do paciente (Chagnon, 2014).

O sistema francês teve grande repercussão no Brasil, a partir de 1960, com a vinda de Ombredane para o Rio de Janeiro e a criação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP). Neste instituto também trabalhou Monique Augras, que realizou pesquisas com o teste de Rorschach, no Rio de Janeiro, de 1961 a 1966, produzindo o

primeiro atlas normatizado para a população brasileira (Augras, 1994). As publicações de Chabert, em 1993 (*A psicopatologia no exame de Rorschach*), e Traubenberg, em 1998 (*A prática do Rorschach*), também foram fundamentais para o ensino, a formação, a prática e investigações com base neste referencial teórico. Pesquisas posteriores foram realizadas por vários estudiosos - André Jaquemin, com crianças, em 1976; Japur, com adolescentes, em 1982; Pasian, com adultos, em 1998; e Gavião com idosos, em 2002 - promovendo a publicação de novos atlas com referenciais normativos.

A International Rorschach Society and Projective Methods (IRS) agrega atualmente várias associações científicas organizadas em vários países do mundo, inclusive no Brasil, responsáveis pela divulgação do método projetivo, estudos e pesquisas na área de avaliação (Jardim-Maran, 2011). A criação da Sociedade Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (SBRo), em 1993, tendo Jaquemin como um dos idealizadores, fortaleceu ainda mais o aprendizado e a divulgação da escola francesa entre os psicólogos que trabalhavam com técnicas projetivas de manchas de tinta. No entanto, as pesquisas voltadas para o teste de Zulliger, utilizando esta forma de correção e interpretação, foram muito escassas no Brasil. Em Minas Gerais, a exceção deu-se com Candiani e Candiani (2004), ao realizar uma pesquisa com 240 sujeitos de Belo Horizonte e 190 do interior, em aplicações coletivas, com objetivo de seleção profissional. Não foram encontrados trabalhos científicos publicados a respeito de normatização do Teste de Zulliger na “Escola de Paris” no exterior, apenas trabalhos isolados como a normatização em uma amostra de 157 jovens de 20 a 30 anos de Buenos Aires / Argentina (Núñez, Lara, Gürtner & Kuaik, 2010), e proposta de parâmetros do teste de Zulliger no Chile, com 300 adultos submetidos à aplicação coletiva (Brinkmann, 1998), na abordagem compreensiva de Exner.

### 2.3.1 As codificações na “Escola de Paris”

Cada resposta do protocolo do teste de Zulliger e do teste de Rorschach é codificada em quatro categorias de classificação: localização, determinante, conteúdo e banalidade. As localizações são identificadas a partir das marcações feitas pelo sujeito na folha de localização onde aparecem réplicas das três manchas. Os determinantes são percebidos a partir dos questionamentos feitos no inquérito (“o que te fez pensar que é isso?”). Busca-se identificar quais fatores levaram ou determinaram o examinando a dar esta ou aquela resposta. Os conteúdos, por sua vez, são dados pelo examinando quando responde a cada cartão ou a diapositivo, e são melhor explicitados no inquérito. A banalidade, também conhecida como popular ou vulgar em outras abordagens de correção e interpretação, são constatadas a partir de sua alta frequência entre as respostas dadas pelos sujeitos da amostra de cada pesquisa. A seguir será descrito cada uma destas categorias e suas codificações específicas, tendo como referência os estudos de Anzieu (1989), Augras (1994), Azoulay et al. (2007), Candiani e Candiani (2004), Jaquemin (1976), Jardim- Maram (2011), Pasian (2000) e Rausch de Traubenberg (1970).

#### 2.3.1.1 Localização:

a) Global (G): resposta localizada no todo da mancha. Se é retirado apenas um pequeno detalhe (Dd) denomina-se G/. Cartões mais compactos favorecem este tipo de resposta, como no cartão I do Zulliger e cartões I, IV, V, VI do Rorschach. Os detalhes no branco podem estar incluídos nesta percepção.

b) Detalhe comum (D): inicialmente denominado como detalhe “grande”, passou a ser considerado um detalhe comum ou frequentemente visto, pois um corte pequeno, porém nítido, será um D, assim como um corte amplo mal delimitado será um Dd (Anzieu, 1989). Para defini-lo pode-se usar critérios estatísticos, gestálticos ou ambos combinados. A frequência mínima estipulada varia de acordo com os autores, de 4 a 4,5%. Nesta pesquisa optou-se pelo limite de

4,5%, conforme estipulado por Anzieu (1989), Azoulay et al. (2007), Candiani e Candiani (2004) e Rausch de Traubenberg (1970), entre outros, para possibilitar comparações futuras entre pesquisas no Brasil e na França.

c) Detalhe incomum (Dd): inicialmente denominado como “detalhe pequeno”, passou a ser denominado como um detalhe pouco frequente, estando abaixo de 4,5%, ou seja, abaixo da razão crítica de  $1/22$  e, portanto, não atingindo a frequência necessária para ser um D. Pode ser diminuto ou ocupar parte considerável da mancha, não sendo o tamanho uma condição para a sua definição. Será a frequência (critério estatístico) de cada detalhe na pesquisa realizada que definirá se o mesmo será um D ou um Dd.

d) Detalhe no branco (Dbl e Ddbl): são as percepções vistas exclusivamente no branco. Dependendo da sua frequência será considerado um detalhe frequentemente visto no branco (Dbl). Segundo Rausch de Traubenberg (1970) a frequência esperada para um Dbl é de 4 a 6%. Nesta pesquisa optou-se por adotar a mesma frequência de um detalhe comum, ou seja, se atingir o mínimo de 4,5%. Caso não se atinja este limite será considerado um detalhe raro ou incomum no branco (Ddbl). Pode estar integrado em uma parte da mancha ou à sua totalidade. Exemplos destas codificações são: G Dbl, D Dbl, Dd Dbl, G Ddbl, D Ddbl e Dd Ddbl.

#### 2.3.1.2 Determinantes:

a) Forma (F): é o determinante mais frequente nos protocolos em geral e está relacionado com o controle racional. O examinando justifica a percepção do conteúdo somente em função da forma, sem levar em consideração outros determinantes como cor, movimento ou sombreado. O determinante forma sempre será acompanhado de uma qualidade formal (F+, F- e F+-). Na revisão da literatura, percebeu-se que há critérios estatísticos e gestálticos para a definição do que

se define por estas qualidades (+, - e +-). Em relação ao critério estatístico, será considerada forma precisa (F+) nesta pesquisa a resposta que tem a frequência igual ou maior de 2% dos avaliados, em consonância com as pesquisas de Jaquemin (1976), Jardim- Maram (2011) e Pasian (2000). Se a resposta não obtiver esta frequência mínima, ela será considerada forma “mal vista” (F-). O determinante forma imprecisa (F+-) será aquele em que a forma do conteúdo é indeterminada, seja pela sua natureza (nuvem, pedra, montanha), pela indefinição do examinando frente ao percebido (“um animal que não sei definir qual é”) ou pela dúvida suscitada nas respostas alternativas em que o examinando não consegue definir uma coisa ou outra (“um morcego ou um avião”). O F+- jamais será o reflexo de uma indecisão do examinador, mas sim a falta de decisão do sujeito (Rausch de Traubenberg, 1970). O critério gestáltico é utilizado por alguns estudiosos quando a resposta não atinge a frequência mínima para ser um F+. Nesses casos a resposta será classificada em sua qualidade formal pelo julgamento independente de 3 psicólogos experientes (Augras, 1994; Candiani & Candiani, 2004; Jaquemin, 1976; Jardim-Maram, 2011; Pasian, 2000).

b) Cor Cromática (C): é o determinante relativo às cores cromáticas do cartão II e parte do III no Zulliger. O examinando emite a sua resposta em função do estímulo colorido da mancha, como por exemplo, no cartão II dizer que: “é uma planta porque é verde”. O determinante cor pode vir sozinho ou acompanhado do determinante forma, havendo portanto, 3 possibilidades (C, CF e FC) que devem ser esclarecidas com o inquirido. Quando há prevalência da forma sobre a cor codifica-se FC (“vejo uma maçã pela forma e pela cor, mais pela forma”), mas quando a prevalência é da cor sobre a forma, codifica-se CF (“parece um touro porque é marrom, mas a forma também me ajudou a pensar que é isso”). O FC está relacionado ao controle emocional. CF e C são determinantes relacionados à instabilidade emocional.

c) Cor acromática (C’): é o determinante relacionado com as cores acromáticas: preto, cinza e branco. Pode vir acompanhado da forma ou não (C’, C’F e FC’), sendo necessário esclarecer no inquérito a prevalência da forma, quando esta estiver presente. O FC’ está relacionado ao controle sobre a angústia autodestrutiva, o C’F ao controle precário e o C’ ao descontrole sobre esta angústia. Pode aparecer no cartão I e em parte dos cartões II e III, nos detalhes acromáticos.

d) Cinestesia: é o determinante forma acrescido da sensação de movimento, podendo ser uma cinestesia humana (K), de parte de humano ou percepção de humano em Dd (kp), de animal (kan), e de objeto ou forças da natureza (kob). K é considerada uma cinestesia “maior”, enquanto kan, kob e kp são consideradas cinestesisas “menores”. As cinestesisas estão relacionadas à criatividade e à capacidade de fantasiar do examinando. Sua prevalência entre os determinantes supõe tendência à introversão.

e) Esfumado (E): é o determinante gerado pelo sombreado das manchas, a sensação de claro-escuro dando a impressão de profundidade, perspectiva, difusão ou textura (peludo, rugoso, áspero). É um indicador de angústia e nos protocolos pode vir acrescido do determinante forma como prevalente ou secundário, revelando maior controle (FE) ou controle precário (EF). Sua presença é mais notada nos cartões acromáticos.

f) Disforia (Clob): é o determinante identificado quando o examinando ao dar a resposta relata sensações desagradáveis em função da massa escura do cartão, provocando reações carregadas de aspectos afetivos negativos (“isso é um monstro que me dá muito medo”). Pode vir acompanhado do determinante forma, resultando em combinações (Clob, Clob F e FClob) que sinalizam maior ou menor controle sobre a angústia fóbica/ persecutória.

### 2.3.1.3 Conteúdos:

a) Humano: percepção de figura humana inteira, fragmentada, fantasiosa, fantasiada ou mítica, e parte de figura humana fantasiosa, tendo como codificações: H, Hd, (H) e (Hd), respectivamente.

São exemplos: homem, perna de homem, super-homem e cabeça do super-homem.

b) Animal: percepção de animal inteiro, fragmentado, fantasioso, fantasiado ou mítico, e parte do animal fantasioso, tendo como codificações: A, Ad, (A) e (Ad), respectivamente. São exemplos os seguintes elementos: cavalo, cabeça de cavalo, pégasus e asa do pégasus.

c) Abstração: conteúdos de natureza abstrata, respostas que traduzem ideias, sentimentos, conceitos e emoções tais como alegria, liberdade, medo, carnaval. Codifica-se Abst.

d) Anatomia: percepção de partes internas do corpo humano ou animal, sendo que órgãos, vísceras, músculos, etc. (ex: pulmão, intestino, coração) são codificados como anatomia visceral (Anat. visc.) e ossos ou diferentes partes do esqueleto (ex.: costela, ossada, fêmur) é codificado como anatomia óssea (Anat. óss.).

e) Arquitetura: imagens percebidas representando construções feitas pelo homem como igrejas, templos, casas. Codifica-se Arq.

f) Arte: produções estéticas de qualquer natureza como desenho, pintura, escultura, obra de arte, etc.. Codifica-se Art.

g) Ciências: conceitos, instrumentos e seres científicos tais como microscópio, tubo de ensaio, Euglena viridis, hipotenusa, figura geométrica, ameba, bacilos. Codifica-se Ciên.

h) Elemento: percepção de conteúdos elementares como terra (Elem terra), água (Elem água), fogo (Elem fogo) e ar (Elem ar).

i) Fragmento: percepções fragmentadas, pouco diferenciadas, aos pedaços, deterioradas, como fiapo de pano, lasca de madeira, pó de pedra. Sua codificação é Frag.

j) Geografia: conceitos geográficos, mapas e localizações geográficas específicas, geralmente demonstrando conhecimento nesta área, tais como lagoa da Pampulha, Pico do Itabira, mapa de Minas Gerais. Sua codificação é Geo.

k) Máscara: percepção de objeto usado para fantasiar, esconder e/ou disfarçar. Ex.: máscara de carnaval, de terror, etc.. Codifica-se Masc.

l) Natureza: Percepção de acidentes ou fenômenos naturais, sem conhecimento geográfico, como lagoa, montanha, cachoeira, tempestade, sol, estrelas, etc. Codifica-se Nat.

m) Objeto: percepções de coisas fabricadas pelo homem para o seu uso no cotidiano, no trabalho, etc. tais como guarda-chuva, boneco, vaso, mesa, carro, avião, lanterna, panela, caneta, enxada, armas e porta. Codifica-se Obj.

n) Paisagem: percepção de vários conteúdos natureza em perspectiva, podendo ser incluído arquitetura e planta. Exemplos disso: uma lagoa com montanhas ao fundo, uma casa com coqueiros e a praia. Codifica-se Pais.

o) Planta (ou Botânica): percepção de conceitos do reino vegetal conforme encontradas na natureza, como folha, árvore, flor, semente, tronco de árvore, raízes, etc. Recomenda-se empregar

a codificação planta e não botânica, para não confundir com percepções científicas das plantas (como pistilo, gineceu, etc.) relacionadas ao conteúdo ciências (Anzieu, 1989). Codifica-se Plan.

p) Sangue: percepção de conteúdo sangue. Codifica-se Sg.

q) Sexo: conteúdos relacionados às partes íntimas, órgãos genitais masculinos e femininos como seios, vagina, pênis, ânus, etc. Codifica-se Sex.

r) Símbolo: conteúdo associado à determinada ideia, que representa algo ou alguém, como bandeira, brasão, crucifixo, imagem sacra, suástica. Codifica-se Simb.

s) outros conteúdos podem ser utilizados como categorias específicas como Alimento (Alim), Explosão (Expl.), Nuvem (Nuv.) e Vestuário (Vest.).

#### 2.3.1.4 Banalidade:

As respostas consideradas banais são aquelas vistas com frequência variada (16,7%, 25% e 33%) conforme os diversos pesquisadores que trabalharam com o teste de Zulliger. Nesta pesquisa será utilizada a proporção de 1/22, equivalente a 16,7% dos sujeitos participantes da amostra, que perceberam o mesmo conteúdo na mesma localização, conforme a maioria dos pesquisadores da escola de Paris: Anzieu (1989), Augras (1994), Azoulay et al. (2007), Candiani e Candiani (2004), Jaquemin (1976), Jardim- Maram (2011), Pasian (2000) e Rausch de Trautenberg (1970). Geralmente são localizadas na global (G) ou nos detalhes frequentemente vistos ou comuns (D), sendo o conteúdo mais frequente o animal e o humano.

#### 2.3.2 Tipos de vivência afetiva

O tipo vivencial foi inicialmente assim denominado pelo próprio Rorschach (1974), em sua teorização sobre o método, e classificado como primário e secundário. Zulliger (1970) descreve o tipo vivencial como a proporção da distribuição dos afetos para dentro (intro) ou fora (extro). Na Escola de Paris, os tipos de vivência (Anzieu, 1989) são descritos como Tipo de Ressonância Íntima (TRI) e fórmula complementar, ou Tendências Latentes (TL) (Pasian, 2000; Rausch de Trautenberg, 1970).

### 2.3.2.1 Tipo de ressonância íntima (TRI)

O TRI, ou tipo vivencial primário, é calculado através da comparação existente entre o somatório das cinestésias humanas (K) e o somatório das respostas ponderadas de cor cromática e acromática ( $C$  e  $C' = 1,5 + CF$  e  $C'F = 1 + FC$  e  $FC' = 0,5$ ) contidas no protocolo. A relação existente entre esses dois somatórios tem mais importância que o número absoluto de suas partes isoladas, pois é ela que determina a atitude fundamental da personalidade para consigo mesma e para com o mundo exterior. O predomínio das cinestésias sobre as cores caracteriza pessoas consideradas intratensivas ou introversivas, enquanto que o predomínio das cores sobre as cinestésias caracteriza as pessoas extratensivas. Esses dois tipos, introversivo e extratensivo, não se opõem mutuamente, mas exprimem orientações diferentes de sensibilidade que podem coexistir em graus diferentes, cujo primeiro é mais voltado para si mesmo, com ênfase na função lógica, no pensamento e na imaginação, e o segundo mais social, emocional e instável (Jacquemin, 1975; Rausch de Trautenberg, 1998). A combinação dessas duas polaridades co-determina uma parte essencial da inteligência, do caráter, das atitudes e das potencialidades psíquicas (Candiani & Candiani, 2004). Os tipos vivenciais propostos por Rorschach (1974) e também utilizados no Teste de Zulliger são os seguintes: introversivo, extratensivo, ambigüal e coartado / coartativo.

O tipo vivencial introversivo ( $K > C + C'$ ) é característico de pessoas introspectivas, que vivem mais para dentro de si mesmas, capazes de protelar ação e gratificação, caráter mais reservado, com ênfase no pensamento, fantasia e imaginação. Tendem a não expressar suas emoções no ambiente e mantêm relacionamentos mais seletivos e restritos.

O tipo vivencial extratensivo ( $K < C + C'$ ) corresponde a pessoas expansivas, dominadas pelas emoções e pelo mundo exterior. Tendem a serem sugestionáveis, emotivas e instáveis afetivamente. Adaptam-se facilmente ao ambiente, estabelecem relações sociais e geralmente não apresentam dificuldades em estabelecer contatos interpessoais, embora sejam mais superficiais.

O tipo vivencial ambigüal ( $K = C + C'$ ) está relacionado a pessoas que apresentam tanto características introversivas como extratensiva, sem prevalência de uma sobre a outra. Considerado o tipo ideal para Rorschach, bem equilibrado, com as duas atitudes humanas fundamentais. São pessoas de espírito aberto, que sabem explorar as riquezas do mundo interior e exteriorizar seus afetos, adaptando-se à realidade e à vida social. No entanto, algumas vezes o ambigüal pode ser considerado aquele que não consegue definir-se, sendo imprevisível, incapaz de decidir entre introversão e extratensão, tornando-se ambivalente, indeciso e bloqueado, tornando-se patológico (Anzieu, 1989).

O tipo vivencial coartado / coartativo ( $K = C + C' = 0$  ou  $\downarrow$ ) é aquele em que nenhum dos componentes (introversivo e extratensivo) assume uma expressão suficiente, sendo reduzidos ou tendem a zero. São pessoas mais bloqueadas, formais, convencionais, rígidas, objetivas e destituídas de emoção. Vivenciam as experiências pelo intelecto, cuja interioridade e afetividade estão restritas ou atrofiadas. O coartativo tem as mesmas características do coartado, porém menos marcantes. Segundo Rausch de Traubenberg (1998), o tipo vivencial coartado é característico de pessoas vulneráveis e pouco tolerantes nas situações de estresse fisiológico e psicológico, em virtude da sua rigidez.

#### 2.3.2.2 Fórmula complementar / Tendências latentes

O tipo vivencial secundário, ou fórmula complementar do TRI, relaciona a soma das cinestésias consideradas “menores” ( $kan + kob + kp$ ) com a soma ponderada das respostas de sombreado ou esfumado ( $E = 1,5 + EF = 1 + FE = 0,5$ ) conforme sua frequência no protocolo. A prevalência das respostas de esfumado reflete o impacto do sensorial e a tendência à excitabilidade, característica da extratensão. Da mesma forma, as pequenas cinestésias estão relacionadas com a introversão. Na fórmula complementar encontram-se os mesmos tipos descritos na ressonância íntima: introversivo, extratensivo, ambiguo e coartado / coartativo. As características são as mesmas, exceto pelo cálculo dos somatórios, que neste caso da fórmula complementar comparam-se as pequenas cinestésias com o esfumado.

#### **2.4 Normatização do Teste de Zulliger no Brasil**

Vários pesquisadores no Brasil buscaram estabelecer referenciais normativos para o Teste de Zulliger em suas regiões, com sistemas distintos de avaliação, em diferentes épocas e estados brasileiros. Exemplos desses trabalhos são: Guerra (1977) em Pernambuco, com uma amostra de 150 pessoas, no sistema Beck; Freitas (1996) em São Paulo, com 381 pessoas, no sistema Aníbal Silveira; Vaz (2002) no Rio Grande do Sul e estados vizinhos, com uma amostra de 1.341 pessoas, no sistema Klopfer; Candiani e Candiani (2004) em Minas Gerais, com 430 pessoas, no sistema francês; Villemor-Amaral e Primi (2009) em São Paulo, com 475 pessoas, no Sistema Compreensivo. Todos publicaram seus manuais do teste de Zulliger, mas apenas o trabalho realizado por Vaz (2002) e Villemor-Amaral e Primi (2009) foram considerados favoráveis pelo CFP (2014). Assim, não há no Brasil normatização favorável no sistema francês para embasar o processo avaliativo do teste de Zulliger.

#### 2.4.1 Normatização do sistema Klopfer segundo Vaz (2002)

A pesquisa de Vaz (2002) foi feita com a aplicação coletiva, através dos diapositivos. A amostra foi composta de 1.341 pessoas com vida profissional, familiar e social considerada ajustada, de ambos os sexos, diversas faixas etárias e atividades profissionais, abrangendo duas etapas de coleta de dados. Foi iniciada em 1996, com 673 pessoas de várias origens étnicas (alemã, italiana, japonesa e palonesa). Posteriormente, utilizou 668 protocolos de pessoas que se submeteram a processos seletivos no Centro Psicotécnico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Das 1.341 pessoas, 1148 (86%) são do Rio Grande do Sul e 175 (13%) de outros estados. Quanto ao sexo, 740 (55%) eram homens e 601 (45%) eram mulheres, com idades distribuídas nas seguintes faixas: de 16 a 19 anos (180 homens e 266 mulheres), de 20 a 25 anos (355 homens e 129 mulheres), 26 a 35 anos (166 homens e 129 mulheres), 36 a 45 anos (30 homens e 56 mulheres), 46 a 65 anos (5 homens e 14 mulheres) e na faixa acima de 65 anos (4 homens). Quanto à escolaridade, predomina o ensino médio (393 homens e 209 mulheres), seguido do curso superior (198 homens e 391 mulheres), ensino fundamental completo (20 homens e 11 mulheres) e com fundamental incompleto (13 homens e 9 mulheres).

As respostas populares (ou banais) obtidas na pesquisa teriam que ter no mínimo 25% de frequência, ou seja, uma pessoa a cada quatro percebia o mesmo conteúdo na mesma localização. Foram encontradas as seguintes respostas nestas condições, conforme Tabela 1.

Tabela 1  
*Respostas populares segundo Vaz (2002)*

<b><i>DIAPPOSITIVO 1</i></b>	<b><i>DIAPPOSITIVO 2</i></b>	<b><i>DIAPPOSITIVO 3</i></b>
ÁREA/CONTEÚDO	ÁREA/CONTEÚDO	ÁREA/CONTEÚDO
G: besouro, morcego, inseto, mosca, caranguejo	G: flores	G: homens

Continua

continuação

<i><b>DIPOSITIVO 1</b></i>	<i><b>DIPOSITIVO 2</b></i>	<i><b>DIPOSITIVO 3</b></i>
<i><b>ÁREA/CONTEÚDO</b></i>	<i><b>ÁREA/CONTEÚDO</b></i>	<i><b>ÁREA/CONTEÚDO</b></i>
D1: casaco, sapo, folha de parreira, de plátano	D1: animais, touros, abelhas	D1: borboleta, gravata
D2: aranha		D2: beija-flores
		D3: pessoas, crianças
		D4: homens em ação

*Nota.* Adaptada com dados extraídos de Vaz (2002)

No manual de Vaz (2002) encontram-se várias tabelas que detalham os resultados para cada categoria profissional participante da pesquisa, demonstrando que há diferença entre elas. No entanto, o autor faz uma média desses resultados para se ter um parâmetro geral para esta amostra (n=1.341), conforme Tabela 2.

Tabela 2

*Dados normativos segundo Vaz (2002)*

VARIÁVEL	MÍNIMO	MÁXIMO
R	5	8
G%	13%	38%
D%	40%	60%
Dd%	6%	16%
S% (branco)	4%	13%
F%	36%	58%
F+% (% mínima)	70%	–
A%	33	49
H%	16%	29%
TIPOS DE CONTEÚDO	3	–
POP% (% mínima)	25%	–

*Nota.* Adaptada com dados extraídos de Vaz (2002)

#### 2.4.2 Normatização do sistema compreensivo segundo Villemor-Amaral e Primi (2009)

A pesquisa de Villemor-Amaral e Primi (2009) foi a partir de aplicação individual do Teste de Zulliger numa amostra de 475 pessoas, sendo 260 (54,7%) mulheres e 215 (45,3%) homens, com faixa etária entre 18 e 83 anos, sendo a média de 33,3 (DP=12,2) e mediana de 30 anos. A distribuição das pessoas por faixas etárias ficou definida da seguinte forma: de 18 a 22 anos foram: 75 participantes (15,8%), de 23 a 27 anos: 128 (26,9%), de 28 a 32 anos: 79 (16,6%), de 33 a 37: 48 (10,1%), de 38 a 42: 46 (9,7%), de 43 a 47: 37 (7,8%) e de 48 a 83 anos foram 62 pessoas (13,1%). O número médio de anos escolares completados pelos participantes foi de 11 anos (DP=4,35). A escolaridade foi também dividida em faixas por anos estudados: ensino fundamental I (1 a 5 anos) com 69 pessoas (14,5%); ensino fundamental II (6 a 9 anos) com 58 pessoas (12,2%); ensino médio (1 a 3 anos) com 136 pessoas (28,6%); e o ensino superior com 212 pessoas (44,6%).

As pessoas faziam parte de cinco instituições do interior do estado de São Paulo: uma empresa de transporte, uma cooperativa avícola, uma empresa de telecomunicações, um estabelecimento comercial e uma instituição de ensino. O critério de inclusão foi não haver histórico de busca ou de tratamento psicológico ou psiquiátrico.

As respostas populares foram aquelas que apresentaram uma frequência mínima de 25% na amostra estudada, ou seja, um a cada quatro protocolos. Optou-se por esta frequência e não a sugerida por Exner (33%), por ter sido identificada apenas uma resposta se fosse com base no critério de um terço, ou um a cada três protocolos. A relação das respostas populares encontra-se na Tabela 3.

Tabela 3

*Respostas populares segundo Villemor-Amaral e Primi (2009)*

<i>CARTÃO 1</i>	<i>CARTÃO 2</i>	<i>CARTÃO 3</i>
ÁREA/CONTEÚDO	ÁREA/CONTEÚDO	ÁREA/CONTEÚDO
G: besouro		G: homens
	Não há populares	
D1: folha		D1: borboleta
		D2: humanos
		D3: humanos

*Nota.* Adaptada com dados extraídos de Villemor-Amaral e Primi (2009)

No manual de Villemor-Amaral e Primi (2009) os dados normativos obtidos neste estudo são distribuídos em 3 tabelas distintas referentes a participantes não pacientes (N=220), não pacientes universitários (N=170) e pacientes (N=85). Serão descritas na Tabela 4 apenas as variáveis que possibilitam uma comparação entre os manuais, uma vez que cada sistema de correção tem suas próprias codificações e que nem sempre coincidem com os demais. É importante salientar que os resultados das tabelas deste manual (Sistema Compreensivo) foram dados em número brutos e que, entre parênteses, estão os valores em frequência calculados por este pesquisador para facilitar a comparação entre os sistemas.

Tabela 4

Variáveis de grupo de não pacientes (N=220), segundo Villemor-Amaral e Primi (2009)

VARIÁVEL	MÍNIMO (P25)	M (P50)	MÁXIMO (P75)
R	6	8	10
W (global)	1 (17%)	1	2 (20%)
D	3 (50%)	5	7 (70%)
Dd	0	1	2 (até 13%)
S (branco)	0	1	2 (até 20%)
F	2 (33%)	4	6 (60%)
Somatório_H (humano)	1 (17%)	1,5	3 (30%)
Somatório_A (animal)	2 (33%)	4	6 (60%)
POP	1 (17%)	1	2 (20%)

*Nota.* Adaptada com dados extraídos de Villemor-Amaral e Primi (2009)

Tabela 5

*Variáveis de grupo de não pacientes universitários (N=170), segundo Villemor-Amaral e Primi (2009)*

VARIÁVEL	MÍNIMO (P25)	M (P50)	MÁXIMO (P75)
R	6	8	11
W (global)	1 (17%)	2	3 (27%)
D	3 (50%)	5	7 (64%)
Dd	0	1	2 (até 18%)
S (branco)	0	1	2 (até 18%)
F	2 (33%)	4	6 (55%)
Somatório_H (humano)	1 (17%)	2	3 (27%)
Somatório_A (animal)	2 (33%)	3	6 (55%)
POP	1 (17%)	2	2 (18%)

*Nota.* Adaptada com dados extraídos de Villemor-Amaral e Primi (2009)

Tabela 6

*Variáveis de grupo de pacientes (N=85) segundo Villemor-Amaral e Primi (2009)*

VARIÁVEL	MÍNIMO (P25)	M (P50)	MÁXIMO (P75)
R	5	6	8
W (global)	1 (20%)	1	2 (25%)
D	2 (40%)	4	6 (75%)
Dd	0	0	1 (até 13%)
S (branco)	0	1	2 (até 25%)
F	2 (40%)	3	5 (63%)
Somatório_H (humano)	1 (20%)	1,5	2,5 (31%)
Somatório_A (animal)	1 (20%)	2	4 (50%)
POP	0,5 (10%)	1	2 (25%)

*Nota.* Adaptada com dados extraídos de Villemor-Amaral e Primi (2009)

### 2.4.3 Normatização do sistema Beck segundo Guerra (1977)

A pesquisa de Guerra (1997) foi a partir de aplicação coletiva do Teste de Zulliger numa amostra representativa da população de Recife/ PE, com adultos considerados normais, alfabetizados (uma vez que os participantes deveriam escrever as suas respostas), com idade entre 18 e 45 anos (escolhidos aleatoriamente), sendo 77 homens e 73 mulheres. Para proceder ao estudo do material, os participantes foram agrupados em 3 grupos (A, B, C), com as seguintes características: o grupo A com 62 pessoas de 18 a 26 anos; o grupo B com 46 pessoas de 27 a 35 anos; e o grupo C com 42 pessoas de 36 a 45 anos. O grupo A apresentou o maior número de indivíduos em função das informações do IBGE, pelo fato de ser esta faixa etária a mais populosa naquela população.

O total de respostas foi de 948, tendo uma média de 6 respostas por pessoa, 2 para cada diapositivo. As respostas vulgares foram aquelas que apresentaram uma frequência mínima de 16% na amostra estudada, ou seja, uma a cada seis respostas. A relação das respostas vulgares encontra-se na Tabela 7.

Tabela 7

*Respostas populares segundo Guerra (1977)*

<b>CARTÃO 1</b>	<b>CARTÃO 2</b>	<b>CARTÃO 3</b>
ÁREA/CONTEÚDO	ÁREA/CONTEÚDO	ÁREA/CONTEÚDO
G: besouro, cigarra, borboleta, morcego, Drácula.	G: não tem vulgar	G: pessoas conversando, em festa, em dança, em briga (ex: dançarinos, lutadores, crianças, homens, soldados)
D1: folha de parreira, trevo de quatro folhas.	D5: animais, brigando, encontrando ou brincando (ex: cavalos, búfalos, touros, animais ferozes, vacas, boiada, gado.	D4: lagartos, lacraias, larvas, micróbios.
		D5: pessoas, pessoas fantasiosas ou fantasiadas (ex: crianças, duendes, extraterrestre, palhaços, índios, bonecos, etc.)
		D6: borboleta, inseto

*Nota.* Adaptada com dados extraídos de Guerra (1977)

No manual de Guerra (1997) os dados normativos obtidos neste estudo foram divulgados, conforme a Tabela 8. Foram discriminados: o número de respostas esperado em um protocolo, assim como a frequência das localizações (G, D e Dd), dos determinantes (F e F+), dos conteúdos (A e H) e das respostas vulgares.

Tabela 8

*Dados normativos segundo Guerra (1977)*

VARIÁVEL	ESPERADO
R	6 a 7
G	45 a 62%
D	31 a 59%
Dd	2 a 16%
F	56%
F+	39%
H (humano)	20%
A (animal)	41%
Vulgar	18%

*Nota.* Adaptada com dados extraídos de Guerra (1977)

#### 2.4.4 Normatização do sistema Silveira através de Freitas (1996)

A pesquisa de Freitas (1996) foi a partir de aplicação individual do Teste de Zulliger em exame individual de seleção profissional para os mais diversos cargos, numa amostra de 381 pessoas consideradas normais, com escolaridade mínima de ensino fundamental incompleto até curso superior, sendo 44 (11,5%) mulheres com idade de 18 a 46 anos e 337 (84,5%) homens, com idade de 18 a 55 anos. A autora não informa em seu manual de qual região do Brasil foi retirada a amostra.

O total de respostas foi de 3218, sendo 988 (30,7%) no cartão I, 1133 (35,2%) no cartão II e 1097 (34,1%) no cartão III. A média de respostas por sujeito foi de 8,45 no teste,

sendo no cartão I: 2,59, no cartão II: 2,97, e no cartão III: 2,88. Segundo a pesquisadora, considera a frequência de 8 a 10 respostas a partir de sua prática com a seleção. As respostas consideradas populares foram aquelas que atingiram o mínimo de 16% das respostas da área, critério adotado por Beck e Rorschach para este tipo de resposta. Chama a atenção que Freitas (1996) considerou respostas populares alguns conteúdos presentes em localizações Dd, que foi descrito como: “aquelas áreas da figura, escolhidas abaixo do critério de 1:22 de frequência na população, e que aparecem no mapa como Dd, ou sequer figuram no mesmo dada sua raridade de aparição segundo a estatística”(p. 29). Há uma dissonância nestas informações, pois se a resposta popular é um conteúdo específico que aparece numa determinada localização numa frequência mínima de 16%, conforme descrito no manual, não poderia este conteúdo estar localizado em um Dd com frequência inferior a 4,5%. Seguindo o critério estabelecido para as respostas populares, no mínimo a localização seria um detalhe (D) em que a frequência estimada é de pelo menos 1:22, ou seja, acima de 4,5%.

Tabela 9

*Respostas populares segundo Freitas (1996)*

<b>CARTÃO 1</b>	<b>CARTÃO 2</b>	<b>CARTÃO 3</b>
ÁREA/CONTEÚDO	ÁREA/CONTEÚDO	ÁREA/CONTEÚDO
G: morcego	G: pintura	G: pessoas, pessoas em movimento
D(1-3): aranha	D(3): árvore, planta, olho, peixe	D(1): pessoas
D(2): borboleta, flor, folha.	D(4): animais, bichos, insetos, bicho-da-seda, camarão, lagarta.	D(1-6): pessoas
		D(1-6-4): pessoas
		D(2): pessoas
		D(4): borboleta
		D(6): inseto, lagarta
Dd(4): mapa		Dd(3): mãos humanas
		Dd(9): rato
		Dd(13): dragão
		Dd(14): garra de animal
	Dbl(14): coluna vertebral, esqueleto	

*Nota.* Adaptada com dados extraídos de Freitas (1996)

Em sua pesquisa, Freitas (1996) parece não ter se preocupado em estabelecer os parâmetros normativos de frequência da amostra para as localizações, determinantes e conteúdos. Ela apenas criou um atlas de referência para correção e interpretação do teste, segundo o sistema Anibal Silveira, utilizando as frequências previstas por Zulliger (1970), conforme Tabela 10.

Tabela 10

*Dados normativos utilizados por Freitas (1996)*

VARIÁVEL	ESPERADO
R	15 a 20 (Zulliger) 8 a 10 (Freitas)
G	20 a 30% (Zulliger)
D	50 a 70% (Zulliger)
Dd	5 a 15% (Zulliger)
DbI	8% (Zulliger)
F	70 a 85% (Zulliger) 50 a 60% (Freitas)
F+	Não informado
H (humano)	20 a 33% (Zulliger)
A (animal)	30 a 40% (Zulliger)
Popular	25 a 35% (Zulliger)

*Nota.* Adaptada com dados extraídos de Freitas (1996)

Analisando a Tabela 10 notam-se algumas incoerências no manual quanto as variáveis R e F. O número de respostas encontrado na pesquisa de Freitas (1996) é de 8 a 10, mas para fazer os cálculos ela parece considerar que a frequência esperada é de 15 a 20 (vide exemplo do manual na p. 94). A autora cita que “um protocolo normal se concentra nas respostas de forma, que são as mais frequentes (50 a 60% das respostas)” (p. 38), mas a frequência esperada descrita para os cálculos é de 70 a 85% (p.47). Não consta no manual o parâmetro

utilizado para o F+ %, sendo descrita apenas a forma de se fazer os cálculos. A partir destas observações, parece que a contribuição de Freitas (1996) para a correção e interpretação do teste de Zulliger estava relacionada às respostas banais e à elaboração de um atlas com os conteúdos mais citados nas devidas localizações, conforme estipulado pelo Zulliger (1970).

#### 2.4.5 Normatização do sistema francês através de Candiani e Candiani (2004)

A pesquisa de Candiani e Candiani (2004) foi a partir de uma amostra de 430 protocolos de mineiros, sendo 240 (55,8%) da capital Belo Horizonte/MG e 190 (44,2%) do interior do estado, submetidos a aplicação coletiva em seleção profissional. A idade variou de 15 a 59 anos, em que todos eram alfabetizados: primário completo (4,1%), fundamental (34,8%), médio (58,3%) e superior (2,5%). Quanto ao gênero dos participantes, 325 (75,5%) eram mulheres e 105 (24,5%) eram homens.

O total de respostas analisadas foi de 5950, sendo 1997 no cartão I, 2066 no cartão II e 1887 no cartão III. Foram consideradas respostas banais aquelas que apareceram pelo menos 1 vez a cada 6 protocolos, ou seja, uma frequência de 16,6% (Tabela 11).

Tabela 11

*Respostas populares segundo Candiani e Candiani (2004)*

<b>DIAPPOSITIVO 1</b>	<b>DIAPPOSITIVO 2</b>	<b>DIAPPOSITIVO 3</b>
ÁREA/CONTEÚDO	ÁREA/CONTEÚDO	ÁREA/CONTEÚDO
G: não tem banal	G: não tem banal	G: pessoas
D1: folha	D1 : peixes	D1: borboleta.
	D2: touro, bode, búfalo, carneiro	D2: pessoas
Dbl: olhos		

*Nota.* Adaptada com dados extraídos de Candiani e Candiani (2004)

Na relação das banais citada acima, percebe-se uma diferença dos resultados anteriores que é a presença de um detalhe no branco (Dbl) como localização de uma banal.

Geralmente a frequência elevada típica desta resposta é comum em partes (D) ou na totalidade da mancha (G). No manual de Candiani e Candiani (2004), os dados normativos que servem de parâmetro para a codificação e a interpretação foram baseados na média e encontram-se na Tabela 12. Entre parênteses estão os valores em frequência calculados por este pesquisador para facilitar a comparação entre os sistemas.

Tabela 12

*Dados normativos (N=430) segundo Candiani e Candiani (2004)*

VARIÁVEL	MÉDIA
R	14
G	2 (14%)
D	7 (50%)
Dd	4 (29%)
Dbl	1 (7%)
F	61%
F+	80%
H (humano)	21%
A (animal)	43%
Vulgar	3 (21%)

*Nota.* Adaptada com dados extraídos de Candiani e Candiani (2004)

Uma vez apresentadas essas pesquisas normativas realizadas no Brasil com o teste de Zulliger, pode-se notar que há especificidades relevantes entre os resultados alcançados. Tais constatações serão devidamente discutidas posteriormente no estudo 4, ao se descrever os dados normativos advindos da pesquisa com adultos da região metropolitana de Belo Horizonte. Os resultados desta pesquisa servirão de referência para futuras avaliações psicológicas, entre elas a avaliação para concessão do porte de arma de fogo.

## 2.5 Avaliação psicológica para concessão do porte de arma de fogo

A avaliação psicológica é apenas um dos requisitos para todo cidadão que busca obter e manusear uma arma de fogo. Há uma tendência mundial a se manter um controle sobre o comércio de armas, evitando que se tenha o livre acesso ao armamento e, com isso, aumente as estatísticas de homicídio e de suicídio. No entanto há exceções em alguns países que, em função do contexto sócio-histórico, permite o porte de arma de fogo sem maiores restrições, como será descrito nos próximos tópicos.

### 2.5.1 Porte de arma de fogo no Brasil

Portar arma de fogo constitui a conduta de transportar pessoalmente a arma nas mãos, nas vestes, em maleta, em pasta, em sacolas, em bolsa, no carro, em arreo de animal, entre outros, de maneira a permitir seu pronto uso, segundo a sua natureza e destinação, demonstrando o requisito da ofensividade. O porte não se exige o contato físico com a arma, basta que esteja junto da pessoa, possibilitando a utilização imediata (Jesus, 2002). O porte de arma apenas se concretiza se a pessoa o faz fora de casa, não sendo considerado “porte” o transporte da arma no interior da residência (quarto, sala, cozinha) ou nos anexos desta (varanda, quintal). No entanto, não se constituem dependências da casa as áreas comuns dos prédios ou condomínios (hall de entrada, salão de festas, áreas de lazer) em que há o acesso de todos os moradores. Para portar arma de fogo é preciso ter licença de autoridade policial e seguir as legislações que regulam o uso de armamento e como estas foram sendo modificadas com o passar dos anos (Sznick, 1997).

A primeira normatização sobre as armas de fogo no Brasil ocorreu em 1934, por meio do Decreto 24.602 assinado por Getúlio Vargas (Pellini, 2006). Este decreto determinava sobre a proibição da fabricação de armas e munições de guerra por empresas particulares, sendo permitido a estas a produção somente de armas e munições de caça e explosivos. Caso

houvesse interesse em se fabricar armas de guerra, estas deveriam solicitar ao governo uma autorização, que era concedida somente com o cumprimento das seguintes exigências: o governo teria preferência na compra dos produtos; declaração minuciosa do espaço físico em que funcionava a empresa; número de funcionários, fórmulas dos produtos; e quantidade de produção anual. Somente após essas informações analisadas é que a licença para a produção das armas de guerra era liberada. Este decreto tinha como objetivo controlar o armamento que era produzido no país, como também tentar prever acontecimentos que atentassem contra a ordem e a segurança pública. Nesse sentido, buscava-se ter conhecimento do que era produzido para que não saísse do controle e também ter fácil acesso ao armamento em caso de problemas que viessem a ameaçar a segurança pública do país (Dias, 2005).

Em janeiro de 1965, o Decreto 24.602 foi revogado pelo Decreto 55.649, denominado de Regulamento para o Serviço de Fiscalização da Importação, Depósito e Tráfego de produtos Controlados pelo Ministério de Guerra (SFIDT). Este decreto era mais abrangente e seu objetivo era de incentivar o desenvolvimento da indústria armamentista brasileira, pois as novas regras determinavam mais qualidade na produção das armas e munições, como também incentivava à importação. Ao contrário do decreto anterior, que nada citava a respeito do registro e posse de arma por civis, este determinava o Ministério da Guerra como responsável por delimitar quais armamentos eram de uso permitido à população, como também por definir a quantidade de armas e munições que eram autorizadas ao civil (Dias, 2005).

O registro de posse e porte das armas passou a ser de responsabilidade da Polícia Civil de cada estado, porém em caso de necessidade para uso imediato o cidadão poderia portar arma sem registro. Não existia nesse decreto um procedimento estabelecido que descrevesse quais eram os requisitos para a Polícia Civil conceder o porte de arma. A única restrição era que somente o cidadão idôneo poderia ter o porte de arma. Também era de responsabilidade

da Polícia Civil autorizar a compra de munição para as armas registradas. Com relação à importação e exportação de armas, o controle era mais rígido, porém para os civis isso não era tão severo. Estes podiam viajar ao exterior e trazer armas, desde que fosse idôneo e que não ultrapassasse três armas de calibres diferentes e trezentos cartuchos para uso próprio. (Dias, 2005).

Uma regulamentação mais específica para o registro do porte de arma pelos civis ocorreu somente com a Portaria Ministerial nº 1.261 de outubro de 1980. Esta norma definia os procedimentos para se comprar armas e munições, autorizando a cada cidadão o porte de seis armas de uso permitido: o interessado poderia comprar até três armas no ano até atingir as seis permitidas (Pellini, 2006). Além de regular o porte para os civis, esta lei também normatizava a compra de armas e munições para policiais civis e militares. Essa mudança na lei ocorreu devido à preocupação com o aumento da violência no país.

A venda das armas era permitida somente para civis maiores de 21 anos, com profissão definida, sem antecedentes jurídico-criminais e com o Registro de Arma concedido pela Polícia Civil. No ato da venda era necessário o preenchimento do formulário de registro da arma e apresentação do documento de identificação pelo interessado. A loja vendedora era responsável de entregar o formulário preenchido à Polícia Civil e esta emitia o Registro de Arma e o Certificado de Propriedade. Somente após o certificado emitido que o comprador poderia retirar sua arma na loja. As regras para o controle mais rígido do porte de arma começaram a ser delineadas a partir da divulgação da Portaria Ministerial nº 1.261, em que os interessados em ter o porte de arma deveriam seguir as normas impostas. Porém, mudanças ainda eram necessárias, pois os dados eram compartimentados, ou seja, era possível acessá-los somente no local onde foram cadastrados (Dias, 2005).

A partir de 1995, iniciou-se no Brasil um movimento para modernizar a legislação criminal, no sentido de regulamentar e controlar o porte de arma de fogo, além de atualizar e

modernizar a legislação penal, adequando-a às aspirações da segurança pública, de humanização do sistema criminal e da redução da delinquência e violência urbana. Este movimento foi fruto de discussões internacionais promovidas em conjunto pela Organização das Nações Unidas, Conselho das Comunidades Européias e a Organização dos Estados Americanos (Jesus, 2002).

Em 1997 foi criada a Lei Federal nº 9437 (Brasil, 1997) que estabeleceu condições para o registro e porte de arma de fogo, definiu crimes e deu outras providências, como os critérios para o porte por civis, assim como o controle e cadastro das armas comercializadas no país. O Sistema Nacional de Armas (SINARM) foi então instituído no âmbito da Polícia Federal. Em 2003, foi promulgada a Lei nº 10826 (Brasil, 2003) denominada Estatuto do Desarmamento, revogando a lei anterior de 1997 e propondo o desarmamento do maior número possível de pessoas e criando normas mais rígidas para a concessão do registro de porte de armas. Ela foi regulamentada pelo Decreto nº 5123 (Brasil, 2004). Em 2005, foi realizado um plebiscito em que a população deveria responder se o comércio de armas de fogo e munição deveria ser proibido no Brasil e a vitória foi pelo “não” desarmamento da população cuja defesa era a ideia de que as pessoas necessitavam das armas para se defenderem e que o Estado não era capaz de garantir uma segurança suficiente (Werlang & Nascimento, 2010). Assim, com o resultado do plebiscito e a Lei nº 10826 (Brasil, 2003) ainda em vigor, o porte de arma de fogo passou a ser concedido ao civil, desde que o mesmo apresente alguns requisitos estipulados pelo Decreto nº 5123 (Brasil, 2004) e nº 6715 (Brasil, 2008), a saber: I – declarar efetiva necessidade; II – ter, no mínimo, vinte e cinco anos; III – apresentar original e cópia, ou cópia autenticada, de documento de identificação pessoal; IV – comprovar, em seu pedido de aquisição e em cada renovação do Certificado de Registro de Arma de fogo (CRAF), idoneidade e inexistência de inquérito policial ou processo criminal, por meio de certidões de antecedentes criminais da Justiça Federal, Estadual, Militar e

Eleitoral, que poderão ser fornecidas por meio eletrônico; V – apresentar documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa; VI – comprovar em seu pedido de aquisição e em cada renovação do CRAF, a capacidade técnica para o manuseio de arma de fogo; VII – comprovar aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestada em laudo conclusivo fornecido por psicólogo do quadro da Polícia Federal ou por esta credenciado.

O artigo 14 da Lei nº 10826 (Brasil, 2003) afirma que portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, terá como pena a reclusão de 02 (dois) a 04 (quatro) anos, e multa. O parágrafo único esclarece que o crime previsto neste artigo é inafiançável.

Bicalho (2012) relembra que a avaliação psicológica tem início com a análise da demanda, passa pelo levantamento das singularidades e dos objetivos do trabalho, pela escolha das estratégias e instrumentos, pela colheita das informações, pela atenção aos princípios éticos e pelo processo de devolutiva. Quando o psicólogo faz uma avaliação sobre as condições de se portar e manusear uma arma de fogo no Brasil, ele está influenciando diretamente a vida e os direitos desta pessoa, e conseqüentemente, a sociedade em geral. Nesse sentido, esse pesquisador enfatiza a importância de se fazer uma análise detalhada de todos os fatores envolvidos nesta avaliação psicológica.

Um parecer de aptidão para portar arma de fogo exige capacitação e muita responsabilidade do profissional psicólogo, pois se corre o risco de deixar um policial ou um cidadão indefeso frente às ameaças, ou viabilizar armamento para pessoas incapazes de manterem a segurança ou lidarem adequadamente com a arma, podendo causar danos irreparáveis ao indivíduo e a terceiros. Assim, um exame detalhado dos resultados da

entrevista e dos testes utilizados, aliado aos dados do histórico, embasa um parecer mais adequado para que se possa portar uma arma de fogo.

Na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), a seleção dos candidatos ao cargo de policial tem a avaliação psicológica como uma das etapas do seu processo de inclusão. A partir de 1989, foi elaborada pelos oficiais psicólogos a primeira descrição do perfil profissiográfico do policial operacional e a partir desta época novas atualizações desses e de outros perfis foram sendo efetivadas. A partir dos anos após 1990, houve um aumento das ações judiciais de candidatos contraindicados no exame psicológico, com a alegação de que este fere um dos direitos individuais garantidos pela Constituição Federal, pois definir um perfil é estabelecer como deve ser a pessoa que irá ingressar na instituição e isso é discriminatório, afinal todos são iguais perante a lei. Assim, medidas foram tomadas visando a uma melhor adequação do processo seletivo às demandas judiciais, em especial a definição de fatores incapacitantes para o ingresso na PMMG ao invés do perfil profissiográfico (Nogueira, 2007).

O contraperfil teve o objetivo de identificar aqueles candidatos que apresentem fatores incapacitantes que pudessem implicar dificuldades na adaptação na carreira militar, como características de personalidade, nível intelectual e condições emocionais. Os fatores de contraindicação ou incapacitantes foram definidos em resoluções de saúde da PMMG como características psicológicas incompatíveis ao exercício da função policial militar e que levavam em conta as seguintes condições: atividade de forte pressão externa e emocional, porte de arma de fogo, risco de morte, de invalidez, de contágio por doenças, de degeneração do estado de saúde mental, de lesão corporal, de responsabilidade civil, penal e administrativa. Buscou-se, então, aprovar no exame psicológico todo candidato que não apresentasse instabilidade emocional, baixo nível de energia, nível intelectual abaixo da média da população, dificuldades nas relações interpessoais e no acatamento às normas

sociais (Nogueira, 2007; Ávila-Batista, 2009). Tais características são corroboradas por Goldstein (2003) ao defender que o policial deveria ter as seguintes características: alto nível de inteligência, boa capacidade para relacionar-se, autodisciplina, maturidade e estabilidade mental.

A resolução nº 4085/10, da Polícia Militar de Minas Gerais (2010), dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar; e o porte de arma de fogo pertencente à instituição. O artigo 2º informa que a aquisição de arma de fogo para uso próprio é um direito do militar da ativa, da reserva remunerada e do reformado; mas deve respaldar-se nas condições estabelecidas pela legislação em vigor. O artigo 10º descreve as situações impeditivas para se ter autorização interna para a referida aquisição e entre elas estão as seguintes disposições: estar classificado no conceito C (mais de cinquenta pontos negativos registrados em seus assentamentos funcionais, em função de transgressões disciplinares); ter sido punido nos últimos 2 anos por utilização indevida de arma de fogo; estar sob dispensa de saúde com restrição de uso de arma de fogo; ter sido dispensado definitivamente do uso e manuseio de armamento ou reformado por doença mental.

O militar da reserva ou o reformado será avaliado por um oficial médico e psicólogo da PMMG para obter autorização para aquisição de arma de fogo. A instrução conjunta nº 08/11 (PMMG/BM, 2011) estabelece que a avaliação de saúde tenha caráter abrangente, avaliando-se clinicamente os aspectos orgânicos, cognitivos, psíquicos e de adaptação social, por meio de entrevista psicológica estruturada, conforme modelo definido pela Diretoria de Saúde, e o uso de instrumentos psicológicos como Palográfico, Zulliger, Pfister e inventários de personalidade - caso seja necessário uma avaliação psicológica complementar. O oficial psicólogo deverá solicitar uma avaliação neuropsicológica, em casos de suspeita de déficit cognitivo, e parecer de profissionais assistentes de saúde mental (um psiquiatra e um psicólogo), caso o militar esteja em tratamento.

Paralelamente aos procedimentos da PMMG, a Polícia Federal (1998) estabeleceu suas primeiras diretrizes sobre o porte de arma de fogo em 1998, em que o perfil psicológico do candidato a portar arma de fogo deveria ter as seguintes características: capacidade de avaliar-se (autocrítica), ausência de psicopatologias, capacidade em acreditar na honestidade das pessoas (confiança), capacidade de aceitação de normas sociais e leis (conformidade), ausência de comportamentos hostis bem como adequada canalização da agressividade, vida interior com adequada distribuição e canalização dos afetos (controle emocional), resistência à frustração, recursos mentais e energia psíquica para transformar o pensamento em ação.

A Instrução Normativa nº 78/2014, da Polícia Federal (2014), estabelece procedimentos para o credenciamento e fiscalização de psicólogos responsáveis pela expedição de comprovante de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e regulamenta a atuação do psicólogo na avaliação psicológica do vigilante. A aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo deverá ser atestada em laudo conclusivo, conforme modelo contido no Anexo II da referida instrução, emitido por psicólogo da Polícia Federal ou por outro psicólogo credenciado por esta, desde que o mesmo seja devidamente inscrito no Conselho Regional de Psicologia. O exame deverá considerar o interessado como APTO ou INAPTO para o manuseio de arma de fogo, não podendo constar do laudo os nomes dos instrumentos psicológicos utilizados e as características de personalidade aferidas. Segundo o §1º do 2º artigo do cap.1º dessa mesma instrução, a comprovação da aptidão psicológica será exigida nos procedimentos de aquisição, registro, renovação de registro, transferência, porte de arma de fogo, credenciamento de armeiros e instrutores de armamento e tiro.

A bateria de instrumentos de avaliação psicológica, segundo a Polícia Federal (2014), utilizada na aferição das características de personalidade e habilidades específicas dos usuários de arma de fogo e vigilantes deverá contar com, no mínimo, os seguintes procedimentos: 01 teste projetivo (entre eles o Teste de Zulliger); 01 teste expressivo; 01

teste de memória; 01 teste de atenção difusa e concentrada; e 01 entrevista estruturada. Os testes psicológicos utilizados devem ser reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia, cuja comercialização e uso serem restritos a psicólogos inscritos no Conselho Regional de Psicologia, conforme art. 18 da Resolução CFP nº 002/2003.

### 2.5.2 Porte de arma de fogo no exterior

Uma das preocupações globais, atualmente, é o uso da força e das armas de fogo. Discussões têm sido frequentes em relação à conveniência de se usar armas. Parte da opinião pública defende seu uso em atividades lúdicas, desportivas e/ou profissionais, além de serem garantias de segurança pessoal. No entanto, outros se preocupam com o risco de danos e mortes que elas podem causar em pessoas inocentes (Toledo, Montoro & Civera, 2005). Frente a este dilema, é preciso saber quem apresenta condições de dispor de uma arma de fogo.

Contudo, há divergências quanto ao controle sobre as licenças para posse e porte de arma exercido em vários países. Em alguns, o porte de arma é permitido; em outros, existem regras rígidas - como no Brasil em que há obrigatoriedade de se atender a diversos requisitos.

Na Argentina, por exemplo, segundo Pellini (2006), existem leis rigorosas para aqueles que se interessam pelo porte de arma e, por isso, passam por processos burocráticos até conseguirem a aprovação e liberação do porte. Correia (2014) descreve que a primeira lei sobre armas de fogo naquele país data de 1973. Porém, tomando como modelo a prática de desarmamento do Brasil, em 2006, a Argentina regulamentou a lei nº 26.216/2006 que trata da Política Nacional de Desarmamento Voluntário, com a qual, nos dois anos seguintes conseguiu retirar de circulação mais de 100 mil armas no país. O objetivo com a regulamentação dessa lei era a difusão de uma cultura de paz, com a resolução dos conflitos

mediante o diálogo, diminuição da utilização de armas de fogo e munição; a diminuição de acidentes de violência; e a conscientização da população a respeito do aumento da criminalidade com uso de arma de fogo. Ainda de acordo com a autora, em 2012, o governo viu a necessidade de retomar o programa de desarmamento, visto o aumento da criminalidade no país.

Na Áustria, por sua vez, foi implantada uma legislação em 1997 que delimitava o processo de aquisição do porte de arma e apresentava os seguintes requisitos mínimos aos interessados: idade superior a 21 anos, apresentação de atestado de bons antecedentes e realização do processo de avaliação psicológica (Nascimento & Werlang, 2010).

Na Suíça, por outro lado, o uso de arma é permitido, não ocorrendo um controle rígido quanto ao porte. Isso se deve ao fato de as taxas de violência no país serem reduzidas. Há uma facilidade em se encontrar armas nas ruas, pois os habitantes podem transportá-las consigo a qualquer momento. Essa facilidade se dá pelo fato de no país ser muito comum a prática de esporte e de lazer nos clubes de tiros. Além disso, é permitido aos jovens que prestam o serviço militar levarem seu fuzil para a casa durante e após o treinamento (Rabelo, 2011).

Também dentro do conjunto de países cuja permissão é deflagrada, nos Estados Unidos da América, o porte de arma em geral é liberado. Essa permissão é baseada na segunda emenda de 1971 da Constituição do país, tendo o povo o direito de possuir e de usar armas. Cabe a cada Estado, regularizar as normas referentes ao porte de arma de fogo, existindo em alguns deles a proibição. Porém, na grande maioria dos Estados a posse e porte de arma é permitida, pois se embasam na Constituição e alegam a necessidade da arma para segurança pessoal e das residências (Rabelo, 2011). Nascimento e Werlang (2010) apontam que - embora não haja normas rigorosas contrárias ao porte de arma de fogo - existe uma proibição ao porte para indivíduos que se encontrem em algumas situações como, por

exemplo, pessoas que cometeram crimes, usuários de drogas, imigrantes ilegais e pessoas que renunciaram à cidadania americana.

O Canadá, por sua vez, possui uma lei rigorosa com relação ao porte de arma de fogo. Essa lei foi criada em 1977 devido ao alto número de violência no país. O “Ato de 1977”, nome dado à lei, era exigente com os interessados em ter o porte de arma, sendo que para obtenção do Certificado de Registro ao porte de armas, a polícia checava os antecedentes, como também a elegibilidade, que é a averiguação do motivo pelo qual está se solicitando o registro. Além disso, a polícia realizava uma coleta de informações sobre a vida do solicitante, contendo visita à residência e local de trabalho, e somente após a conferência é que era liberado o registro e permitida a retirada da arma da loja. Em dezembro de 1998, uma nova legislação foi elaborada com intuito de promover melhorias no processo de permissão para a emissão do Certificado de Registro. A partir desta data foi implementado um novo sistema unificado de controle, que permitia a polícia acesso à informação de todos os registros. Esse modelo de controle se assemelha ao SINARM do Brasil, pois realiza um controle dos registros de posse e porte de armas. Todos os candidatos devem passar por uma ampla avaliação de comportamento social no passado e no presente, bem como da atual situação psicológica pela averiguação e controle dos seguintes fatores de riscos: registro ou indicação de desequilíbrio ou de doença mental, abuso de substâncias tóxicas, histórico de comportamento violento, quebras de relacionamentos, perda de emprego e falência financeira. Os candidatos ao porte de arma de fogo devem fornecer duas referências pessoais que possam confirmar desconhecem qualquer incidente passado ou situação presente que desabone o candidato. Após a aprovação nesse processo, era liberado o certificado ao interessado, e o mesmo era emitido uma única vez e válido enquanto o cidadão possuir a arma em seu domínio. Além dessas alterações, a nova legislação realiza um controle maior das armas e delimita os crimes inerentes a uso ilegal das mesmas (Bueno, 2001).

Na Espanha todos os interessados em obter a licença, ou a sua renovação, para portar e manusear arma de fogo têm que passar por uma avaliação rigorosa, psicológica e física, nos Centros de Exame devidamente autorizados pelo Governo, situados na região onde o solicitante reside. Baseado no “Modelo de Avaliação Preventiva”, o objetivo é comprovar que não existe enfermidade, transtornos mentais e de conduta, ou deficiência alguma que possa levar a uma incapacidade para ter ou usar uma arma, levando-se em consideração um perfil profissional criado em 1998 e reconhecido por um Colégio Oficial de Psicólogos (COP). Após estudos realizados, chegou-se à conclusão de que no exame psicológico alguns fatores de personalidade dentre outros devem ser avaliados como neuroticismo, paranóia, força do ego, agitação, psicastenia e hipocondria (Toledo, Montoro & Civera, 2005).

## **2.6 Indicadores de aptidão ao porte de arma de fogo**

A avaliação psicológica obrigatória para aqueles que desejam portar arma de fogo no Brasil deve ser baseada em critérios definidos no perfil psicológico do candidato. Inicialmente, algumas características foram determinadas pela Portaria nº 23 de 1997, da Polícia Civil, que segundo Pellini (2000, p.17) eram as seguintes: ausência de quadro reconhecidamente patológico; controle adequado da agressividade; estabilidade emocional; ajustamento pessoal e social; qualquer sintoma que possa implicar contraindicação para o uso de arma de fogo; além de apresentar atenção difusa, concentrada e distribuída; percepção (discriminação, avaliação tempero-espacial, identificação, dependência e independência do campo); cognição (compreensão, previsão e julgamento); tomada de decisão; motricidade e reação; memória.

O manual de orientação para psicólogos credenciados da Academia Nacional de Polícia (ANP), elaborado em 1998, também descrevia algumas características psicológicas

necessárias a quem pretendia portar arma de fogo. Eram elas arroladas em uma lista específica dentro dos seguintes critérios: capacidade de autocrítica (capacidade do indivíduo de avaliar-se); ausência de psicopatologias (ocorrência de comportamentos típicos); confiança (capacidade do indivíduo em acreditar na honestidade das pessoas); conformidade e comportamento social (capacidade de aceitação das normas sociais e das leis); agressividade e suas formas de canalização (ausência de comportamentos hostis bem como sua adequada canalização); tensão psíquica, afetividade e vida interior (proporção de distribuição e canalização de afeto); resistência à frustração (capacidade e tendência de comportamento frente às situações frustrantes); recursos mentais (repertório mental do indivíduo com relação aos preconceitos, fanatismo, empatia, ideologias, etc.); e energia psíquica (relação potencial e a capacidade de transformar o pensamento em ação) (Polícia Federal, 1998).

Pellini (2000), em seu trabalho de mestrado, em que utiliza o Método de Rorschach na avaliação psicológica para o porte de arma de fogo na abordagem de Aníbal Silveira, determinou cinco fatores que devem ser considerados ao analisar os fatores de aptidão: índice de impulsividade (relacionado ao controle adequado da agressividade), índice RMI (adaptação à realidade referente aos dinamismos envolvidos no ajustamento pessoal e social), ocorrência do movimento humano (maturidade psicológica e autoafirmação), prevalência de forma-cor (estabilidade emocional), e os índices conativos (que avaliam a coordenação motora e manutenção da atenção). Segundo a autora, a presença de pelo menos 3 indicadores desfavoráveis, na análise dos fatores acima citados, determinaria a inaptidão para o porte de arma de fogo. Em sua pesquisa de doutorado sobre indicadores de maturidade emocional para o porte de arma de fogo por intermédio do método de Rorschach, Pellini (2006) comparou o resultado dos protocolos de três grupos distintos. A amostra foi composta por 150 indivíduos, cujo primeiro grupo era de 50 penitenciários com histórico de crimes violentos com arma de

fogo; o segundo grupo estava constituído de 50 candidatos ao cargo de guarda civil e, portanto, iriam portar arma de fogo; e o terceiro grupo era formado por 50 pessoas que não apresentavam desvios de conduta ou personalidade. Concluiu que os índices de Impulsividade, Adaptação à Realidade, Resposta de Movimento e Resposta de Cor podem discriminar sujeitos mais violentos, os quais, por questões emocionais, poderiam ser considerados contra-indicados para o porte de arma de fogo. Embora a pesquisadora tenha utilizado um teste projetivo com manchas de tinta, ela não realizou estudos com o teste de Zulliger.

A Polícia Federal (1998) estabeleceu inicialmente alguns critérios específicos, valores médios, no Teste de Zulliger, e que deveriam ser considerados na aptidão de um candidato ao porte de arma de fogo. São eles: número de respostas (15 a 22 na aplicação individual e 8 a 12 na aplicação coletiva), globais (16 a 20%), detalhes frequentes (60 a 68%), detalhes incomuns (4 a 13%), respostas no branco (12%), controle intelectual (45 a 55%), senso crítico (65 a 80%), recursos internos (80 a 90%), controle externo das reações afetivas (2:1), controle interno (2:1), controle social (2:1), controle geral (65 a 80%), nível de aspiração (2:1), flexibilidade do pensamento (35 a 55%), capacidade de relacionamento (20 a 30%), participação no pensamento do grupo (20 a 30%) e controle da ansiedade (12%). Não foi descrita a fonte destas informações ou o sistema de correção utilizado. Tais critérios, no entanto, podem sofrer alteração a partir de pesquisas normativas atualizadas, como é a proposta desta tese com a população da região metropolitana de Belo Horizonte.

Atualmente os psicólogos da Polícia Federal e seus credenciados, responsáveis pela avaliação para concessão do porte de arma de fogo, se baseiam na Instrução Normativa nº 78 de 10 de fevereiro de 2014, que em seu anexo V, traz o extrato os seguintes indicadores psicológicos do portador de arma de fogo: atenção necessária (concentrada e difusa), memória (auditiva e visual) e indicadores psicológicos necessários (adaptação, autocrítica,

autoestima, autoimagem, controle, decisão, empatia, equilíbrio, estabilidade, flexibilidade, maturidade, prudência, segurança e senso crítico. São considerados indicadores psicológicos restritivos: conflito, depressão, dissimulação, distúrbio, exibicionismo, explosividade, frustração, hostilidade, imaturidade, imprevisibilidade, indecisão, influenciabilidade, insegurança, instabilidade, irritabilidade, negativismo, obsessividade, oposição, perturbação, pessimismo, transtorno e vulnerabilidade (Polícia Federal, 2014).

Dentro desse aspecto, o teste de Zulliger oferece uma variedade de indicadores de aptidão e inaptidão para a concessão do porte de arma de fogo, pertinentes com os indicadores psicológicos citados na Instrução Normativa 78 (Polícia Federal, 2014). Por meio da tabela 13, pode-se ter uma melhor visualização desses indicadores e o seu significado, baseado na definição dada por alguns estudiosos (Alvim, 1971; Anzieu, 1989; Ávila-Batista, 2011; Ferreira, 1975; Vaz, 2002).

Tabela 13

*Indicadores de aptidão e seus significados*

<b>INDICADOR</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
<b>ADAPTAÇÃO À REALIDADE</b>	Compartilhar com as pessoas em geral o modo de perceber as situações de vida, demonstrando com isso uma similaridade na forma de pensar e de fazer julgamentos. Tem o sentido de conformismo social, de participação no pensamento coletivo.
<b>ADAPTAÇÃO SOCIAL</b>	Capacidade de estabelecer relacionamentos interpessoais a partir do reconhecimento do outro enquanto pessoa, igual a si mesma.
<b>JUÍZO CRÍTICO</b>	Percepção da realidade compartilhada com os outros propiciando julgamentos objetivos, precisos e coerentes.
<b>MATURIDADE SOCIAL</b>	Percepção adequada de si mesmo e do outro como ser humano integrado e vitalizado, promovendo relações interpessoais saudáveis.
<b>CONTROLE EMOCIONAL</b>	Afetividade socialmente adaptada, maturidade emocional, capacidade de estabelecer contato afetivo e de se colocar no lugar do outro. Capacidade para controlar os impulsos afetivos.

**continua**

continuação

INDICADOR	SIGNIFICADO
<b>CONTROLE RACIONAL</b>	Capacidade de se orientar na vida para se adaptar à realidade exterior, graças à atividade reguladora da razão e do pensamento.
<b>CAPACIDADE DE SÍNTESE</b>	Capacidade de perceber as situações de vida em seu contexto mais amplo, em sua totalidade.
<b>CAPACIDADE PARA DETALHES COMUNS</b>	Capacidade de análise, de perceber os detalhes mais significativos de determinado contexto ou realidade. Indica o gosto pelo concreto, o sentido de realidade e a inteligência prática e objetiva.
<b>CAPACIDADE PARA DETALHES INCOMUNS</b>	Capacidade de análise mais aguçada, para perceber detalhes menos significantes ou identificar minúcias. Pode ser sinal de observação incansável, meticulosidade, aplicação ao trabalho e perseverança.
<b>PRODUTIVIDADE</b>	Capacidade de responder a situações ou tarefas que lhe são impostas, buscando achar soluções, sendo a expressão do comprometimento, do desempenho e da realização.
<b>INTERESSES DIVERSIFICADOS</b>	Revela a flexibilidade do sujeito, como utiliza as diversas possibilidades do seu repertório para a solução de problemas.
<b>IMPULSIVIDADE</b>	Conduta precipitada, pouco planejada, com ausência de constância, falta de comedimento, de estabilidade e de previsibilidade nas ações. O sujeito é incapaz de usar seus recursos internos para impedir ações impensadas, tendo descontrole sobre seus impulsos e não conseguindo postergar uma ação.
<b>PARANÓIA</b>	Reações persecutórias, desconfiança e pensamentos em que o sujeito se sente ameaçado ou se coloca como vítima de um ambiente hostil e desfavorável.
<b>OPOSICIONISMO</b>	O sujeito é incapaz de respeitar as regras e leis impostas pelos contextos de vida, agindo em desacordo com o estabelecido e esperado pela cultura onde está inserido.
<b>ANSIEDADE AUMENTADA</b>	Sentimento de insegurança e temor subjetivo frente às situações futuras imaginárias, com tentativa de controle antecipatório.
<b>BLOQUEIO EMOCIONAL</b>	Ausência da expressão da sensibilidade afetiva frente às situações do cotidiano, tornando a pessoa mais retraída, rígida e racional.
<b>ESQUECIMENTO DE RESPOSTAS</b>	Indicativo de que a memória não está preservada e/ou que bloqueios ou conflitos internos possam impedir ou comprometer a realização satisfatória das tarefas.

Continua

Continuação

INDICADOR	SIGNIFICADO
<b>FENÔMENOS ESPECIAIS DA PSICOSE</b>	Percepções alteradas da realidade provocando reações ou condutas inadequadas, levando ao desajustamento e desadaptação da realidade.
<b>AGRESSIVIDADE AUMENTADA</b>	Manifestação de força ou afirmação pessoal. Agir de forma a lesar, causar danos, morte às pessoas e/ou destruição de patrimônio.
<b>DEPRESSÃO</b>	Vivência de sofrimento intenso podendo levar à inibição, lentidão psicomotora, rebaixamento do humor e questionamento da própria existência.
<b>TENDÊNCIA SUICIDA</b>	Propensão a agir de forma a lesar, causar danos ou morte a si mesmo.
<b>EMPATIA</b>	Identificação sentimental com outra pessoa, permitindo ao indivíduo sentir com o outro. Tendência para sentir o que se sentiria caso estivesse na situação e circunstâncias experimentadas por outra pessoa.
<b>MUTILAÇÃO</b>	Tendência a perceber os conteúdos humanos e animais fragmentados, o que se revela um indicador de agressividade e/ou depressão.

*Nota.* Adaptado com definições de estudiosos (Alvim, 1971; Anzieu, 1989; Ávila-Batista, 2011; Ferreira, 1975; Vaz, 2002).

A compreensão do significado de cada um dos indicadores, que serão examinados ao se fazer uma avaliação psicológica para concessão do porte de arma de fogo, é imprescindível para que o psicólogo possa embasar o seu parecer conclusivo. Nos estudos realizados, descritos a seguir, eles serão devidamente trabalhados para que se possa estabelecer uma lista de referência a ser usada pelos psicólogos da PF ou credenciados por esta.

**3 ESTUDO 1:****Identificação dos indicadores de aptidão/inaptidão mais frequentes**

### **3.1 OBJETIVOS**

#### **3.1.1 OBJETIVO GERAL**

Examinar quais são os indicadores mais frequentes no Teste de Zulliger para a concessão do porte de arma de fogo.

#### **3.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Identificar quais são os indicadores favoráveis mais frequentes nos protocolos
- b) Identificar quais são os indicadores desfavoráveis mais frequentes nos protocolos
- c) Verificar se há diferença significativa entre a frequência média de indicadores favoráveis e desfavoráveis no grupo de pessoas consideradas aptas e inaptas

### **3.2 MÉTODO**

#### **3.2.1 PARTICIPANTES**

Oito psicólogos aceitaram participar deste estudo. Sete eram de Minas Gerais e uma do Rio Grande do Sul. Todos têm experiência em avaliação psicológica e são credenciados há pelo menos 3 anos pela PF, revelando conhecimento do Teste de Zulliger e prática específica com avaliação para concessão do porte de arma.

#### **3.2.2 INSTRUMENTOS**

- a) 92 protocolos do teste de Zulliger, de candidatos ao porte de arma de fogo. A amostra foi composta por 46 casos considerados aptos e 46 casos inaptos, que foram avaliados psicologicamente para esta finalidade. Integraram esse conjunto, cidadãos comuns,

vigilantes, policiais militares e civis. Não foram consideradas outras variáveis para a composição da amostra como sexo, idade ou escolaridade.

b) Lista de indicadores favoráveis e desfavoráveis ao porte de arma (check list A).

O pesquisador elaborou uma lista prévia com alguns indicadores a serem analisados nos protocolos do Teste de Zulliger, que constavam nos estudos realizados (Pellini, 2000; Polícia Federal, 1998; Resende, 2008) e com utilização das frequências propostas por Vaz (2002) em seu manual.

Os indicadores considerados **favoráveis** à concessão de porte de arma foram os seguintes:

- ✓ adaptação à realidade (presença de 25% de respostas populares),
- ✓ adaptação social (presença de percepções humanas integradas, frequentemente vistas e consideradas populares no cartão III),
- ✓ juízo crítico adequado (F+ acima de 70%),
- ✓ maturidade emocional (presença de respostas determinadas pela cor no cartão II e III e  $FC > C + CF$ ),
- ✓ maturidade social ( $H > (H) + (Hd) + Hd$ ),

Os indicadores considerados **desfavoráveis** foram:

- ✓ agressividade aumentada (cinestésias e conteúdos com esta significação)
- ✓ mutilação (tendência a fragmentar = Ad e Hd),
- ✓ rigidez / inflexibilidade (F% acima de 50%),
- ✓ obsessividade/ansiedade ( $R\uparrow$ (acima de 9),  $Dd\uparrow$ (acima de 20%),  $F+\downarrow$  (abaixo de 70%),
- ✓ depressão (conteúdos desvitalizados e anatomia óssea, ausência de cor cromática),
- ✓ percepções paranóides (conteúdos e cinestésias persecutórios),
- ✓ fenômenos especiais (confabulação / contaminação).

### 3.2.3 PROCEDIMENTOS

Foi realizado um contato inicial com quinze psicólogos credenciados da Polícia Federal (PF) do conhecimento do pesquisador, convidando para uma pesquisa relativa aos indicadores de aptidão ao porte de arma de fogo. Os convidados eram psicólogos com experiência em avaliação psicológica e credenciados há pelo menos 3 anos pela PF. A participação destes profissionais consistia em possibilitar o acesso aos arquivos de documentos referentes ao Teste de Zulliger de candidatos avaliados com a finalidade de concessão ao porte de arma, com o resultado de aptidão ou de inaptidão.

Oito psicólogos aceitaram o convite e cederam uma cópia dos testes ao pesquisador. Buscou-se manter o mesmo número de protocolos considerados aptos e inaptos. Todos os protocolos foram identificados com a letra P de participante e numerados, para resguardar a identidade da amostra, sendo 46 do grupo de aptos e 46 do grupo de inaptos. Os psicólogos participantes foram informados dos objetivos, dos procedimentos da pesquisa e dos aspectos éticos envolvidos, além de assinarem o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice 1).

A partir da análise de cada protocolo apto e inapto, foram identificados os indicadores que estavam presentes ou ausentes na lista previamente elaborada (check list A). Outros que não constavam nesta listagem, poderiam ser acrescentados, caso estivessem presentes nos protocolos.

### 3.2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Todos os indicadores favoráveis e desfavoráveis presentes nos protocolos do grupo de candidatos aptos foram somados para verificar a frequência com que os mesmos apareciam nestes protocolos analisados, por meio de análise descritiva. O mesmo foi feito com o grupo

de candidatos inaptos. Uma vez feito o cálculo desta frequência, fez-se uma comparação entre médias dos dois grupos, por intermédio do teste para comparação entre médias (teste t de Student) com nível de significância  $< 0,05$ .

### 3.3 RESULTADOS

Após análise qualitativa dos protocolos dos grupos de aptos e inaptos ao porte de arma de fogo, chegou-se aos resultados de frequência com que cada indicador esteve presente. A adaptação à realidade foi avaliada através da presença de respostas populares, tendo como referência esperada 25%. No grupo de aptos, este indicador esteve presente 41 vezes (89,1%) num total de 46 (100%). No grupo de inaptos sua presença foi constatada 25 vezes (54,3%). O indicador adaptação social (através da presença de percepções humanas integradas, frequentemente vistas e consideradas populares no cartão III) esteve presente 26 vezes (56,5%) enquanto que no grupo de inaptos 17 vezes (37%). O indicador juízo crítico adequado (com presença mínima de  $F+ = 70\%$ ) esteve presente 43 vezes (93,5%) no grupo de aptos e 28 vezes (60,9%) no de inaptos. O indicador maturidade emocional (presença de respostas determinadas pela cor no cartão II e III e  $FC > C + CF$ ) esteve presente 18 vezes (39,1%) no grupo de aptos e 9 vezes (19,6%) entre os inaptos. O indicador maturidade social ( $H > (H) + (Hd) + Hd$ ) esteve presente 19 vezes (41,3%) no grupo de aptos e 14 vezes (30,4%) no de inaptos.

Uma vez apresentado os resultados em relação aos indicadores de aptidão, serão descritos os indicadores considerados de inaptidão ou desfavoráveis ao porte de arma de fogo. O indicador agressividade aumentada (cinestésias e conteúdos com esta significação) esteve presente 3 vezes (6,5%) no grupo de aptos e 18 vezes (39,1%) no grupo de inaptos. O indicador mutilação (tendência a fragmentar =  $Ad$  e  $Hd$ ) esteve presente 19 vezes (41,3%) no grupos de aptos e 23 vezes (50%) nos inaptos. O indicador rigidez/inflexibilidade ( $F\%$  acima

de 50%) esteve presente 27 vezes (58,7%) entre os aptos e 20 vezes (43,5%) no grupo de inaptos. O indicador obsessividade / ansiedade ( $R \uparrow$ (acima de 9),  $Dd \uparrow$ (acima de 20%),  $F + \downarrow$  abaixo de 70%) esteve presente 16 vezes (34,8%) no grupo de aptos e 15 vezes (32,6%) entre os inaptos. O indicador depressão (conteúdos desvitalizados e anatomia óssea, ausência de cor cromática, etc.) esteve presente 4 vezes (8,7%) entre os aptos e 9 vezes (19,6%) entre os inaptos. O indicador percepções paranóides (conteúdos e cinestésias persecutórios) esteve presente 3 vezes (6,5%) entre os aptos e 11 vezes (23,9%) nos inaptos. O indicador fenômenos especiais (confabulação / contaminação) esteve 1 vez (2,2%) entre os aptos e 2 vezes (4,3%) entre os inaptos. Na tabela 14 são apresentados todos os indicadores com suas respectivas frequências para que se possa ter maior clareza das diferenças e das semelhanças dos mesmos nos grupos de aptos e inaptos.

Tabela 14

*Frequência dos indicadores presentes nos protocolos analisados*

INDICADORES	FREQUÊNCIA NO GRUPO DOS APTOS	FREQUÊNCIA NO GRUPO DOS INAPTOS
1 adaptação à realidade	89	54
2 adaptação social	57	37
3 juízo crítico	94	61
4 controle emocional	39	20
5 maturidade social	41	30
6 agressividade	7	39
7 Mutilação	41	50
8 Rigidez ( $F \% \uparrow$ )	59	50
9 Obsessividade/Ansiedade	35	33
10 Depressão	9	22
11 Percepções paranóides	6	24
12 Confabulação/contaminação	2	4

### 3.4 DISCUSSÃO

A partir das frequências apresentadas na tabela anterior pode-se constatar que tanto indicadores favoráveis quanto desfavoráveis estão presentes nos dois grupos, mas havendo uma diferença perceptível entre os considerados aptos e inaptos. Entre os indicadores favoráveis ao porte de arma de fogo, todos eles foram mais frequentes no grupo dos avaliados aptos, destacando-se adaptação à realidade (89%) e presença de juízo crítico (94%). Quanto aos indicadores desfavoráveis, a frequência é maior no grupo de inaptos, exceto quanto aos indicadores: de rigidez e o de ansiedade. Os indicadores desfavoráveis mais frequentes no grupo dos inaptos, se comparado ao grupo dos aptos, são mutilação (50%), agressividade (39%), percepções paranóides (24%), depressão (22%) e fenômenos especiais (4%).

Encontrou-se uma diferença significativa na quantidade de indicadores favoráveis entre os 2 grupos, sendo que o grupo considerado apto apresentou uma média de 4,15, enquanto que o grupo de inaptos apresentou uma média bem inferior ( $M=2,63$ ). Com relação aos indicadores desfavoráveis, embora o grupo apto tenha apresentado uma média inferior ( $M=1,52$ ) ao grupo dos inaptos ( $M=1,78$ ), esta diferença não se mostrou significativa no teste t (Tabela 15).

Tabela 15  
*Diferença entre médias dos indicadores de aptidão*

	PARECER	N	Média	p valor
indicadores favoráveis	APTO	46	<b>4,15</b>	0,001***
	INAPTO	46	<b>2,63</b>	
Indicadores desfavoráveis	APTO	46	1,52	
	INAPTO	46	1,78	

Nota. \*\*\* $p < 0,05$

Foi interessante notar que alguns protocolos do Zulliger analisados não apresentavam qualquer indicador desfavorável ao porte de arma, mas mesmo assim o candidato foi considerado inapto pelo psicólogo credenciado. Isso de fato pode ocorrer se for levado em

consideração que o Teste de Zulliger é apenas um dos instrumentos da bateria utilizada, não sendo o suficiente para um parecer de aptidão ou de inaptidão. Provavelmente, os resultados dos outros instrumentos utilizados foram comprometedores ao porte.

Os resultados alcançados neste estudo demonstraram que o teste de Zulliger é um instrumento que consegue revelar indicadores importantes para a análise do psicólogo credenciado para a concessão de porte de arma de fogo. Verificar se um teste psicológico, utilizado na avaliação de um sujeito que pretende portar arma de fogo, contribui para que o profissional tenha subsídios para dar o seu parecer de aptidão, é um passo importante para que o psicólogo possa inclui-lo em sua bateria. O teste de Zulliger se mostra bastante eficiente, como pode ser demonstrado na análise dos casos citados. Muitos indicadores como adaptação à realidade, controle emocional, adaptação social, agressividade adequada, ausência de fenômenos psicopatológicos e maturidade nas relações interpessoais, entre outros, contribuem para a tomada de decisão. Deve-se ressaltar que a avaliação tem que se pautar no conjunto de resultados alcançados de toda a bateria de testes e entrevista psicológica, lembrando que as características da personalidade tendem a se repetir nos diversos instrumentos, seja através de borrões de tinta, palos, pirâmides coloridas, histórias contadas ou desenhos de casa, árvore e pessoa.

**4 ESTUDO 2:  
Evidências de validade de conteúdo relativas aos indicadores de aptidão**

## **4.1 OBJETIVOS**

### **4.1.1 OBJETIVO GERAL**

Identificar qual a relevância dos indicadores de aptidão para a análise de um protocolo de Zulliger, para a concessão do porte de arma de fogo.

### **4.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Verificar quais indicadores de aptidão são mais relevantes neste tipo de avaliação.
- b) Identificar qual o grau de relevância (baixa, média ou alta) de cada um dos indicadores.

## **4.2 MÉTODO**

### **4.2.1 PARTICIPANTES**

Na pesquisa de validade de conteúdo participaram 30 especialistas, psicólogos conhecedores do Teste de Zulliger e com experiência comprovada em sua prática profissional (seja como professores de avaliação psicológica e/ou psicólogos credenciados da PF). Vinte e nove participantes eram de Minas Gerais e uma do Rio Grande do Sul.

### **4.2.2 INSTRUMENTOS**

- a) Questionário sobre os especialistas (apêndice 3) elaborado pelo pesquisador, solicitando informações relativas à formação acadêmica, como aprendeu sobre o teste de Zulliger, anos de experiência e área de atuação (clínica, organizacional, pericial, porte de arma, trânsito e

acadêmica), além da abordagem de correção utilizada na sua prática: Klopfer (atlas do Cícero Vaz), Exner (atlas da Ana Elisa Villemor-Amaral), ou Beck (atlas da Alba Guerra).

b) Lista de indicadores de aptidão (check list B) contendo 21 indicadores do Teste de Zulliger, sendo 10 deles provenientes do estudo 1, e os demais baseados nos estudos de Castro (2013), Gonçalves e Gomes (2007), Polícia Federal (2014), Resende (2013) e Siminovich (2008), com avaliação para porte de arma de fogo, e frequências segundo o manual do Teste de Zulliger (Vaz, 2002). Optou-se por retirar dois indicadores inicialmente considerados no estudo 1. Um deles foi a mutilação, por já estar inserida nos indicadores de agressividade e depressão, uma vez que estas são as razões para o aparecimento deste fenômeno. O outro foi a rigidez/inflexibilidade, por ser verificada no indicador controle racional (F%). Cada um dos 21 indicadores foi devidamente identificado por indícios (localização, determinantes, conteúdos, banalidades e fenômenos especiais, entre outros) presentes no protocolo, segundo o sistema Klopfer, uma vez que sua presença ou sua ausência poderia ser considerada um fator favorável de aptidão ao porte de arma de fogo. São eles: adaptação à realidade, juízo crítico, adaptação social, maturidade social, controle emocional, controle racional, empatia, capacidade de síntese, capacidade de análise em detalhes, capacidade para detalhes incomuns, produtividade/comprometimento e interesses, totalizando doze indicadores que, se presentes, são favoráveis. Os indicadores a seguir, se presentes, são desfavoráveis à concessão do porte de arma: bloqueio emocional, agressividade aumentada, fenômenos especiais da psicose (confabulação e contaminação), reações persecutórias ou paranóides, ansiedade, oposicionismo, angústia / depressão, tipo vivencial coartado e esquecimento de respostas / fenômeno da negação; totalizando nove indicadores. Na tabela 16 estão descritos os indicadores de aptidão e os dados referentes no teste de Zulliger.

Tabela 16

*Indicadores de aptidão com referência no Zulliger segundo Vaz (2002)*

	INDICADOR	DADOS NO ZULLIGER
1	ADAPTAÇÃO À REALIDADE	Resposta popular (pop) mínimo de 25%
2	JUIZO CRÍTICO	Forma com qualidade precisa ou frequentemente vista F+ (mínimo de 70%)
3	ADAPTAÇÃO SOCIAL	Percepção de figura humana inteira e natural H (pop) no cartão III
4	EMPATIA	Presença de cinestesia humana no teste M (12 a 25 %)
5	MATURIDADE SOCIAL	Prevalência de percepções humanas integradas e naturais $H > Hd + (H) + (Hd)$
6	CONTROLE EMOCIONAL	Prevalência de determinantes forma-cor $FC > C + CF$
7	BLOQUEIO EMOCIONAL	Não responder pelo determinante cor no teste $\sum C = 0$
8	AGRESSIVIDADE (AUMENTADA)	Conteúdos e cinestésias agressivas. Ex: sangue, fogo, luta, mutilação (Ad e Hd), matar, atacar, etc. (2 ou mais respostas no teste)
9	CONTROLE RACIONAL	Respostas determinadas pela forma F% (de 50 a 70%)
10	CAPACIDADE DE SÍNTESE	Respostas na localização global G% (de 13 a 38%)
11	CAPACIDADE PARA DETALHES COMUNS	Localização no detalhe comum ou frequentemente visto D% (de 40 a 60%)
12	CAPACIDADE PARA DETALHES INCOMUNS	Localização no detalhe incomum Dd% (de 6 a 16%)
13	FENÔMENOS ESPECIAIS (psicose)	Confabulação, Contaminação, Cs da interpretação diminuída ou anulada
14	PRODUTIVIDADE, COMPROMETIMENTO	Número de respostas dadas no teste (Mínimo de 5 respostas)
15	INTERESSES	Variedade de tipos de conteúdos (mínimo de 3 tipos diferentes)
16	PARANOIA / REAÇÕES PERSECUTÓRIAS	Olhar o verso, conteúdos persecutórios e onipotentes (conteúdos: máscara, olhos, algo escondido, etc.)
17	OPOSICIONISMO	Respostas no branco ( $S > 2$ ), fenômeno recusa (não querer responder), inverter a posição do cartão para responder ( $\Delta V$ )
18	SINAIS DE ANSIEDADE, OBSESSIVIDADE	R ↑ (acima de 10), D ↑ (acima de 60%), Dd ↑ (acima de 18%), S ↑ (acima de 2), presença de Detalhe Oligofrênico (Do)
19	ANGÚSTIA / DEPRESSÃO	R ↓ (abaixo de 5), fracasso (não conseguir responder), F ↑ (acima de 80%), Choque a cor (não responder pela cor), Mutilação (Ad, Hd), conteúdos desvitalizados. Ex: anat óssea, Hd, Ad, flor murcha, animal doente, morte, etc.
20	TIPO VIVENCIAL Coartado ou coartativo	Pouca ou nenhuma resposta determinada pela cor e pela cinestesia.
21	ESQUECIMENTO DAS RESPOSTAS	Fenômeno negação (não lembrar que deu a resposta ou onde ela se localiza)

*Nota.* Adaptada com dados extraídos de Vaz (2002)

c) Tabela de codificação (localização e determinante) das principais escolas de correção (Klopper, Exner e Beck) para que o participante pudesse ter como referência, caso a sua abordagem de correção fosse diferente do sistema Klopper (apêndice 3).

#### 4.2.3 PROCEDIMENTOS

Inicialmente o pesquisador enviou o questionário, a lista de indicadores (check list B), a tabela de codificações e o TCLE para os psicólogos participantes. A tarefa de cada um deles foi responder ao questionário de identificação e posteriormente discriminar, individualmente e sem conhecimento dos outros colegas participantes, os indicadores mais relevantes numa lista de vinte e um indicadores do Teste de Zulliger. Na tabela, o participante deveria sinalizar se esses indicadores eram ou não relevantes, e qual o grau de relevância: baixa, média ou alta. Foi dada ainda a possibilidade de se completar a tabela com outros indicadores não elencados. Após conclusão destes trabalhos, o participante remetia os resultados ao pesquisador. Uma vez recebido a resposta do participante, o pesquisador deu um valor quantitativo aos diferentes graus de relevância: baixa = 1, média = 2 e alta = 3.

#### 4.2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os resultados foram analisados utilizando-se a frequência com que cada participante assinalou determinado indicador da listagem (check list B). Quanto ao grau de relevância, além da frequência resultante da análise descritiva, foi calculado o Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC), para verificar o nível de concordância entre os juízes avaliadores. Foi estabelecido o ponto de corte em 0,70 e não 0,80 conforme proposto por Hernández-Nieto, citado por Cassep-Borges, Balbinott e Teodoro (2010), em função dos juízes não terem a mesma formação e experiência prática.

### 4.3 RESULTADOS

Dos trinta questionários enviados, vinte foram respondidos. Em relação ao perfil do psicólogo participante, quanto à formação acadêmica, pode-se constatar que 90% desses psicólogos têm especialização ou pós-graduação e 10% tem apenas a graduação. Sobre o tempo de experiência com o teste, 75% tem mais de cinco anos, enquanto 25% têm menos que cinco. A área de maior atuação destes profissionais foi a organizacional com 90%, seguida pela avaliação para porte de arma de fogo (50%), clínica (40%), acadêmica (35%), trânsito (30%) e perícia (10%). Nota-se que os psicólogos têm, em alguns casos, mais de uma área de atuação. A abordagem de correção e interpretação mais utilizada pela amostra foi a de Klopfer (90%), dentro os quais 10% utiliza, além do sistema de Klopfer, o sistema compreensivo de Exner. Em relação à relevância dos indicadores avaliados, dos 21 apresentados, 20 deles foram considerados como relevantes por no mínimo 70% dos juízes, conforme Tabela 17.

Tabela 17

*Relevância dos indicadores para os juízes*

Nº	INDICADORES FAVORÁVEIS AO PORTE DE ARMA DE FOGO	SIM	NÃO
1	PRESENÇA DE ADAPTAÇÃO À REALIDADE	100%	0
2	PRESENÇA DE JUÍZO CRÍTICO	100%	0
3	PRESENÇA DE MATURIDADE SOCIAL	100%	0
4	PRESENÇA DE CONTROLE EMOCIONAL	100%	0
5	PRESENÇA DE CAPACIDADE DE ANÁLISE (D)	100%	0
6	PRESENÇA DE ADAPTAÇÃO SOCIAL	100%	0
7	AUSÊNCIA DE ANSIEDADE AUMENTADA	100%	0
8	PRESENÇA DE CONTROLE RACIONAL	95%	5%
9	PRESENÇA DE CAPACIDADE DE SÍNTESE (G)	95%	5%
10	PRESENÇA DE EMPATIA	95%	5%
11	AUSÊNCIA DE FENÔMENOS ESPECIAIS DA PSICOSE	95%	-
12	AUSÊNCIA DE REAÇÕES PERSECUTÓRIAS	95%	5%
13	AUSÊNCIA DE DEPRESSÃO	95%	5%

continua

N°	INDICADORES FAVORÁVEIS AO PORTE DE ARMA DE FOGO	continuação	
		SIM	NÃO
14	AUSÊNCIA DE AGRESSIVIDADE AUMENTADA	95%	5%
15	AUSÊNCIA DE OPOSICIONISMO	90%	10%
16	AUSÊNCIA DE TIPO VIVENCIAL COARTADO	85%	15%
17	PRESENÇA DE PRODUTIVIDADE / COMPROMETIMENTO	85%	15%
18	PRESENÇA DE ANÁLISE EM DETALHES INCOMUNS (Dd)	80%	20%
19	AUSÊNCIA DE BLOQUEIO EMOCIONAL	75%	25%
20	AUSÊNCIA DE ESQUECIMENTO DAS RESPOSTAS (NEGAÇÃO)	70%	30%
21	PRESENÇA DE INTERESSES DIVERSIFICADOS	65% ↓	35%

Os psicólogos, ao avaliarem se os indicadores eram ou não relevantes, demonstraram um alto índice de concordância. No entanto, houve divergência ao julgarem o grau de relevância destes mesmos indicadores, quanto a ser alta, média ou baixa. As frequências na distribuição desses três graus de relevância propostos pelo pesquisador foi bem heterogênea, conforme descrito na Tabela 18. Isso também ficou demonstrado pelo CVC, com ponto de corte de 0,70, levando a um grau de concordância satisfatório em 12 indicadores, a saber: controle emocional (1,00), ausência de fenômenos especiais relacionados à psicose (1,00), ausência de agressividade aumentada (0,95), controle racional (0,91), juízo crítico (0,91), adaptação à realidade (0,90), maturidade social (0,88), ausência de reações persecutórias (0,86), ausência de depressão (0,85), adaptação social (0,83), ausência de ansiedade (0,83) e oposicionismo (0,75). Alguns participantes sugeriram a inclusão de indicadores de impulsividade e de suicídio.

Tabela 18  
*Grau de relevância e CVC dos indicadores de aptidão*

N°	INDICADORES FAVORÁVEIS AO PORTE DE ARMA DE FOGO	Alta	Média	Baixa	CVC
1	PRESENÇA DE CONTROLE EMOCIONAL	100%	0	0	1,00

continua

Nº	INDICADORES FAVORÁVEIS AO PORTE DE ARMA DE FOGO	continuação			
		Alta	Média	Baixa	CVC
2	AUSÊNCIA DE FENÔMENOS ESPECIAIS DA PSICOSE	95%	0	0	1,00
3	AUSÊNCIA DE AGRESSIVIDADE AUMENTADA	95%	0	5%	0,95
4	PRESENÇA DE JUÍZO CRÍTICO	80%	15%	5%	0,91
5	PRESENÇA DE CONTROLE RACIONAL	80%	15%	5%	0,91
6	PRESENÇA DE ADAPTAÇÃO À REALIDADE	70%	30%	0	0,90
7	PRESENÇA DE MATURIDADE SOCIAL	65%	35%	0	0,88
8	AUSÊNCIA DE REAÇÕES PERSECUTÓRIAS	75%	15%	5%	0,86
9	AUSÊNCIA DE DEPRESSÃO	70%	20%	5%	0,85
10	PRESENÇA DE ADAPTAÇÃO SOCIAL	50%	50%	0	0,83
11	AUSÊNCIA DE ANSIEDADE AUMENTADA	50%	50%	0	0,83
12	AUSÊNCIA DE OPOSICIONISMO	60%	15%	15%	0,75
13	AUSÊNCIA DO TIPO VIVENCIAL COARTADO	45%	30%	10%	0,68
14	PRESENÇA DE EMPATIA	30%	50%	15%	0,68
15	AUSÊNCIA DE BLOQUEIO EMOCIONAL	45%	25%	5%	0,63
16	PRESENÇA DE CAPACIDADE DE SÍNTESE (G)	25%	45%	25%	0,63
17	PRESENÇA DE CAPACIDADE DE ANÁLISE (D)	15%	50%	35%	0,60
18	PRESENÇA DE PRODUTIVIDADE E COMPROMETIMENTO	30%	15%	40%	0,53
19	AUSÊNCIA DE ESQUECIMENTO DAS RESPOSTAS (NEGAÇÃO)	35%	15%	20%	0,51
20	PRESENÇA DE ANÁLISE EM DETALHES INCOMUNS (Dd)	0	40%	40%	0,40
21	PRESENÇA DE INTERESSES DIVERSIFICADOS	15%	25%	20%	0,38

#### 4.4 DISCUSSÃO

Nesse estudo foram investigados quais indicadores do Teste de Zulliger foram considerados mais relevantes para os psicólogos que trabalham com avaliação psicológica para concessão de porte de arma de fogo. Na etapa inicial, os vinte participantes que responderam o questionário, avaliaram se o indicador era relevante ou não. Nota-se que nem todos os psicólogos opinaram em relação aos 21 indicadores, demonstrando que em relação ao indicador (fenômenos especiais da psicose) um juiz ou esqueceu, ou ficou na dúvida ou não compreendeu os indícios do indicador no Zulliger. Mesmo ocorrendo esta falta, pode-se

chegar a 20 indicadores com frequência mínima de 70%, havendo uma convergência bastante aceitável.

Os resultados encontrados na pesquisa de análise de protocolos para porte de arma, desenvolvida no estudo 1, apontaram para 8 indicadores que também foram considerados relevantes pelos especialistas neste presente estudo, o que corrobora com a importância dos seguintes indicadores para a aptidão: adaptação à realidade, juízo crítico, controle emocional, maturidade social, ausência de agressividade aumentada, ausência de depressão, ausência de percepções paranóides e/ou persecutórias, e ausência de fenômenos especiais da psicose (contaminação e confabulação).

Foi sugerida a inclusão de mais dois indicadores pelos juízes avaliadores: ausência de impulsividade e de tendência suicida. Estas sugestões, de certa forma, estão relacionadas a outros indicadores já descritos na tabela como ausência de descontrole emocional e ausência de depressão/angústia; mas podem ser incluídas como novos indicadores por enfatizar aspectos mais específicos e também importantes neste tipo de avaliação. Existem indícios no Teste de Zulliger que sinalizam a impulsividade: tempo de latência rebaixado, descontrole emocional ( $FC < C + CF$ ) e tempo médio de resposta rebaixado (Tempo Total dividido pelo número de respostas do protocolo). A tendência suicida é identificada através de indícios depressivos já citados e a presença do determinante cor acromática ( $C'$ ). Quanto maior o descontrole da angústia auto-destrutiva, maiores as chances de um potencial suicida ( $FC' < C' + C'F$ ).

Foram realizadas mais duas alterações na tabela de indicadores. Foi retirado o indicador ausência do tipo vivencial coartado, por ele já fazer parte das referências de outros dois indicadores: ausência de bloqueio emocional e ausência de depressão. Foi incluído um outro indicador: presença de conteúdo humano. Esse indicador é importante, pois há casos em que o examinado não apresentou adaptação social com a percepção de um ser humano

inteiro no cartão III, e não apresentou maturidade social ( $H > (H) + (Hd) + Hd$ ), mas apresentou conteúdos relacionados ao ser humano, mesmo que fragmentado ou fantasioso, demonstrando que apesar de sua imaturidade e desadaptação, revela interesse social. Assim, verifica-se que não se trata de misantropia, ou seja, uma pessoa que apresenta aversão ou ódio à sociedade e evita a convivência com preferência à solidão (Ferreira, 1975).

Em relação ao grau de relevância, os avaliadores tiveram mais dificuldade em manter a convergência entre os 3 graus oferecidos (alta, média e baixa), havendo apenas 12 indicadores com o mínimo de coerência proposto no CVC, que foi de 0.70. Isso chamou a atenção do pesquisador já que se trata de uma amostra com muitos profissionais que trabalham com avaliação para porte de arma ou que são responsáveis pela seleção de seguranças, pública e/ou privada, e, portanto, lidam com este tipo de avaliação constantemente. Esperava-se maior coerência nos resultados alcançados, e isso pode refletir a falta de uma sistematização maior destes indicadores, para que o psicólogo levasse em consideração ao avaliar uma pessoa que deseja portar arma de fogo ou trabalhar armado. Outra possibilidade seria uma capacitação deficitária ou insuficiente do psicólogo na interpretação dos resultados que o Teste de Zulliger oferece para a tomada de decisão sobre aptidão ou não. Além disso, alguns participantes avaliaram o indicador como relevante, mas não opinaram ou não souberam determinar o seu grau de relevância, o que reforça a hipótese anterior.

Frente aos resultados alcançados, criou-se uma nova listagem contendo 23 indicadores de aptidão (check list C). Esta lista (apêndice 5) pretende facilitar a análise dos psicólogos que trabalham em parceria com a Polícia Federal, para a concessão de porte e manuseio de arma de fogo.

**5 ESTUDO 3: Evidências de validade de critério**

## **5.1 OBJETIVOS**

### **5.1.1 OBJETIVO GERAL**

O objetivo deste estudo foi verificar evidências de validade de critério (estar apto ou inapto) do Teste de Zulliger em avaliações para concessão do porte de arma de fogo.

### **5.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Verificar se o teste é capaz de identificar policiais militares que estão aptos ao porte de arma de fogo.
- b) Verificar se o teste é capaz de identificar policiais militares que estão inaptos ao porte de arma de fogo.

## **5.2 MÉTODO**

### **5.2.1 PARTICIPANTES**

- a) A amostra foi composta por 30 policiais militares da PMMG, sendo que 15 policiais estavam dispensados do uso de armamento, por terem apresentado em sua prática laboral, indicadores de transtornos de personalidade, agressividade aumentada e/ou instabilidade emocional, entre outros. Esses indicadores são desfavoráveis para obtenção de porte de arma, segundo a Polícia Federal (2014). A outra metade da amostra foi composta de 15 policiais - que não apresentavam problemas relacionados ao comportamento ou a transtornos de personalidade - e encontravam-se em plena atividade operacional (trabalhando armados) e no conceito A, conforme o Código de Ética e Disciplina da PMMG (2002). Não foram levadas em consideração variáveis como idade, sexo e escolaridade para a composição da amostra, bastando ser policial militar com o parecer de apto ou de inapto ao porte de arma de fogo.

- b) Cinco psicólogos especialistas em avaliação psicológica e experientes na utilização do teste de Zulliger e na avaliação psicológica para porte de arma de fogo.

### 5.2.2 INSTRUMENTOS

- a) Questionário socioeconômico e de saúde

Este questionário (apêndice 2) foi elaborado com o objetivo de obter informações a respeito da situação atual do possível participante em relação a dados pessoais, residência, família, trabalho, rendimento financeiro, escolaridade, saúde, história de enfermidades e tratamentos, entre outros.

- b) Teste de Zulliger

Para a realização deste estudo foi utilizado o teste de Zulliger para aplicação individual, contendo 3 cartões com manchas de tinta padronizadas. Na aplicação foram utilizadas folhas de papel A4 e caneta para registro das respostas pelo aplicador; folha padronizada de localização e caixa de lápis colorido para o examinando localizar suas respostas, além do uso de cronômetro para verificar o tempo utilizado no processo.

- c) Lista de indicadores de aptidão (check list C) contendo 23 indicadores de aptidão ao porte de arma de fogo através do Teste de Zulliger, resultado do estudo 3.

### 5.2.3 PROCEDIMENTOS

Para conseguir acesso aos policiais participantes deste estudo, o pesquisador contou com a colaboração de oficiais de saúde (psicólogos e psiquiatras) de Unidades da PMMG,

que fizeram as indicações. Uma vez que o policial era indicado para participar da pesquisa e aceitava, era contatado pelo pesquisador que então agendava um encontro para a aplicação dos instrumentos, Teste de Zulliger e questionário, para se ter informações sobre o estado de saúde e condições de trabalho. Cada participante foi reconhecido por número e letras (participante 1MB, participante 2WD, etc.). Nos protocolos dos participantes não se fez nenhuma identificação quanto ao gênero, idade e escolaridade, para manter o sigilo das identidades. Os protocolos foram digitados e em a cada um destes protocolos foram anexadas uma folha de localização, uma de psicograma (folha específica para os cálculos) e uma tabela de indicadores de aptidão ao porte de arma, resultante do estudo 2.

Cinco juízes devidamente habilitados na técnica, especialistas em avaliação psicológica e credenciados da Polícia Federal para avaliação quanto ao porte de arma, aceitaram o convite para participar deste estudo e fizeram a correção dos protocolos sem saber a qual grupo pertencia cada um dos avaliados. A tarefa inicial foi codificar cada resposta do protocolo segundo o sistema de correção da “Escola de Paris”, quanto à localização, ao determinante, ao conteúdo e à banalidade (se for o caso). Cada juiz recebeu uma apostila do teste de Zulliger contendo as principais informações de como proceder na codificação, assim como as localizações das respostas mais frequentes dadas em pesquisa realizada com amostra da população adulta da região metropolitana de Belo Horizonte (conforme estudo 4 desta tese). Uma vez codificado o protocolo, foi preenchido o psicograma para facilitar a análise quantitativa e qualitativa dos resultados obtidos.

Na lista de “indicadores de aptidão ao porte de arma” (check list C), cada juiz marcou um X na coluna do “SIM”, caso este indicador estivesse presente no protocolo analisado; e na coluna do “NÃO”, caso este indicador não estivesse presente. Após o preenchimento da tabela, o juiz deu o seu parecer sobre o protocolo, marcando um X em “APTO” ou em “INAPTO” e justificando a posição a partir de todos os dados levantados no teste de Zulliger.

#### 5.2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos foram agrupados em tabelas e as variáveis quantificadas, permitindo o uso de análises estatísticas. O grau de concordância entre os juízes, a respeito de cada um dos indicadores de aptidão, foi calculado através do Fleiss'generalized kappa ou Fleiss' kappa, uma extensão do kappa elaborado por Fleiss em 1981. Esta é uma medida estatística para avaliar a confiabilidade dos resultados categóricos obtidos por mais de dois avaliadores (King, 2004).

### 5.3 RESULTADOS

O pesquisador recebeu o retorno de apenas quatro dos cinco juízes que se comprometeram em realizar a tarefa. Com os resultados, inicialmente foi feito um levantamento de todas as codificações dos casos para verificação da precisão entre avaliadores, que será devidamente explicitado no estudo 5 desta tese. Posteriormente foi criada a Tabela 19 para melhor compreensão das avaliações feitas pelos juízes, que deram tanto o parecer final de aptidão ou de inaptidão, quanto a concordância ou não com o parecer original de cada caso examinado.

Tabela 19

*Parecer de aptidão / inaptidão dado pelos juízes*

NOME	PARECER ORIGINAL	JUIZ 1	JUIZ 2	JUIZ 3	JUIZ 4
ACA	INAPTO	APTO	INAPTO	APTO	APTO
AF	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO

**continua**

continuação

NOME	PARECER ORIGINAL	JUIZ 1	JUIZ 2	JUIZ 3	JUIZ 4
AO	INAPTO	INAPTO	APTO	APTO	APTO
CHM	INAPTO	INAPTO	APTO	INAPTO	APTO
DP	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO
EM	INAPTO	APTO	INAPTO	INAPTO	APTO
EP	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO
ES	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO
FLS	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO
FS	INAPTO	APTO	INAPTO	INAPTO	APTO
GC	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO
GM	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO
GS	INAPTO	APTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO
HC	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO
HM	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO
HP	APTO	APTO	APTO	INAPTO	APTO
JP	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO
JT	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO
LB	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO
MB	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO
NP	INAPTO	APTO	INAPTO	APTO	APTO
RJ	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO
RP	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO
RR	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO
SS	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO
WA	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO
WD	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO
WN	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO
WP	APTO	APTO	APTO	APTO	APTO
WS	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO	INAPTO

Diante dos resultados apresentados pode-se constatar que o nível de concordância, em frequência (%), entre os pareceres de aptidão dados pelos juízes em relação à situação atual do militar foi bem elevado. A menor frequência foi do juiz 4 com 24 acertos em relação ao

total de testes (30), equivalendo a 80%. Em seguida, o juiz 1 apresentou 25 acertos, com 83%. O juiz 3 obteve 26 acertos, ou 87%. Finalmente, o juiz 2 com 28 acertos (93%). Constata-se, portanto, um alto índice de acertos pelos juízes, tendo em média 86% em relação ao parecer original.

O grau de concordância entre os juízes, sobre cada um dos vinte e três indicadores de aptidão, foi calculado através do Fleiss' kappa (Tabela 20). A interpretação desse coeficiente é a seguinte: < 0 significa discordância; de 0 a 0,20 quase nenhuma concordância; de 0,20 a 0,40 pequena concordância; 0,40 a 0,60 concordância moderada; 0,60 a 0,80 concordância substancial; e de 0,80 a 1,00, concordância quase perfeita (King, 2004).

Tabela 20

*Coefficiente Fleiss kappa dos indicadores de aptidão*

Nº	INDICADORES	Fleiss kappa
1	Presença de controle emocional	0,52
2	Ausência de fenômenos da psicose	0,51
3	Ausência de agressividade aumentada	0,55
4	Presença de controle racional	0,85
5	Presença de Juízo crítico	0,66
6	Presença de Adaptação à realidade	0,77
7	Presença de Maturidade social	0,88
8	Ausência de percepções paranóides	0,17
9	Ausência de Depressão / Angústia	-0,05
10	Presença de Adaptação social	0,83
11	Ausência de Ansiedade	0,95
12	Ausência de oposicionismo	0,02
13	Empatia	0,87
14	Ausência de Bloqueio emocional	0,61
15	Presença de Visão Global e Capacidade de síntese: G	1,00
16	Presença de Visão em detalhe, capacidade de análise: D	0,65
17	Presença de conteúdo humano	0,74
18	Presença de produtividade / comprometimento	1,00
19	Ausência de esquecimento de respostas	1,00
20	Presença de capacidade de análise em detalhes incomuns: Dd	0,88
21	Presença de interesses diversificados	1,00
22	Ausência de indicadores de impulsividade	0,67
23	Ausência de indicadores de tendência suicida	0,50

## 5.4 DISCUSSÃO

O check list C, com 23 indicadores de aptidão, mostrou-se um instrumento auxiliar importante na tomada de decisão dos juízes, pois possibilitou visualizar os indicadores presentes e ausentes em cada protocolo. A frequência de 80 a 93% de coerência com o parecer original do policial militar, quanto a portar ou não armamento de fogo, foi elevada. Os dados mostraram que o teste de Zulliger foi capaz de discriminar quais policiais deveriam estar portando arma de fogo e quais não.

É importante notar que, em cinco casos, um dos juízes não entrou em consenso com os demais e, portanto, eles devem ser analisados com mais atenção. No caso ACA, com parecer original de inaptidão, três juízes encontraram 20 indicadores de aptidão. O juiz que deu parecer de inapto fez uma avaliação muito próxima dos colegas, com 19 indicadores de aptidão, mas justificou o seu parecer em função da identificação de descontrole emocional, impulsividade, imaturidade social e ausência de visão global. Nesta avaliação, o juiz 2 parece ter valorizado mais os indicadores de inaptidão encontrados do que os 19 indicadores presentes de aptidão, levando ao parecer de inaptidão.

No caso AO, com parecer de inaptidão, foi avaliado assim por apenas um juiz que identificou 15 indicadores de aptidão e a ausência de oito (descontrole emocional, imaturidade social, desadaptação social, falta de empatia, ausência de conteúdo humano, ausência de percepção mais detalhista, interesses mais restritos e indicadores de impulsividade). Os outros três juízes constataram 16 indicadores de aptidão e sete ausências, discordando apenas quanto ao conteúdo humano. Neste caso em que os quatro juízes concordam que estão presentes descontrole emocional, imaturidade e desadaptação social e presença de impulsividade, entre outros, não se justificaria um parecer de aptidão ao porte de arma de fogo.

O caso GS, com parecer de inapto, manteve o mesmo parecer para três juízes, embora com percepções diferentes sobre a quantidade de indicadores de aptidão presentes: 15, 14 e 11 no total. As ausências foram principalmente as seguintes: descontrole emocional, agressividade aumentada, juízo crítico rebaixado, imaturidade social, ansiedade, tendência ao oposicionismo e impulsividade. O juiz que deu o parecer de aptidão, diferentemente, percebeu 18 indicadores de aptidão e apenas 5 ausências destes indicadores. Justifica o seu parecer reconhecendo a presença de descontrole emocional, agressividade aumentada, ansiedade e impulsividade, mas com controle lógico, juízo crítico e adaptação à realidade. Analisando o protocolo percebe-se que os indícios de inaptidão são bem significativos e, de fato, este parecer deve prevalecer.

O caso HP parece ser o mais polêmico em função de ser muito parecido com o caso anterior AO, mas ter seu parecer original de aptidão. Três juízes concordaram com este parecer, embora tenham identificado sete importantes indícios de inaptidão: descontrole emocional, imaturidade social, desadaptação social, falta de empatia, ausência de conteúdo humano, interesses restritos e tendência à impulsividade. O juiz que deu o parecer de inaptidão acrescentou mais dois indícios: presença de percepções paranóides e tendência ao oposicionismo. Analisando apenas o protocolo do Zulliger questiona-se o parecer original, acreditando que de fato há indicadores suficientes para uma inaptidão. No entanto, o parecer original deve ter levado em consideração outras fontes de informação sobre o caso que viabilizaram a aptidão ao porte de arma.

O caso NP, que se encontra atualmente sem o porte de arma de fogo, foi considerado apto por três juízes que assinalaram a presença de 18 indicadores favoráveis, tendo como justificativa principal o bom controle racional e a adaptação à realidade. O juiz que o considerou inapto identificou 14 indicadores de aptidão e a ausência de nove, justificando a inaptidão pelas dificuldades sociais (imaturidade, desadaptação, falta de empatia), percepções

paranóides, desvitalização, tendência ao oposicionismo e descontrole emocional. Percebe-se que este juiz foi mais exigente em sua avaliação, o que resultou em um parecer coerente com a situação funcional de inaptidão do policial ao porte de arma.

Outros casos como CHM, EM e FS tiveram pareceres contrários. Nesses casos dois juízes decidiram pela aptidão, enquanto os outros dois pela inaptidão. Provavelmente são casos que - de fato - suscitam dúvidas nos examinadores por apresentarem tanto indicadores de aptidão quanto de inaptidão e fazem com que se tenha que tomar uma decisão priorizando alguns indicadores.

No caso CHM, dois juízes deram aptidão ao policial baseados na presença de 15 indicadores de aptidão e ausência de oito. Justificaram o parecer principalmente em função do controle racional, juízo crítico preservado, adaptação à realidade. Os outros dois juízes se basearam na presença de 14 indicadores de aptidão e ausência de nove. Eles justificaram a inaptidão com ênfase nas dificuldades sociais (desadaptação social, ausência de empatia, tendência a misantropia) e bloqueio afetivo.

No caso EM, dois juízes deram aptidão em função de terem encontrado, 18 e 16 indicadores de aptidão, respectivamente. Justificam o parecer devido ao militar apresentar em seu protocolo principalmente controle racional, juízo crítico preservado e adaptação à realidade. Os outros dois juízes avaliaram o caso como inapto, um com oito e o outro com cinco ausências de indicadores de aptidão, tendo como ênfase o descontrole emocional e a imaturidade social.

No caso FS, dois juízes deram aptidão em função de terem encontrado 17 indicadores de aptidão e ausência de seis deles. Justificaram este parecer principalmente em função de juízo crítico preservado, adaptação social e boa adaptação à realidade. Os outros dois juízes concluíram que o caso deveria ser inapto, e um deles pontuou seis ausências de indicadores de aptidão, enquanto o outro identificou nove. Justificaram a inaptidão com ênfase na

imaturidade social, rebaixamento do controle racional, descontrole emocional, tendência a impulsividade e ao suicídio.

Após a análise de todos os protocolos e de seus pareceres de aptidão ou inaptidão, pode-se concluir que os juízes, de forma geral, conseguiram alcançar uma boa concordância nos pareceres, com 86% de frequência média de acerto ao se comparar com o parecer original. Isso demonstra a capacidade do teste de Zulliger em distinguir quem deve ou não portar arma de fogo. Percebe-se que em alguns protocolos pode haver dúvidas quanto à aptidão ou não do caso, devido à presença de indicadores que favorecem a aptidão e outros que desfavorecem. Notou-se também que diferenças nas codificações das respostas afetaram uma tomada de decisão mais embasada, já que isso interferiu diretamente no número de indicadores presentes no protocolo do examinando. Esta observação é importante para enfatizar a relevância de uma formação sólida e experiência com o teste para diminuir a influência de julgamentos subjetivos do examinador.

O resultado alcançado no fleiss' kappa demonstra que 10 indicadores tiveram concordância quase perfeita, 6 indicadores tiveram concordância substancial e 4 indicadores tiveram concordância moderada. Apenas 3 indicadores não conseguiram um bom nível de concordância. Pode-se concluir que, em relação aos indicadores de aptidão, os juízes obtiveram uma concordância significativa.

**6 ESTUDO 4: Normatização de amostra da população da região metropolitana  
de Belo Horizonte**

## **6.1 OBJETIVOS:**

### **6.1.1 OBJETIVO GERAL**

O objetivo geral deste estudo foi elaborar padrões normativos do teste de Zulliger para adultos da região metropolitana de Belo Horizonte/MG, tendo como referencial técnico científico o sistema denominado “Escola de Paris”.

### **6.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- a) Caracterizar o padrão de respostas dos adultos no Teste de Zulliger, analisando-se a frequência das diversas categorias de classificação das respostas (localização, determinantes, conteúdos e banalidades).
- b) Identificar as localizações de detalhes comuns (D) e incomum (Dd)
- c) Identificar as localizações de detalhes comuns no branco (Dbl) e incomuns (Ddbl)
- d) Examinar a qualidade dos determinantes Forma (F+ e F-)
- e) Verificar a frequência das respostas dadas, com objetivo de identificar as banais (Ban)
- f) Identificar os tipos vivenciais mais frequentes entre os belo-horizontinos

## **6.2 MÉTODO**

### **6.2.1 PARTICIPANTES**

Este estudo contou com uma amostra por conveniência de 650 adultos da região metropolitana de Belo Horizonte. Para tal, foi feita uma consulta ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em seu último censo (2010), buscando-se informações a

respeito do número de adultos (acima de 18 anos de idade) e sua distribuição em quotas nas seguintes variáveis: idade, gênero e nível de escolaridade. Utilizou-se a Tabela 3540 que fornecia a distribuição segundo as variáveis propostas nesta pesquisa: idade, sexo e nível de escolaridade (IBGE, 2010).

Para melhor distribuição da amostra foram criadas as seguintes faixas etárias: de 18 a 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos, de 50 a 59 anos, de 60 a 69 anos, e de 70 a mais de 70 anos de idade. Quanto ao nível de escolaridade, as faixas de ensino foram estipuladas nos seguintes grupos: analfabeto a fundamental incompleto, fundamental completo a médio incompleto, médio completo a superior incompleto, e superior completo a pós-graduação.

*Tabela 21*

*Distribuição da população segundo o Censo 2010*

Idade	Pop	Sem instrução		Fundamental		Médio		Superior	
		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
18-29	1.193.787	133.074	97.189	140.702	124.519	267.873	312.120	46.686	71.623
30-39	911.747	153.450	143.722	90.725	76.485	143.945	159.663	60.693	83.064
40-49	747.425	157.124	167.574	61.305	64.288	89.407	97.816	45.647	64.264
50-59	566.250	136.546	157.681	36.450	42.071	53.078	60.401	35.407	44.616
60-69	323.145	83.854	115.717	15.882	18.415	22.522	25.038	20.742	20.976
70 ou mais	251.464	66.944	115.102	8.321	12.836	10.605	17.405	10.784	9.467
TOTAL	3.993.818	730.991	796.984	353.384	338.615	587.431	672.443	219.959	294.010

*Nota.* Adaptada com os dados do Censo 2010 (tabela 3540)

Após a distribuição da população nas variáveis propostas foi calculada a proporção de pessoas necessárias, tendo como referência a amostra de 650. Pode-se notar que em algumas células da Tabela 22, principalmente as referentes às pessoas com 70 anos ou mais, eram representadas por apenas uma ou duas pessoas, sendo este número muito pouco representativo.

Tabela 22

*Distribuição da amostra nas variáveis: idade, gênero e escolaridade*

Idade	Amostra	sem instrução		Fundamental		Médio		Superior	
		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
18-29	194	22	16	23	20	44	51	8	12
30-39	148	25	23	15	12	23	26	10	14
40-49	122	26	27	10	10	15	16	7	10
50-59	92	22	26	6	7	9	10	6	7
60-69	53	14	19	3	3	4	4	3	3
70 ou mais	41	11	19	1	2	2	3	2	2
TOTAL	650	119	130	58	55	96	109	36	48

Diante de tal constatação foi tomada a decisão de se fazer a distribuição das pessoas de forma mais homogênea na variável idade, colocando 150 pessoas na primeira faixa de idade (18 a 29 anos), por ser a de maior densidade populacional, e as demais faixas com 100 pessoas cada, totalizando as 650 da amostra, conforme Tabela 23.

Tabela 23

*Distribuição homogênea da amostra (N=650)*

Idade	Amostra	sem instrução		Fundamental		Médio		Superior	
		Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
18-29	150	17	12	18	16	34	39	5	9
30-39	100	16	16	10	8	16	18	7	9
40-49	100	21	22	8	9	12	13	6	9
50-59	100	25	28	6	7	9	11	6	8
60-69	100	26	36	5	6	7	8	6	6
70 ou mais	100	27	46	3	5	4	7	4	4
TOTAL	650	132	160	50	51	82	96	34	45

Do total de participantes (N=650), 298 (45,8%) eram homens, distribuídos nas variáveis idade, sexo e escolaridade. A média de idade foi de 47,34, a mediana 47,00 e a moda 29 anos. A idade mínima foi de 18 anos e a máxima 92 anos. Quanto à escolaridade, 292 (44,9%) eram analfabetos ou tinham ensino fundamental incompleto; 101 (15,5%) tinham ensino fundamental completo ou médio incompleto; 178 (27,4%) tinham ensino

médio completo ou superior incompleto; e 79 (12,2%) tinham superior completo ou pós-graduação.

### 6.2.2 INSTRUMENTOS

#### a) Questionário socioeconômico e de saúde

O questionário (apêndice 2) foi elaborado com o objetivo de obter informações a respeito da situação atual do possível participante em relação aos seguintes dados pessoais: residência, família, trabalho, rendimento financeiro, escolaridade, saúde, história de enfermidades e tratamentos, entre outros.

#### b) Teste de Zulliger

Para a realização deste estudo foi utilizado o teste de Zulliger para aplicação individual, contendo 3 cartões com manchas de tinta padronizadas. Na aplicação foram utilizadas folhas de papel A4 e caneta para registro das respostas pelo aplicador, folha padronizada de localização e caixa de lápis colorido para o examinando localizar suas respostas, além de cronômetro para verificar o tempo utilizado no processo.

### 6.2.3 PROCEDIMENTOS

Uma vez calculada a proporção necessária de pessoas a cada quota amostral a partir das variáveis descritas, foram convidados a participar da pesquisa, adultos a partir de 18 até mais de 70 anos de idade, pelo fato de a maioria dos processos judiciais e avaliações psicológicas para diversos fins com adultos, serem com pessoas dessa faixa etária. Buscando-se maior representatividade, participaram pessoas de ambos os sexos, idades e níveis

educacionais diversos, conforme a distribuição demográfica (IBGE, 2010). Os interessados não podiam apresentar transtornos mentais graves ou histórico de internações e/ou tratamentos psiquiátricos, pois não se trata de um estudo sobre quadros psicopatológicos ou psiquiátricos, e sim de pessoas consideradas “normais”. Além disso, essas pessoas deviam residir na região metropolitana de Belo Horizonte pelo menos há um ano, tempo mínimo necessário para adaptação ao novo contexto. Pasian (2000) utilizou o mesmo critério em sua pesquisa de normatização do Rorschach, em Ribeirão Preto/SP.

O convite à pesquisa foi feito por meio de uma carta de apresentação (apêndice 4) entregue pessoalmente em instituições diversas, como as de ensino (superior, médio e fundamental), empresas, clubes recreativos, organizações militares e associações, pela facilidade de acesso a um maior número de pessoas. Utilizou-se também o procedimento “bola de neve” para compor a amostra necessária. Uma vez aceito o convite, era agendado local e hora para aplicação dos instrumentos. Inicialmente, todos responderam ao questionário sócio-econômico e de saúde com a finalidade de contextualizar a vida do participante e verificar critérios de exclusão (deficiência visual grave que impeça identificar as manchas e as cores, dificuldades na comunicação que impeçam a compreensão de suas respostas, e histórico de tratamento psiquiátrico). Uma vez que o sujeito preenchia os requisitos necessários descritos anteriormente, ele assinava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice 1) e tornava-se parte integrante da pesquisa.

A aplicação do teste foi realizada em local apropriado para esta finalidade, conforme estipulado pelo Conselho Federal de Psicologia, ou seja, silencioso, sem estimulação ambiental excessiva, bem iluminado, arejado e relativamente confortável, podendo ser na própria instituição, em clínica, em posto de saúde, em empresa e associação contatada, ou mesmo na residência do participante.

Os voluntários foram submetidos a uma aplicação individual, uma vez que esta propicia maiores vantagens sobre a aplicação coletiva, como contato mais próximo com o examinado, esclarecimento de dúvidas, obtenção de inquéritos mais claros e objetivos, melhor observação das mudanças de posição dos cartões do teste e reações do sujeito frente aos mesmos (Candiani & Candiani, 2004; Freitas, 1996; Guerra, 1977; Villemor-Amaral & Primi, 2009).

A aplicação e a codificação dos protocolos foram feitas pelo pesquisador e a equipe de pesquisa, devidamente treinada para estas finalidades. O pesquisador fez também a revisão das codificações para verificar a precisão dos resultados. Os dados obtidos foram agrupados em tabelas e as variáveis quantificadas, permitindo o uso de análises estatísticas. Após compilação, análise e interpretação de todos os resultados, foi elaborado um atlas normativo de referência relativo aos adultos da região metropolitana de Belo Horizonte/MG. Aos participantes da pesquisa será feita uma devolução dos resultados do teste ao final da pesquisa, conforme interesse pessoal e solicitação através do email criado para este fim ([pesquisazulliger@gmail.com](mailto:pesquisazulliger@gmail.com)).

#### 6.2.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise e a interpretação dos resultados dos testes de Zulliger foram baseadas na abordagem “Escola de Paris”, conforme descrita por Anzieu (1989), Augras (1994), Azoulay et al.(2007), Candiani e Candiani (2004), Jacquemin (1976), Jardim-Maram (2011), Pasian (2000) e Rausch de Traubenberg (1970), utilizando as categorias de classificação de respostas propostas por estes autores, baseada na frequência com que aparecem nos protocolos (localização, qualidade formal e banalidade), na prevalência dos determinantes e nas percepções de conteúdo identificadas nos cartões. Em relação às localizações em detalhes,

foram considerados detalhes comumente vistos (D) quando atingiram a frequência de 4,5% ou mais, e aqueles que não atingiram este índice foram considerados detalhes pouco frequentes ou incomuns (Dd). A mesma frequência foi utilizada para diferenciar os detalhes no branco (Dbl e Ddbl). A qualidade formal do conteúdo percebido na resposta foi considerada precisa ou frequentemente vista (F+) quando atingiu a frequência mínima de 2% e forma “mal vista” ou subjetiva (F-) se não atingiu este percentual. Quanto à banalidade, foi utilizada a proporção de 1:22, equivalente a 16,7% dos participantes que perceberam o mesmo conteúdo na mesma localização. Para a elaboração de normas foram realizadas análises descritivas (média, mediana, moda, desvio padrão, frequência, etc.) dos dados obtidos, através de programa estatístico (SPSS).

A digitalização das localizações foi feita através de um software que agrupava as respostas em comum e as armazenava em um banco de dados. O aplicativo tinha a autonomia de reconhecer cada nova imagem como fazendo parte de um grupo já definido ou se tratava de um dado novo a ser inserido na base de dados. As tecnologias utilizadas foram as seguintes: software para recorte das imagens (Adobe Photoshop), software para construção do aplicativo que analisou as imagens recortadas (Adobe Flash), e saída do software (arquivo no formato XLM) com todas as informações compiladas.

### **6.3 RESULTADOS**

A análise descritiva dos dados obtidos na pesquisa com os 650 adultos da região metropolitana de Belo Horizonte revela uma produtividade de 6175 respostas distribuídas nos 3 cartões do teste de Zulliger, tendo como média no teste 9,5, mediana 9 e moda 8 respostas, com variação de 0 a 39 respostas no teste. A distribuição do total de respostas no teste e por cartão está descrita na Tabela 24.

Tabela 24

*Estatística descritiva da produtividade no Zulliger (N=650)*

		número total de respostas do teste	número de respostas cartão I	número de respostas cartão II	número de respostas cartão III
N	Validade	650	650	650	650
	Erro	0	0	0	0
	Média	9,50	2,87	3,41	3,22
	Mediana	9,00	2,00	3,00	3,00
	Moda	8	2	3	3
	Desvio padrão	4,435	1,644	1,766	1,829
	Assimetria	1,880	1,632	1,937	1,994
	Curtose	7,736	4,245	8,872	10,288
	Mínimo	0	0	0	0
	Máximo	39	13	17	18
	Soma	6175	1867	2215	2093
	25	7,00	2,00	2,00	2,00
Percentil	50	9,00	2,00	3,00	3,00
	75	11,00	4,00	4,00	4,00

Observou-se que o cartão II foi o que obteve o maior número de respostas, 2.215, correspondendo a 36% do total, com variação de 0 a 17 respostas e média de 3,42. O cartão III obteve a segunda melhor produtividade, com 2.093, correspondendo a 34% do total, variação de 0 a 18 respostas e média de 3,23. O cartão I obteve a menor produtividade, com 1.867, correspondendo a 30% do total, variação de 0 a 13 respostas e média de 2,90.

Os resultados esperados das principais variáveis de codificação do teste de Zulliger na Escola de Paris, para a amostra estudada, encontram-se na Tabela 25. Optou-se como referência de medida central pela mediana por ser mais representativa do valor típico da amostra, em função da distribuição dos resultados não ser normal. No caso de distribuição assimétrica é recomendável não utilizar a média (Dancey & Reidy, 2006).

Tabela 25

Expectativas normativas (N=650)

Variáveis	Média	Med.	D.P	Assim.	Kurt.	Mín.	Máx.	Percentil		
								25	50	75
R do teste	9,5	9,0	4,4	1,9	7,7	0,0	39,0	7,0	9,0	11,0
R cartão I	2,9	2,0	1,7	1,7	4,2	0,0	13,0	2,0	2,0	4,0
R cartão II	3,4	3,0	1,8	2,0	8,7	0,0	17,0	2,0	3,0	4,0
R cartão III	3,2	3,0	1,8	2,0	10,1	0,0	18,0	2,0	3,0	4,0
TL cartão I	14,3	10,0	14,3	4,3	31,0	0,0	165,0	6,0	10,0	18,0
TL cartão II	15,9	11,0	15,7	3,8	25,5	0,0	180,0	7,0	11,0	20,0
TL cartão III	15,1	10,0	15,2	3,4	19,7	0,0	163,0	7,0	10,0	19,0
TL do teste	15,1	12,3	11,6	3,0	14,9	0,0	103,3	8,3	12,3	18,3
TT cartão I	95,0	82,0	64,5	2,4	9,8	0,0	560,0	54,0	82,0	115,0
TT cartão II	112,5	97,0	70,2	2,2	8,9	0,0	659,0	67,8	97,0	135,0
TT cartão III	110,2	90,5	74,6	1,9	4,9	0,0	480,0	61,0	90,5	135,0
TT do teste	319,5	277,5	186,4	2,0	6,5	0,0	1557,0	199,8	277,5	396,0
TMR	36,1	32,2	18,8	1,8	5,1	0,0	137,5	23,4	32,2	43,4
G I	1,2	1,0	0,9	0,9	1,6	0,0	5,0	1,0	1,0	2,0
G II	0,2	0,0	0,4	3,1	12,4	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0
G III	0,2	0,0	0,5	3,0	14,9	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0
G total	1,6	1,0	1,3	1,9	8,0	0,0	12,0	1,0	1,0	2,0
GDbI	0,7	1,0	0,7	1,0	1,0	0,0	4,0	0,0	1,0	1,0
GDdbI	0,0	0,0	0,2	8,2	73,4	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
G%	19,4	14,3	17,5	1,7	3,9	0,0	100,0	9,1	14,3	25,0
D I	0,9	1,0	0,9	0,9	0,8	0,0	5,0	0,0	1,0	1,0
D II	2,4	2,0	1,3	0,6	2,2	0,0	10,0	2,0	2,0	3,0
D III	2,5	3,0	1,5	0,8	3,3	0,0	11,0	1,0	3,0	3,0
D total	5,7	6,0	2,7	0,7	3,5	0,0	23,0	4,0	6,0	7,0
DDbI	0,9	1,0	0,9	1,0	0,9	0,0	4,0	0,0	1,0	1,0

continua

continuação

Variáveis	Média	Med.	D.P	Assim.	Kurt.	Mín.	Máx.	Percentil		
								25	50	75
DDdbl	0,0	0,0	0,1	7,9	60,5	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
D%	60,9	62,5	18,4	-0,7	0,8	0,0	100,0	50,0	62,5	75,0
Dd I	0,7	0,0	1,1	2,7	12,0	0,0	10,0	0,0	0,0	1,0
Dd II	0,4	0,0	0,8	3,1	13,3	0,0	7,0	0,0	0,0	0,3
Dd III	0,5	0,0	1,0	5,2	50,9	0,0	14,0	0,0	0,0	1,0
Dd total	1,6	1,0	2,2	2,8	12,3	0,0	20,0	0,0	1,0	2,0
DdDbl no teste	0,2	0,0	0,5	2,7	7,7	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0
DdDdbl no teste	0,1	0,0	0,3	6,3	56,4	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0
Dd%	14,0	11,1	15,1	1,2	1,7	0,0	100,0	0,0	11,1	22,2
Detalhe oligofrênico	0,3	0,0	0,7	2,2	4,9	0,0	4,0	0,0	0,0	1,0
Dbl I	0,0	0,0	0,2	6,1	39,7	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
Dbl II	0,3	0,0	0,5	1,0	-0,2	0,0	2,0	0,0	0,0	1,0
Dbl III	0,0	0,0	0,1	6,9	45,4	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
Dbl Total	0,4	0,0	0,6	1,8	6,6	0,0	5,0	0,0	0,0	1,0
Dbl%	3,9	0,0	6,3	1,9	6,1	0,0	50,0	0,0	0,0	8,3
Ddbl I	0,0	0,0	0,2	19,4	421,5	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0
Ddbl II	0,1	0,0	0,4	4,0	22,6	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0
Ddbl III	0,0	0,0	0,0	25,5	650,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
Ddbl total	0,1	0,0	0,4	4,3	25,5	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0
Ddbl%	1,1	0,0	3,9	5,5	46,7	0,0	50,0	0,0	0,0	0,0
F	5,7	5,0	3,4	1,7	6,8	0,0	32,0	3,0	5,0	7,0
F%	59,2	60,0	20,1	-0,2	-0,1	0,0	100,0	45,5	60,0	72,7
F % ampliada	91,6	100,0	11,8	-2,1	7,1	0,0	100,0	87,0	100,0	100,0
F+	3,3	3,0	1,9	0,6	0,4	0,0	12,0	2,0	3,0	4,0
F+%	61,6	63,0	26,5	-0,3	-0,4	0,0	100,0	43,0	63,0	80,0
F+% ampliada	67,2	67,0	20,2	-0,3	-0,2	0,0	100,0	53,0	67,0	82,3

continua

continuação

Variáveis	Média	Med.	D.P	Assim.	Kurt.	Mín.	Máx.	Percentil		
								25	50	75
F-	2,2	2,0	2,3	2,2	8,4	0,0	20,0	1,0	2,0	3,0
F-%	21,2	20,0	16,2	0,5	0,4	0,0	100,0	10,0	20,0	33,3
F+-	0,2	0,0	0,5	4,0	20,0	0,0	5,0	0,0	0,0	0,0
F+-%	1,9	0,0	6,4	5,0	33,5	0	66,6	0,0	0,0	0,0
FC	0,5	0,0	0,7	1,7	2,8	0,0	4,0	0,0	0,0	1,0
CF	0,3	0,0	0,6	2,7	12,7	0,0	6,0	0,0	0,0	1,0
C	0,2	0,0	0,7	6,3	73,4	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0
$\sum C$	1,0	1,0	1,2	2,2	11,3	0,0	12,0	0,0	1,0	2,0
$\sum C\%$	11,2	9,1	12,8	1,2	1,3	0,0	66,6	0,0	9,1	18,1
FE	0,1	0,0	0,3	2,9	7,8	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
EF	0,0	0,0	0,2	6,2	41,3	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
E	0,0	0,0	0,1	8,6	82,2	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
$\sum E$	0,2	0,0	0,4	3,4	16,0	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0
$\sum E\%$	1,6	0,0	4,5	3,2	12,5	0,0	37,5	0,0	0,0	0,0
FC'	0,2	0,0	0,4	2,3	6,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0
C'F	0,0	0,0	3,4	5,5	37,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0
C'	0,0	0,0	0,1	4,8	21,2	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
$\sum C'$	0,3	0,0	0,6	3,0	14,3	0,0	6,0	0,0	0,0	1,0
$\sum C'\%$	3,3	0,0	7,0	2,6	8,7	0,0	50	0,0	0,0	4,4
FClob	0,0	0,0	0,2	5,6	33,2	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
ClobF	0,0	0,0	0,1	10,3	119,8	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
Clob	0,0	0,0	0,0	17,9	322,4	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
$\sum Clob$	0,0	0,0	0,3	5,3	31,7	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0
$\sum Clob\%$	0,7	0,0	3,3	5,8	39,7	0	37,5	0,0	0,0	0,0
K	1,1	1,0	1,0	0,8	0,2	0,0	5,0	0,0	1,0	2,0
Kan	0,7	0,0	0,9	1,6	2,7	0,0	5,0	0,0	0,0	1,0

continua

continuação

Variáveis	Média	Med.	D.P	Assim.	Kurt.	Mín.	Máx.	Percentil		
								25	50	75
Kob	0,0	0,0	0,2	6,5	54,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0
kp	0,4	0,0	0,7	2,7	9,6	0,0	6,0	0,0	0,0	0,0
$\sum K + k$	2,2	2,0	1,7	1,1	2,6	0,0	13,0	1,0	2,0	3,0
$\sum K + k \%$	23,6	22,2	15,8	0,4	-0,0	0,0	80,0	12,5	22,2	33,3
A	3,6	3,0	2,0	0,9	1,4	0,0	13,0	2,0	3,0	5,0
Ad	0,9	1,0	1,1	1,5	2,7	0,0	7,0	0,0	1,0	1,0
(A)	0,2	0,0	0,6	5,3	42,3	0,0	7,0	0,0	0,0	0,0
(Ad)	0,1	0,0	0,4	8,9	121,5	0,0	7,0	0,0	0,0	0,0
A total	4,8	4,0	2,8	1,9	9,8	0,0	28,0	3,0	4,0	6,0
A%	50,2	50,0	19,2	0,1	0,1	0,0	100,0	37,5	50,0	62,5
H	0,9	1,0	1,0	1,4	2,9	0,0	6,0	0,0	1,0	1,0
(H)	0,5	0,0	0,8	2,0	5,1	0,0	5,0	0,0	0,0	1,0
Hd	0,5	0,0	0,9	2,6	9,7	0,0	7,0	0,0	0,0	1,0
(Hd)	0,2	0,0	0,4	3,5	15,9	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0
H total	2,1	2,0	1,8	1,7	5,8	0,0	14,0	1,0	2,0	3,0
H%	21,6	20,0	14,3	0,4	0,2	0	75	12,5	20,0	30,0
Abs	0,0	0,0	0,3	8,8	91,4	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0
Anat oss	0,3	0,0	0,5	2,0	4,0	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0
Anat visc	0,3	0,0	0,7	5,8	68,6	0,0	10,0	0,0	0,0	1,0
Arq	0,0	0,0	0,2	5,5	32,1	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
Art	0,1	0,0	0,6	9,3	127,5	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0
Cien	0,0	0,0	0,1	14,7	213,3	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
Elem Fog	0,0	0,0	0,1	8,9	76,9	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
Elem Ter	0,0	0,0	0,2	6,2	35,9	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
Elem agu	0,0	0,0	0,1	20,5	440,5	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
Elem ar	0,0	0,0	0,1	8,9	76,9	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0

continua

continuação

Variáveis	Média	Med.	D.P	Assim.	Kurt.	Mín.	Máx.	Percentil		
								25	50	75
Frag	0,0	0,0	0,0	25,5	650,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
Geo	0,0	0,0	0,2	7,8	67,4	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
Masc	0,1	0,0	0,5	13,6	257,1	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0
Nat	0,1	0,0	0,3	6,0	51,4	0,0	4,0	0,0	0,0	0,0
Obj	0,3	0,0	0,8	5,2	46,5	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0
Pais	0,0	0,0	0,2	4,8	21,2	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
Plan / Bot	1,0	1,0	0,9	1,1	1,9	0,0	6,0	0,0	1,0	1,0
Sg	0,0	0,0	0,2	8,2	73,9	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
Sex	0,0	0,0	0,2	5,8	36,0	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
Símb	0,1	0,0	0,4	3,3	12,8	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0
Alim	0,1	0,0	0,3	3,8	15,2	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
Expl	0,0	0,0	0,1	18,0	322,5	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0
Nuv	0,0	0,0	0,2	10,3	128,3	0,0	3,0	0,0	0,0	0,0
Vest	0,0	0,0	0,2	5,5	32,1	0,0	2,0	0,0	0,0	0,0
tipos de conteúdos	3,9	4,0	1,4	0,8	2,0	0,0	11,0	3,0	4,0	5,0
Ban I	0,8	1,0	0,7	0,4	-0,6	0,0	3,0	0,0	1,0	1,0
Ban II	0,9	1,0	0,7	0,4	-0,5	0,0	3,0	0,0	1,0	1,0
Ban III	1,3	1,0	0,9	0,3	-0,4	0,0	4,0	1,0	1,0	2,0
Ban total	3,0	3,0	1,5	0,2	-0,3	0,0	8,0	2,0	3,0	4,0
BAN%	34,2	33,3	18,8	0,5	0,3	0,0	100,0	20,0	33,3	45,5

A produção esperada por uma pessoa submetida ao teste de Zulliger, tendo como referência o resultado desta pesquisa, é de 7 a 11 respostas. O tempo médio por resposta (TMR) é de 23 a 43 segundos, e o tempo de latência (TL) de 8 a 18 segundos.

Nas localizações, observou-se o predomínio das respostas em Detalhes Comuns (D) com 3.727 (60%) e uma frequência esperada de 50 a 75%; seguida das respostas Globais (G)

com 1.046 (17%) e expectativa de 9 a 25% em um protocolo; e das respostas de Detalhe Incomum (Dd) com 1.032 (17%) e frequência esperada de até 22%. O Detalhe comum no branco (Db1) esteve presente em 253 (4%), sendo esperado com frequência de até 8%, mas o Detalhe incomum no branco (Ddb1) foi tão pouco expressivo, em 87 (1,4%) respostas, que sua frequência esperada não chegou a 1%. O Detalhe Inibitório ou Oligofrêncio (Do) esteve presente em 222 (3,6%) respostas. Esses resultados demonstraram que há uma tendência acentuada da amostra para uma visão mais prática e relevante do contexto (D), em detrimento de uma visão mais ampla e sintética da realidade (G), assim como de percepções mais minuciosas (Dd).

Os Detalhes Comuns apenas no branco (Db1) foram identificados em 253 (4,1%) respostas, sendo que 219 (3,5%) apenas no cartão II. Os Detalhes incomuns apenas no branco (Ddb1) também sobressaíram no cartão II com 78 (1,26%) de um total de 87 (1,4%) respostas para todo o teste. O branco pode ser identificado também junto à mancha em sua totalidade ou em parte (GDb1, GDdb1, DDb1, DDdb1, DdDb1 e DdDdb1). Sobre estas localizações específicas, observou-se que - no caso das Globais com detalhes no branco - o GDb1 aparece 425 (7%) enquanto o GDdb1 apenas 15 (0,2%). Em relação ao Detalhe Comum com detalhes no branco, constatou-se que o DDb1 esteve presente em 554 (9%) respostas, enquanto o DDdb1 em apenas 10 (0,16%). Quanto aos Detalhes Incomuns com brancos, o DdDb1 teve frequência de 121 (2%), enquanto o DdDdb1 apenas 43 (0,7%).

Nos determinantes o predomínio foi da Forma (F) com 3.703 (60%), retratando incidência significativa de controle formal, racional. Espera-se uma frequência de 45 a 73% no protocolo. Ao levar em consideração todos os determinantes com prevalência formal (F ampliado) a frequência tornou-se ainda mais presente, ou seja, de 87 a 100%. A Forma Precisa (F+), relacionada com o juízo crítico, objetividade e precisão, esteve presente em 2.132 (34,5%) respostas e a frequência esperada é de 43 a 80%. Ao considerar a fórmula

ampliada (F+ ampliado) este percentual foi ampliado para 53 a 82%. O determinante Forma Subjetiva (F-) esteve presente em 1.456 (23,5%), sendo esperado de 10 a 33%. A Forma Imprecisa (F+-) foi constatada em apenas 115 (1,9%), acarretando numa expectativa improvável de estar presente em um protocolo (abaixo de 1%). Na Tabela 26 foi feita uma comparação desses resultados com os encontrados nas outras pesquisas pelo Brasil.

Tabela 26

*Frequência das localizações e determinantes em diversas pesquisas com o teste de Zulliger*

<b>VARIÁVE</b>	<b>Zulliger</b>	<b>Freitas</b>	<b>Guerra</b>	<b>Vaz</b>	<b>Villemor-</b>	<b>Candiani</b>	<b>Pesquisa</b>
<b>IS</b>	<b>Pesquis</b>	<b>(1996)</b>	<b>(1997)</b>	<b>(2002)</b>	<b>Amaral e</b>	<b>e</b>	<b>atual</b>
	<b>a</b>				<b>Primi</b>	<b>Candiani</b>	<b>(2016)</b>
	<b>original</b>				<b>(2009)</b>	<b>(2004)</b>	
<b>G</b>	20 a 30%	20 a 30%	45 a 62%	13 a 38%	17 a 27%	14%	9 a 25%
<b>D</b>	50 a 70%	50 a 70%	31 a 59%	40 a 60%	50 a 70%	50%	50 a 75%
<b>Dd</b>	5 a 15%	5 a 15%	2 a 16%	6 a 16%	Até 18%	29%	Até 22%
<b>DbI</b>	Até 8%	Até 8%	Não informado	4 a 13%	Até 20%	7%	Até 8%
<b>(branco)</b>							
<b>F</b>	70 a 85%	70 a 85%	56%	36 a 58%	33% a 60%	61%	46 a 73%
<b>F+</b>	30%	-	39%	70%	-	80%	43 a 80%

*Nota.* Adaptada com dados extraídos das pesquisas realizadas por Zulliger (1970), Freitas (1996), Vaz (2002), Villemor-Amaral e Primi (2009), Candiani e Candiani (2004) e pesquisa atual (2016)

Os determinantes das Cinestésias (K + kan + kob + kp) relacionados com a vida interior, imaginativa e fantasmática do sujeito, foram observados em 1.441 (23%) das respostas, sendo que o K esteve mais presente, com 727 (12%), seguido do kan em 454 (7%), do kp em 231 (3,7%) e do kob em 29 (0,3%) respostas. Espera-se no protocolo uma frequência entre 13 e 33%.

O determinante Cor Cromática descreve a sensibilidade afetiva, a vida emocional da pessoa. Estes determinantes (C + CF + FC) encontram-se presentes em 663 (11%) respostas, com prevalência do FC em 303 (5%), seguido do CF em 207 (3%) e do C em 153 (2%), demonstrando que o controle emocional foi superior ao controle precário e ao descontrole. No entanto, o baixo índice de respostas com estes determinantes, ou seja, apenas 11%, foi responsável pela tendência ao bloqueio emocional e formalismo. Nesse sentido, a expectativa é de se encontrar de 0 a 18% nos protocolos.

Os determinantes relacionados com a angústia foram pouco expressivos. O Esfumaçado (E + EF + FE) esteve presente em 107 (1,7%) respostas, a Cor Acromática (C' + C'F + FC') em 211 (3,4%) e a Disforia (Clob + ClobF + FClob) em 43 (0,7%) respostas. Devido a baixa frequência destes determinantes na pesquisa, torna-se improvável de estarem presente em um protocolo, uma vez que o índice esperado em um protocolo ficou abaixo de 1%.

O tipo vivencial primário, ou ressonância íntima, foi calculado a partir do somatório de grande cinestesia (K) em comparação ao somatório das respostas cor (C + C'). Segundo a Tabela 18, o tipo predominante em 257 (39,6%) participantes da amostra foi o coartativo, seguido pelo introversivo em 163 (25,2%), extroversivo em 120 (18,5%), coartado em 73 (11,2%) e o ambigüal em 36 (5,5%) pessoas. Um participante apresentou o fenômeno negação (não conseguiu lembrar-se de suas respostas no inquérito) e, portanto, não conseguiu fornecer dados para ser calculado o TRI e fórmula secundária, apresentando na Tabela 27 e 28, o total de participantes de 649.

A fórmula latente, ou secundária, foi calculada a partir do somatório das pequenas cinestésias (kan + kob + kp) em comparação ao somatório ponderado das respostas esfumaçado (E). Na amostra prevaleceu em 235 (36,3%) o tipo coartativo, seguido por 232

(35,8%) de coartado, 180 (27,7%) de introversivo e 1 pessoa (0,2%) de extroversivo e ambigüal (Tabela 28).

Tabela 27

*Tipo de Ressonância Íntima*

TRI	Frequência	Percentil
extroversivo	120	18,5
introversivo	163	25,2
Ambigüal	36	5,5
Coartativo	257	39,6
Coartado	73	11,2
Total	649	100,0

Tabela 28

*Tipo Vivencial Secundário*

TVS	Frequência	Percentil
extroversivo	1	0,2
introversivo	180	27,7
Ambigüal	1	0,2
Coartativo	235	36,3
Coartado	232	35,8
Total	649	100,0

Nos conteúdos, espera-se de 3 a 5 tipos diferentes. Na amostra, o conteúdo com mais frequência nas respostas foi o conteúdo animal, que no seu somatório obteve 3.089 (50,07%) respostas, tendo o seguinte resultado nas subclasses: A com 2.319 (37,59%), Ad com 587 (9,51%), (A) com 122 (1,98%) e (Ad) com 61 (0,98%). A frequência esperada a partir da mediana é de 38 a 63%. O conteúdo humano teve no seu somatório 1.360 (22,04%) respostas sendo 587 (9,51%) de H, 341 (5,52%) de Hd, 327 (5,30%) de (H) e 105 (1,70) de (Hd). Espera-se uma frequência entre 13 e 30% para este somatório. Na Tabela 29 foi apresentada uma comparação dos conteúdos A e H nos diversos estudos normativos realizados no Brasil.

Tabela 29

*Frequência dos conteúdos A e H nas pesquisas com o teste de Zulliger*

Pesquisas	Animal	Humano
Freitas (1996) segundo Zulliger (1970)	30 a 40%	20 a 33%
Guerra (1997)	41%	20%
Vaz (2002)	33 a 49%	16 a 29%
Villemor-Amaral e Primi (2009)	33 a 60%	17 a 30%
Candiani e Candiani (2004)	43%	21%
Resende (2016)	38 a 63%	13 a 30%

*Nota.* Adaptada com dados extraídos das pesquisas realizadas por Zulliger (1970), Freitas (1996), Vaz (2002), Villemor-Amaral e Primi (2009), Candiani e Candiani (2004) e pesquisa atual (2016)

O conteúdo botânico, também denominado como planta, teve a terceira maior frequência na pesquisa realizada, obtendo 622 (10,08%) respostas e seguido dos conteúdos: anatomia visceral com 199 (3,22%), objeto com 189 (3,06%), anatomia óssea com 168 (2,72%), arte com 91 (1,47%) e do conteúdo símbolo com 77 (1,25%) respostas. Os demais conteúdos não chegaram a atingir 1% do total de respostas.

As respostas consideradas banais (Ban), conforme previamente discutido, foram aquelas que atingiram a frequência mínima de 16,7% dos casos, ou seja, as respostas que ocorressem pelo menos uma vez em cada seis protocolos do Teste de Zulliger. A soma de todas elas na amostra deu um total de 1.921 (31,13%) respostas.

A partir do resultado alcançado, a frequência esperada nos protocolos deve variar de 2 a 4, em números brutos, e de 20 a 45% em relação ao número total de respostas esperadas para um protocolo, que é de 7 a 11 respostas. Na Tabela 30 encontram-se as 10 banais encontradas na amostra mineira.

Tabela 30

*Respostas banais da pesquisa atual (2016)*

<i>CARTÃO 1</i> ÁREA/CONTEÚDO	<i>CARTÃO 2</i> ÁREA/CONTEÚDO	<i>CARTÃO 3</i> ÁREA /CONTEÚDO
G: aranha, besouro, morcego	G: não tem	G: não tem
D1: folha (de árvore / planta: uva, mandioca, chuchu, etc.)	D1: animais quadrúpedes (touros, búfalos, bois, vacas, guínus, bisões, leões, cachorros, onças, etc.) e insetos (abelhas, vespas, grilos, gafanhotos, etc.)	D1: borboleta
	D2: planta (árvore, arbusto, folha, alga, mato, grama, etc.)	D2: figuras humanas e figuras humanas fantasiadas / fantasiosas (homens, lutadores, dançarinos, feiticeiros, etc.)
		D3: figuras humanas e figuras humanas fantasiadas / fantasiosas (crianças, jogadores, diabinhos, etc.)

O resultado da pesquisa revela que as respostas banais estiveram presentes em todos os cartões do teste. Os tipos de conteúdo percebidos pelos participantes com a frequência mínima de 16,7% na mesma localização (G ou D) foram humano, animal e planta. No entanto, a frequência com que se fizeram presentes foi variável conforme demonstrado na Tabela 31. Os resultados encontrados nesta pesquisa em relação às respostas banais foram comparados com os obtidos por outros estudiosos em diversas regiões do Brasil, conforme as Tabelas 31, 32 e 33.

Tabela 31

*Frequência das respostas banais*

CARTÃO	LOCALIZAÇÃO	RESPOSTA	f	%
I	G	aranha	111	17
	G	besouro	142	22
	G	morcego	120	18
	D1	folha	129	20
II	D1	animais quadrúpedes	172	26
	D1	insetos	130	19
	D2	planta	131	20
III	D1	borboleta	290	45
	D2	figuras humanas	198	30
	D3	figuras humanas	169	26

Tabela 32

*Respostas banais ou populares do cartão I em diversas pesquisas com o teste de Zulliger*

ÁREA	Zulliger Pesquisa original	Freitas (1996)	Guerra (1997)	Vaz (2002)	Villemor-Amaral e Primi (2009)	Candiani e Candiani (2004)	Pesquisa atual (2016)
<b>G</b>	Besouro, caranguejo	morcego	Besouro, morcego, drácula, cigarra, borboleta,	Besouro, morcego, caranguejo, inseto, mosca	Besouro	Não tem	Besouro, morcego, aranha
<b>D preto central</b>	Não tem	Borboleta, flor, folha	Folha de parreira, trevo de 4 folhas	Casaco, sapo, folha de parreira ou plátano	folha	folha	folha
<b>D preto superior</b>	Não tem	aranha	Não tem	aranha	Não tem	Não tem	Não tem
<b>Dd lateral Cinza</b>	Não tem	mapa	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem
<b>Dbl</b>	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	olhos	Não tem

*Nota.* Elaborado pelo autor com dados extraídos das pesquisas realizadas por Zulliger (1970), Freitas (1996), Vaz (2002), Villemor-Amaral e Primi (2009), Candiani e Candiani (2004) e pesquisa atual (2016)

Tabela 33

*Respostas banais ou populares do cartão II em diversas pesquisas com o teste de Zulliger*

ÁREA	Zulliger Pesquisa original	Freitas (1996)	Guerra (1997)	Vaz (2002)	Villemor-Amaral e Primi (2009)	Candiani e Candiani (2004)	Pesquisa atual (2016)
<b>G</b>	Não tem	pintura	Não tem	flores	Não tem	Não tem	Não tem
<b>D marrom</b>	búfalos, touros, vacas, besouros, formigas	Animais, insetos, camarão, lagarta	Animais, touros, vacas, cavalos, animais ferozes	Animais, touros, abelhas	Não tem	Touro, bode, búfalo, carneiro	Animais quadrúpedes, insetos
<b>D verde</b>	Não tem	Árvore, planta, olho, peixe	Não tem	Não tem	Não tem	peixes	planta
<b>D branco central</b>	Não tem	Coluna vertebral, esqueleto	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem

Nota: Adaptada com dados extraídos das pesquisas realizadas por Zulliger (1970), Freitas (1996), Vaz (2002), Villemor-Amaral e Primi (2009), Candiani e Candiani (2004) e pesquisa atual (2016)

Tabela 34

*Respostas banais ou populares do cartão III em diversas pesquisas com o teste de Zulliger*

ÁREA	Zulliger Pesquisa original	Freitas (1996)	Guerra (1997)	Vaz (2002)	Villemor-Amaral e Primi (2009)	Candiani e Cand. (2004)	Pesquisa atual (2016)
<b>G</b>	Pessoas e figuras humanas fantasiadas ou fantasiosas	peessoas	Pessoas e figuras humanas fantasiadas ou fantasiosas	peessoas	Homens	peessoas	Não tem
<b>D preto</b>	Pessoas e figuras humanas fantasiadas ou fantasiosas	peessoas	Não tem	Pessoas, crianças	humanos	Não tem	Pessoas e figuras humanas fantasiadas ou fantasiosas
<b>D vermelho central</b>	Borboleta, inseto, mosca, traça	borboleta	Borboleta, inseto	Borboleta, gravata	borboleta	borboleta	borboleta
<b>D vermelho lateral</b>	Pessoas e figuras humanas fantasiadas ou fantasiosas	peessoas	Pessoas e figuras humanas fantasiadas ou fantasiosas	Pessoas, crianças, beija-flores	humanos	peessoas	Pessoas e figuras humanas fantasiadas ou fantasiosas
<b>D preto inferior</b>	Não tem	Inseto, lagarta	Lagartos, lacraias, larvas e micróbios	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem
<b>D preto superior</b>	Não tem	peessoas	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem
<b>Dd 3</b>	Não tem	mãos	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem
<b>Dd 9</b>	Não tem	rato	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem
<b>Dd 13</b>	Não tem	dragão	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem
<b>Dd 14</b>	Não tem	garra de animal	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem

Nota: Adaptada com dados extraídos das pesquisas realizadas por Zulliger (1970), Freitas (1996), Vaz (2002), Villemor-Amaral e Primi (2009), Candiani e Candiani (2004) e pesquisa atual (2016)

## 5.4 DISCUSSÃO

O objetivo deste estudo foi elaborar padrões normativos do teste de Zulliger para adultos da região metropolitana de Belo Horizonte. Buscou-se analisar a frequência das diversas categorias de classificação de respostas (localizações, determinantes, conteúdos e banalidades), assim como identificar os tipos vivenciais mais prevalentes. Em relação às localizações algumas observações ficaram evidentes. A estrutura da mancha de cada cartão do teste de Zulliger, por ser mais ou menos ventilada (terem espaços brancos entre os detalhes da mancha), favorece o predomínio de determinadas localizações. No cartão I as respostas Globais (G) aparecem com maior frequência que nos demais, por ser mais compacto e assim facilitar as percepções do todo. As localizações de Detalhe Comum (D), por sua vez, predominam nos cartões II e III. Os Detalhes Incomuns (Dd) foram mais identificados pela amostra no cartão III, seguido pelo I e II. Pode-se deduzir que os cartões II e III, por serem mais ventilados, permitem uma melhor visão de respostas em detalhes.

Optou-se por fazer uma análise dos resultados obtidos nesta pesquisa em relação aos encontrados por outros pesquisadores nas diversas regiões do Brasil, com o objetivo de enriquecer a discussão. A produtividade da pesquisa foi de 6.175 respostas e cuja divisão deste total por cartão foi de 30% no cartão I, 36% no cartão II e 34% no cartão III. A média foi 9,5, a mediana 9 e a moda 8 respostas. O parâmetro de produtividade para esta amostra mineira foi de 7 a 11 respostas.

Vaz (2002) em suas pesquisas no sul do país, com aplicação coletiva, estipulou como parâmetro de 5 a 8 respostas e cuja distribuição esperada foi de 31% no cartão I, 36% no cartão II e 33% no cartão III. Percebeu-se uma distribuição muito próxima das respostas nos cartões, com a expectativa de uma produção maior no cartão II. No entanto, a produtividade descrita por Vaz (2002) ficou abaixo do encontrado na amostra mineira.

Villemor-Amaral e Primi (2009) obtiveram como resultado de suas pesquisas no interior de São Paulo, com aplicação individual, uma média de 8 a 9 respostas e o parâmetro de 6 a 10/11 respostas por protocolo, dependendo da escolaridade (universitários até 11 respostas). Percebe-se uma semelhança muito grande com os achados na atual pesquisa. Os autores não informaram a frequência esperada na distribuição das respostas nos três cartões.

Guerra (1997), a partir de aplicação coletiva no nordeste, e mais especificamente em Recife/PE, encontrou média 6 respostas por pessoa, sendo 2 respostas por cada diapositivo. Não foi estipulado um intervalo de produtividade esperado. Esse resultado se aproxima mais do encontrado por Vaz (2002), ambos em aplicações coletivas, embora tenha se diferenciado na distribuição das respostas nos 3 cartões.

Freitas (1996), a partir de aplicação individual em 381 adultos de procedência desconhecida, constatou uma média de 8,45 respostas por pessoa, sendo esperado de 8 a 10 respostas por protocolo, com uma frequência de produtividade nos 3 cartões: 30,7%, 35,2% e 34,1%, respectivamente. A média das respostas corrobora os achados de Villemor-Amaral e Primi (2009) e da atual pesquisa, inclusive no que se refere à distribuição das respostas nos cartões.

Candiani e Candiani (2004) em sua pesquisa com amostra de Belo Horizonte e interior de Minas Gerais, utilizando aplicação coletiva, obteve como média 14 respostas por cartão e cuja frequência por produtividade nos 3 cartões foi a seguinte: 33%, 35% e 32%, respectivamente. Embora a produtividade média esteja bem acima do encontrado nas outras pesquisas já citadas, há um ponto de concordância com a atual pesquisa, que é a constatação de uma produção maior no cartão II, em relação aos cartões I e III.

Em relação às localizações, a porcentagem das respostas globais (G) foi muito elevada na pesquisa de Guerra (45 a 62%) em relação aos demais resultados, que variaram de 10 a 30%. Nos detalhes comuns (D) as pesquisas em geral deram como parâmetro de 50 a 70%,

exceto na de Guerra que ficou rebaixado, entre 31 a 59%. Isso está coerente, pois um aumento de respostas G faz com que os outros tipos de localização diminuam. As respostas de detalhe incomum (Dd) ficaram em torno de 5 a 20%, exceto na pesquisa de Candiani e Candiani (2004) em que a média ficou em 29%. O detalhe no branco (Dbl) aparece com frequência de até 8%, mas a exceção está na pesquisa de Villemor-Amaral e Primi (2009) em que se espera até 20%. Pode-se concluir que em relação às localizações os resultados encontrados na atual pesquisa estão dentro dos parâmetros gerais das outras pesquisas realizadas.

Em relação aos determinantes, em função das diferenças existentes entre os vários sistemas de correção e interpretação, foi possível fazer a comparação apenas dos determinantes forma (F) e forma precisa (F+). Na forma, encontraram-se resultados discrepantes, sendo que para Vaz (2002) e Villemor-Amaral e Primi (2009) espera-se de 33 a 60%, enquanto que para Guerra (1997), Candiani e Candiani (2004) e os resultados da pesquisa atual tem como medida central valores próximos a 60%, e frequência entre 46 a 73%. Na forma precisa (F+) a discrepância é maior, pois para Guerra (1997) o esperado é 39%, para Vaz (2002) 70%, para Candiani e Candiani (2004) 80% e nos resultados encontrados nesta pesquisa de 43 a 80%.

Quanto aos tipos vivenciais (TRI e fórmula secundária) observou-se uma semelhança nos resultados encontrados para as duas fórmulas, com prevalência do tipo coartativo (TRI=39,5% / FS=36,2%). Pode-se inferir que houve um predomínio de pessoas mais formais, que tendem a manter mais o controle racional do que a expressão da afetividade e das fantasias. Também pode ser indício de inibição e bloqueio diante da tarefa proposta. Na ressonância íntima, a introversão aparece com a segunda maior frequência de 25,1%, revelando pessoas mais introspectivas, imaginativas e fantasiosas; seguida da extratensão com a frequência de 18,5%, que são pessoas mais emotivas, afetivas e sociáveis; e por fim, o

tipo coartado com 11,2%, que apresenta características de total bloqueio das emoções e fantasias, e o tipo ambigüal com 5,5%, com a presença de características tanto extratensivas quanto introversivas. Na fórmula secundária, a segunda maior frequência é da coartação, com 35,7%, seguida da introversão com 27,7% e uma frequência inexpressiva de extratensão e ambigüal, ambos com 0,2%. Pode-se concluir com os dados apresentados que há uma forte tendência dos belo-horizontinos a apresentarem características de controle, formalismo e introversão.

Os conteúdos que foram comparados nas pesquisas foram somente o animal (A) e o humano (H), sendo estes os mais frequentes. O conteúdo animal tende a estar presente de 30 a 60% e o conteúdo humano em torno de 20% de média nas pesquisas e não foi diferente com o resultado encontrado na amostra mineira atual.

Na pesquisa com os adultos da região metropolitana de Belo Horizonte, um aspecto a ser considerado em relação às banais é que algumas respostas obtiveram ou superaram a frequência (16,7%) mínima necessária para serem consideradas banais, como aranha, besouro e morcego, na G do cartão I; e borboleta no D1 (vermelho central) do cartão III. No entanto, outras respostas precisaram ser reagrupadas para atingirem o critério mínimo. Isso se deu pelo fato dos conteúdos, descritos na mesma localização do cartão, apresentarem semelhanças entre si. No cartão I, na localização D1 (preto central), a resposta folha foi verbalizada como sendo de plantas diversas. No cartão II, na localização D1 (marrom), a resposta animais foi descrita como sendo de tipos diferentes, mas tendo uma característica comum: serem quadrúpedes. Nesta mesma localização do cartão II, a resposta insetos também se fez presente de forma significativa, por meio de várias possibilidades semelhantes como abelhas, cigarras, vespas, gafanhotos, entre outros. Ainda no cartão II, a resposta planta no D2 (detalhe verde), em função do determinante cor, foi percebida como sendo folha, mato, arbusto, árvore, etc.. No cartão III, a resposta figuras humanas no D2 (detalhe preto) e D3

(detalhe vermelho lateral) eram descritas como sendo pessoas ou figuras humanas fantasiosas ou fantasiadas. Diante desse resultado, constata-se que algumas respostas banais são muito mais frequentes e esperadas do que outras, sendo que algumas como aranha na G do cartão I obteve o mínimo (17%) para ser considerada banal, enquanto borboleta do cartão III, obteve 45% de frequência.

As respostas banais também apresentaram semelhanças e diferenças entre as pesquisas. No cartão I, na localização global, foi comum o conteúdo besouro, exceto para Freitas (1996) e Candiani e Candiani (2004); e morcego, exceto para Villemor-Amaral e Primi (2009) e Candiani e Candiani (2004). Os demais conteúdos não foram compartilhados na global. No detalhe preto central somente a percepção de folha foi comum. No detalhe preto superior, somente para Freitas (1996) e Vaz (2002) a resposta aranha foi considerada banal. Uma peculiaridade das pesquisas foi o achado de Candiani e Candiani (2004) que identificou uma banal no detalhe no branco (Dbl) superior como olhos. Não é comum a presença de banais em detalhes brancos da mancha. Esta percepção também foi muito frequente na pesquisa atual, mas os olhos não apareceram como uma resposta isolada e sim fazendo parte de uma resposta que englobava uma área maior da mancha (G ou D), como rosto de pessoa ou cabeça de animal.

No cartão II, a resposta banal, animais no detalhe marrom, foi a mais compartilhada nos estudos realizados, exceto por Villemor-Amaral e Primi (2009) que não constatou banais neste cartão. Insetos, nesta mesma localização, foi identificada por Freitas (1996), Vaz (2002) e na pesquisa atual. Na global, a resposta pintura, para Freitas (1996) e flores para Vaz (2002), foram banais. No detalhe verde, planta foi considerada banal também para Freitas (1996) e para a atual pesquisa; por sua vez, peixe foi somente para Freitas (1996) e Candiani e Candiani (2004). Outros conteúdos não foram compartilhados. Neste cartão, no detalhe

branco central (Dbl), a resposta coluna ou esqueleto foi considerada banal apenas para Freitas (1996).

No cartão III as banais, borboleta no vermelho central e pessoas no vermelho lateral, foram unânimes em todos os estudos. Também a resposta pessoas, no detalhe comum preto ou na global, foi considerada banal na maioria das pesquisas, exceto para a atual pesquisa (em relação ao G) e para Guerra (1970) e Candiani e Candiani (2004) (em relação ao D). Houve também diferenças significativas neste cartão, não compartilhadas com as outras pesquisas. O próprio Zulliger (1970) encontrou como banal no detalhe vermelho central além da borboleta: inseto, mosca e traça. Freitas (1996) no detalhe inferior preto identificou: lagarta e inseto, assim como Guerra (1997) neste mesmo detalhe: lagarto, lacraia, larva e micróbio. No detalhe preto superior Freitas (1996) percebeu que a resposta pessoas também atingiu a porcentagem para ser uma banal. Além disso, respostas como mão, rato, dragão e garra de animal, em detalhes incomuns diversos foram por ela também consideradas banais.

Diante dos resultados alcançados nas diversas pesquisas pode-se inferir que alguns fatores podem interferir nas diferenças encontradas desde a primeira normatização do teste efetuada por Zulliger (1970) e as diversas pesquisas realizadas no Brasil. A composição da amostra para uma pesquisa normativa pode influenciar se ela não for representativa da população. Alguns pesquisadores se basearam apenas em grupos específicos como os de processos seletivos. Acredita-se que estes participantes, por exemplo, por estarem motivados com a possibilidade de serem aprovados, vão produzir muito mais, no intuito de conseguirem a vaga. Outro item importante é o grau de escolaridade que pode promover uma produtividade mais significativa nos participantes com mais anos de estudo. Não se pode negar também que a maneira como os participantes são acolhidos, como são dadas as instruções, o clima de confiança criado pelo examinador, as condições do ambiente de teste, entre outros, podem facilitar ou inibir a participação no teste, com maior ou menor

comprometimento. Esse aspecto foi muito valorizado pelo próprio Zulliger (1970) que antes de fazer as aplicações despendia o tempo que fosse necessário para criar um clima favorável para a aplicação, até o examinando estar tranquilo e disposto a ser submetido ao teste. Acredita-se também que a cultura referente aos participantes da pesquisa influencia muito nos resultados, pois há características pessoais que são típicas de uma região. Como se diz no senso comum: os paulistas são apressados, os cariocas extrovertidos e os mineiros introspectivos, desconfiados... Além disso, temos o fator tempo. Será que os resultados se mantêm com o passar dos anos? Ao considerar que os costumes, as maneiras e a cultura de forma geral vão se modificando com o passar dos anos, isso provavelmente traz alterações na forma de responder ao teste e - por consequência - nos parâmetros dos testes. Essas são apenas algumas das justificativas que demonstram a necessidade de se continuar fazendo pesquisas normativas.

## **7 ESTUDO 5: Precisão do Teste de Zulliger**

## **7.1. OBJETIVOS:**

### **7.1.1 OBJETIVO GERAL:**

Levantar evidências de precisão dos resultados do teste de Zulliger.

### **7.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- a) Identificar a estabilidade temporal nas variáveis: localização, determinante, conteúdo e banalidade.
- b) Verificar o grau de concordância entre avaliadores.

## **7.2 MÉTODO:**

### **7.2.1 PARTICIPANTES**

O delineamento teste-reteste foi realizado em uma amostra de 50 participantes do estudo 4 (normatização do teste para região metropolitana de Belo Horizonte). A escolha desses participantes foi por conveniência, por serem de contato mais próximo do pesquisador e de sua equipe. A condição para ser aceito no estudo era ter sido submetido ao teste anteriormente, não sendo consideradas as variáveis escolaridade, idade ou sexo.

A composição final desta amostra foi de 32 mulheres (64%), com idade variando de 18 a 82 anos de idade ( $M=40,32$ ,  $DP= 18,98$ ). A escolaridade dos participantes foi assim distribuída: quatro (8%) eram analfabetos, cinco (10%) tinham o fundamental, 29 (58%) tinham o ensino médio e 12 (24%) tinham curso superior ou pós-graduação.

No delineamento da avaliação entre juízes participaram quatro psicólogos pós-graduados em avaliação psicológica. Eram experientes na utilização do teste de Zulliger e na avaliação psicológica para porte de arma de fogo.

### 7.2.2 INSTRUMENTOS

Na realização do teste-reteste foi utilizado o Teste de Zulliger para aplicação individual, contendo 3 cartões com manchas de tinta padronizadas. Nas duas aplicações foram utilizadas folhas de papel A4 e caneta para registro das respostas pelo aplicador, folha padronizada de localização e caixa de lápis colorido para o examinando localizar suas respostas, além de cronômetro para verificar o tempo utilizado no processo.

Na precisão entre avaliadores, os instrumentos utilizados foram:

- a) Protocolos de Zulliger de 30 policiais, usados também no estudo 3.
- b) Questionário socioeconômico e de saúde (apêndice 2) elaborado com o objetivo de obter informações a respeito da situação atual do possível participante em relação à dados pessoais, residência, família, trabalho, rendimento financeiro, escolaridade, saúde, história de enfermidades e tratamentos, entre outros.
- c) Apostila do Zulliger elaborada pelo pesquisador, com informações básicas sobre os cartões, as codificações e as instruções de como realizar a análise quantitativa (psicograma), segundo o sistema de correção Escola de Paris.
- d) Esboço do atlas do Zulliger para codificação, elaborado a partir do estudo 4, com a pesquisa de normatização de 650 pessoas adultas da região metropolitana de Belo Horizonte.

### 7.2.3 PROCEDIMENTOS

No teste-reteste, o pesquisador fez contato com alguns participantes do estudo 4 (normatização) convidando a participarem também deste novo estudo e explicando que seriam submetidos a uma segunda avaliação em dia e local de sua conveniência, com o objetivo de verificar a precisão do instrumento. A aplicação do teste nos voluntários foi realizada em local apropriado para esta finalidade, na própria instituição, clínica, posto de saúde, empresa, associação, ou mesmo na residência do participante. Em geral a segunda aplicação, que também foi individual, foi realizada no mesmo local onde ocorreu a primeira (estudo 4). Participaram da aplicação a equipe de pesquisa e o próprio pesquisador, e na maioria das vezes o aplicador foi o mesmo nas duas aplicações. A codificação dos protocolos foi feita pela equipe de pesquisa devidamente treinada para esta finalidade, com a revisão do pesquisador para verificar a precisão dos resultados. Posteriormente, os dados foram digitados no SPSS para o cálculo da média e desvio padrão de cada variável e calculado o Coeficiente de Correlação Intraclassa (ICC) para a análise de estabilidade.

Na precisão entre avaliadores, participaram quatro juízes devidamente habilitados na técnica, especialistas em avaliação psicológica. A tarefa foi codificar cada resposta de 30 protocolos segundo o sistema de correção da Escola de Paris, quanto à localização, determinante, conteúdo e banalidade (se for o caso). Cada juiz recebeu uma apostila do teste de Zulliger contendo as principais informações de como proceder na codificação. Receberam também um esboço do atlas contendo as localizações das respostas mais frequentes dadas em pesquisa realizada com amostra da população adulta da região metropolitana de Belo Horizonte (conforme estudo 4 desta tese). Uma vez codificado o protocolo e preenchido o psicograma (folha específica para os cálculos), esse material foi encaminhado para o pesquisador fazer as devidas análises.

#### 7.2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Foram realizadas análises descritivas das codificações. Para verificar a correlação entre as variáveis contínuas (codificações do teste) em dois momentos distintos e na avaliação dos quatro juízes foi utilizado o Coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC). A força do relacionamento é dada pela proximidade ou distância do coeficiente ao valor 1. Neste estudo foi considerada concordância perfeita quando o ICC foi igual a 1, quase perfeita de 0,80 a 1,00; substancial de 0,60 a 0,80; moderada de 0,40 a 0,60; regular de 0,20 a 0,40; discreta de 0 a 0,20; e pobre de -1 a 0 (Fachado et al., 2007).

### 7.3 RESULTADOS

Os resultados encontrados no estudo de precisão teste-reteste estão discriminados na Tabela 35, que apresenta a média e o desvio padrão de cada uma das variáveis analisadas na primeira e na segunda aplicação realizada. Informa também o Coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC) das variáveis contínuas e o intervalo de confiança (95%).

Tabela 35

*ICC e intervalo de confiança no teste-reteste*

INDICADORES	MÉDIA E (DP) (TESTE)	MÉDIA E (DP) (RETESTE)	ICC	Intervalo de confiança (95%)
R	10,10 (4,64)	9, 24 (3,33)	0,754**	0,57 – 0,86
TEMPO TOTAL <sup>a</sup>	301,36 (163,95)	248,24 (137)	0,793**	0,64 – 0,88
T. MÉDIO DE R <sup>a</sup>	33, 02 (18,08)	28, 22 (12,87)	0,574**	0,25 – 0,76
G	1,48 (1,15)	1,28 (0,88)	0,671**	0,42 – 0,81
D	6,20 (3,29)	6,22 (2,38)	0,802**	0,65 - 0,89
Dd	1,90 (2,30)	1,24 (1,57)	0,633**	0,35 – 0,79
Do	0,40 (0,76)	0,20 (0,54)	0,359	0,12 - 0,63
Dbl	0,26 (0,44)	0,34 (0,59)	0,587**	0,27 – 0,76
Ddbl	0,26 (0,49)	0,22 (0,58)	0,613**	0,32 – 0,78
F	6,08 (3,90)	5,08 (2,50)	0,626**	0,34 – 0,78

continua

INDICADORES	continuação			
	MÉDIA E (DP) (TESTE)	MÉDIA E (DP) (RETESTE)	ICC	Intervalo de confiança (95%)
F AMPLIADO%	92,32 (10,41)	91,92 (12,82)	0,734**	0,53 – 0,84
F+	3,32 (2,03)	3,08 (1,68)	0,562**	0,23 – 0,75
F+ AMPLIADO %	64,84 (15,92)	69,60 (17,74)	0,589**	0,27 – 0,76
F-	2,48 (2,28)	1,78 (1,68)	0,605**	0,30 – 0,77
F+-	0,26 (0,49)	0,20 (0,76)	-0,46	-0,83 – 0,40
FC	0,56 (0,79)	0,50 (0,68)	0,473**	0,07 – 0,70
CF	0,42 (0,81)	0,40 (0,67)	0,675**	0,42 – 0,81
C	0,24 (0,59)	0,18 (0,52)	-0,007	- 0,76 – 0,42
FE	0,06 (0,24)	0,12 (0,39)	- 0,149	- 1,01 – 0,34
EF	0 (0)	0 (0)	--	--
E	0,02 (0,14)	0,02 (0,14)	-0,021	-0,79 – 0,41
FC'	0,16 (0,37)	0,12 (0,33)	0,026	-0,70 – 0,44
C'F	0,04 (0,20)	0,02 (0,14)	-0,043	-0,83 – 0,40
C'	0,02 (0,14)	0,06 (0,31)	-0,35	-0,81 – 0,41
FClob	0,06 (0,31)	0,10 (0,30)	0,734**	0,53 – 0,84
ClobF	0,02 (0,14)	0,04 (0,20)	0,797**	0,64 – 0,88
Clob	0 (0)	0 (0)	--	--
K	1,42 (1,13)	1,52 (1,13)	0,830**	0,70 – 0,90
Kan	0,74 (0,88)	0,66 (0,94)	0,679**	0,43 – 0,81
Kob	0,04 (0,20)	0,04 (0,20)	0,655**	0,39 – 0,80
Kp	0,50 (0,86)	0,26 (0,60)	0,638**	0,36 – 0,79
A	3,62 (1,97)	3,72 (1,74)	0,760**	0,57 – 0,86
Ad	0,72 (0,90)	0,92 (1,26)	0,683**	0,44 – 0,82
(A)	0,16 (0,37)	0,18 (0,44)	0,492*	0,10 – 0,71
(Ad)	0,20 (0,50)	0,04 (0,20)	0,093	-0,59 – 0,48
H	0,96 (0,93)	1,08 (0,88)	0,755**	0,57 – 0,86
(H)	0,82 (0,98)	0,64 (0,85)	0,702**	0,47 – 0,83
Hd	0,56 (0,86)	0,44 (0,70)	0,708**	0,48 – 0,83
(Hd)	0,18 (0,52)	0,12 (0,33)	0,593**	0,28 – 0,76
Tipos de cont.	4,14 (1,57)	3,62 (1,18)	0,661**	0,40 – 0,80
Banal	3,04 (1,70)	3,18 (1,59)	0,863**	0,76 – 0,92
∑ conteúdo A	4,70 (2,34)	4,84 (2,31)	0,862**	0,75 – 0,92
∑ conteúdo H	2,52 (1,85)	2,28 (1,50)	0,837**	0,71 – 0,90

Nota. <sup>a</sup> = tempo em segundos. \*\* p<0,001. \*p<0,006.

Constatou-se que, dentre os 43 indicadores analisados, por meio do ICC, cinco tiveram estabilidade temporal quase perfeita (D, K, Ban,  $\Sigma A$  e  $\Sigma H$ ); 20 tiveram concordância substancial entre as duas aplicações (R, TT, G, Dd, Ddbl, F, Fampl, F-, CF, FClob, ClobF, kan, kob, kp, A, Ad, H, (H), Hd e tipos de conteúdos); sete tiveram concordância moderada (TMR, Dbl, F+, F+ampl, FC, (A) e (Hd)); um teve concordância regular (Do); dois tiveram concordância discreta (FC' e (Ad)); e seis tiveram concordância pobre (F+-, C, FE, E, C'F e C'). Dois indicadores não pontuaram (EF e Clob) e por isso não foi possível estimar.

No delineamento precisão entre avaliadores, foi feito um levantamento de todas as codificações dos casos para posterior verificação da precisão entre os avaliadores. A Tabela 36 apresenta o Coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC) das variáveis contínuas e o intervalo de confiança (95%).

Tabela 36

*ICC e intervalo de confiança da análise entre juízes*

INDICADORES	ICC	Intervalo de confiança (95%)
R	1,00**	-
TEMPO TOTAL <sup>a</sup>	1,00**	-
T. MÉDIO DE R <sup>a</sup>	1,00**	-
G	0,99**	0,99 – 0,99
D	0,98**	0,96 – 0,99
Dd	0,97**	0,95 – 0,98
Do	-0,08	-0,76 – 0,40
Dbl	0,82**	0,70 – 0,91
Ddbl	0,61**	0,32 – 0,79
F	0,98**	0,98 – 0,99
F AMPLIADO%	0,97**	0,94 – 0,98
F+	0,90**	0,80 – 0,95
F+ AMPLIADO %	0,90**	0,79 – 0,95

*continua*

<i>continuação</i>		
INDICADORES	ICC	Intervalo de confiança (95%)
F-	0,95**	0,89 – 0,97
F+-	0,63**	0,36 – 0,80
FC	0,88**	0,79 – 0,93
CF	0,82**	0,69 – 0,90
C	0,90**	0,83 – 0,95
FE	0,76**	0,59 – 0,87
EF	0,75**	0,57 – 0,87
E	-	-
FC'	0,48*	0,13 – 0,72
C'F	0,80**	0,65 – 0,89
C'	0,67**	0,41 – 0,82
FClob	0,76**	0,58 – 0,87
ClobF	0,66**	0,41 – 0,82
Clob	0	-0,70 – 0,46
K	0,94**	0,89 – 0,96
kan	0,97**	0,96 – 0,98
kob	-0,65	-0,85 – 0,44
kp	0,80**	0,66 – 0,90
A	0,98**	0,96 – 0,99
Ad	0,97**	0,95 – 0,98
(A)	0,73**	0,54 – 0,86
(Ad)	0,22	-0,34 - 0,59
H	0,97**	0,95 – 0,98
(H)	0,89**	0,81 – 0,94
Hd	0,98**	0,97 – 0,99
(Hd)	0,77**	0,60 – 0,88
Tipos de cont.	0,97**	0,95 – 0,98
Banal	0,92**	0,86 – 0,95
∑ conteúdo A	0,99**	0,98 – 0,99
∑ conteúdo H	0,99**	0,98 – 0,99

*Nota.* <sup>a</sup> = tempo em segundos. \*\* p<0,001, \*p<0,006. A variável E teve variância zero e portanto, não foi realizado o cálculo.

Constatou-se que dos 43 indicadores analisados, através do ICC, a maior parte deles estava acima de uma concordância moderada. Três indicadores apresentaram concordância perfeita (R, TT, TMR) e 25 tiveram concordância quase perfeita (G, D, Dd, Dbl, F, F ampl., F+, F+ ampl., F-, FC, CF, C, C'F, K, kan, kp, A, Ad, H, (H), Hd, tipos de conteúdos, Ban,  $\Sigma A$  e  $\Sigma H$ ). Nove indicadores tiveram concordância substancial (Ddbl, F+-, FE, EF, C', FClob, ClobF, (A), (Hd)); um teve concordância moderada (FC'); um teve concordância regular (Ad); um teve concordância discreta (Do); e dois tiveram concordância pobre (Clob e kob). O indicador Esfumado (E), por apresentar variância zero, não foi realizado o cálculo estatístico.

#### **7.4 DISCUSSÃO**

O objetivo do estudo 5 foi verificar se havia precisão dos resultados através do teste-reteste e avaliação entre juízes. Após a análise dos resultados obtidos de 41 indicadores do teste-reteste do Zulliger, constatou-se que 32 deles obtiveram uma correlação de moderada a perfeita e apenas nove indicadores não conseguiram alcançar uma estabilidade mais expressiva entre as aplicações, mantendo-se entre regular e pobre. Dois indicadores não foram calculados, pois não se fizeram presentes nos protocolos.

O resultado alcançado demonstra que os principais indicadores do teste para a avaliação da personalidade como adaptação à realidade, adaptação social, juízo crítico, controle racional e emocional, demonstraram uma estabilidade de moderada a perfeita, sinalizando uma precisão aceitável.

Muniz, Machado, Villemor-Amaral e Primi (2009) realizaram uma pesquisa com o teste de Zulliger com 25 pessoas, estudantes de Teologia, com idade variando de 20 a 47 anos, para verificar a precisão através de um estudo de teste-reteste. Dos indicadores analisados (determinantes e conteúdos), a maioria dos coeficientes de precisão entre as duas

aplicações também foi considerada aceitável, com correlações indicando associação de moderada a muito alta, o que corrobora os resultados alcançados com os belo-horizontinos.

Na precisão entre os quatro juízes foi realizada a análise das codificações de 30 protocolos do teste de Zulliger, em relação às localizações, aos determinantes, aos conteúdos e às banalidades. Os resultados foram promissores, pois os coeficientes de correlação obtidos em 37 indicadores foram classificados como tendo uma concordância de significativa à perfeita. Isso demonstra que 88% dos 42 indicadores analisados, apresentaram uma correlação mínima com valor de 0,60, demonstrando estabilidade significativa entre avaliadores.

Muniz, Machado, Villemor-Amaral e Primi (2009) realizaram uma pesquisa com o teste de Zulliger, para verificar a precisão das codificações feitas por dois avaliadores em 206 protocolos. Através de estudo estatístico utilizando correlação para verificar o grau de concordância entre os juízes, a maioria das variáveis atingiu índices de moderados a muito bons, reforçando que o teste produz resultados confiáveis.

A resolução 002/2003 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2003) define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos no Brasil. O anexo 1, item B9, que trata sobre Precisão ou Fidedignidade, define que a precisão dos resultados é satisfatória se a maioria dos coeficientes é igual ou maior que 0,60. Nesse sentido, os resultados alcançados na atual pesquisa com o teste de Zulliger, no sistema de correção denominado Escola de Paris, estão dentro dos parâmetros exigidos.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve dois grandes eixos de investigação: primeiramente verificar se o Teste de Zulliger é um instrumento capaz de fornecer indicadores de aptidão para que o psicólogo possa embasar o seu parecer no processo de avaliação psicológica para concessão do porte de arma de fogo; em segundo lugar, criar parâmetros normativos e de precisão para adultos da região metropolitana de Belo Horizonte, no sistema de correção denominado Escola de Paris. Para alcançar esses objetivos foram realizados cinco estudos, que a partir dos resultados encontrados, contribuíram para um maior conhecimento e atualização sobre o teste na área da avaliação psicológica, em geral, e na de porte de arma, especificamente.

O estudo 1 permitiu constatar, na realidade das avaliações com o Teste de Zulliger, 12 indicadores de aptidão/inaptidão frequentemente identificados em grupos de pessoas consideradas aptas e inaptas ao porte de arma de fogo. Este resultado contribuiu para se criar uma lista inicial de indicadores a serem verificados pelos psicólogos, tornando-se o ponto base para o estudo 2.

O estudo 2 ampliou a lista para 21 indicadores que poderiam ser utilizados numa avaliação com o teste de Zulliger. Esta nova lista foi submetida à aprovação de especialistas sobre o grau de relevância de cada um dos indicadores. Concluiu-se que todos os indicadores listados foram relevantes, embora a avaliação do grau de relevância (alta, média e baixa) variou muito entre os avaliadores. Além disso, foi sugerida a inclusão de mais dois novos indicadores, chegando-se a seguinte lista final com 23 indicadores: presença de controle emocional, ausência de fenômenos da psicose, ausência de agressividade aumentada, presença de controle racional, presença de juízo crítico, presença de adaptação à realidade, presença de maturidade social, ausência de percepções paranóides, ausência de

depressão/angústia, presença de adaptação social, ausência de ansiedade elevada, ausência de oposicionismo, presença de empatia, ausência de bloqueio emocional, presença de visão ampla (global), presença de visão prática (detalhe comum), presença do conteúdo humano, presença de comprometimento com a testagem, ausência de esquecimento de resposta dada, presença de capacidade para minúcias (detalhe incomum), presença de interesses diversificados, ausência de impulsividade e ausência de indicadores de tendência suicida. Esta relação de indicadores elaborada pelo pesquisador contribui para sistematizar a avaliação para concessão do porte de arma por intermédio do Zulliger, dando referências mais objetivas aos psicólogos a respeito de quais características devem ser verificadas em cada pessoa que deseja portar e manusear uma arma de fogo.

O estudo 3 buscou evidências de validade de critério do Teste de Zulliger em avaliações para concessão do porte de arma de fogo. A lista de indicadores foi utilizada por quatro juízes para embasar o parecer de aptidão. Pode-se constatar que alguns indicadores foram mais privilegiados pelos juízes para justificarem o parecer de aptidão: adaptação à realidade, controle racional, juízo crítico, controle emocional, adaptação e maturidade social, e ausência de agressividade aumentada. O estudo 2 havia corroborado a importância destes indicadores por terem sido avaliados como relevantes por 95 a 100% dos 20 juízes, psicólogos especialistas em avaliação psicológica e/ou experientes nos processos de concessão de porte de arma de fogo. Nesse sentido, todo profissional psicólogo que estiver responsável por este tipo de avaliação deve dar uma atenção especial à presença destes indicadores, sem, no entanto, desprezar a contribuição dos outros indicadores para embasar o seu parecer de aptidão ou inaptidão.

No estudo 3, os casos analisados em relação a situação real do policial, teve uma média de 86% de acertos, demonstrando evidências de validade de critério para que o teste de Zulliger seja utilizado em avaliações para concessão do porte de arma de fogo. No entanto,

cabe alertar que este é apenas um dos instrumentos utilizados na avaliação psicológica para o contexto do armamento, devendo o psicólogo levar em consideração os resultados das outras técnicas para embasar o seu parecer final.

O estudo 4 teve como objetivo principal criar padrões normativos de uma região específica de Minas Gerais, a região metropolitana de Belo Horizonte, ao invés de se utilizar referências de pesquisas realizadas com amostras de diferentes estados. Além disso, possibilitou o levantamento de referenciais normativos para o Teste de Zulliger, segundo o sistema de correção Escola de Paris, inexistente até então no Brasil, segundo o Conselho Federal de Psicologia. A pesquisa atual, com 6.175 respostas, revelou aproximações e diferenças em relação a outras pesquisas normativas no país. Foram mapeadas as principais localizações das respostas, com a diferenciação de respostas em detalhes comumente vistos (D) dos detalhes considerados incomuns (Dd). A prevalência das localizações das respostas foi dos Detalhes comuns (D), com 60% das respostas dadas, revelando uma visão mais prática e objetiva. As outras localizações pontuaram: G (17%), Dd (17%), Dbl (4,5%) e Ddbl (1,5%). Nos determinantes o predomínio foi do determinante forma (F), com 60% das respostas, demonstrando que os participantes buscam manter o controle racional, ao invés de se deixarem levar pelas emoções ou fantasias, acarretando na prevalência do tipo de ressonância íntima coartativo, em aproximadamente 40% da amostra. Outra descoberta importante foi a distinção das qualidades formais frequentemente vistas (F+) das pouco frequentes (F-), propiciando o cálculo do juízo crítico nos protocolos. Quanto aos conteúdos, espera-se a presença de três a cinco tipos diferentes, sendo que o animal ( $\Sigma$  A) foi responsável por 50% de frequência nas respostas, seguido pelos conteúdos: humano (22%) e planta (10%). As respostas que foram consideradas banais, com o mínimo de 16,7% de frequência, totalizaram 10 respostas. São esperadas de duas a quatro por protocolo e sua presença é um importante indicador de adaptação social e à realidade. A grande diferença

para os estudos normativos anteriores, considerados favoráveis pelo CFP, foi a resposta planta, no detalhe verde do cartão II. Os resultados alcançados possibilitaram a elaboração de um atlas provisório com dados atualizados que podem se tornar referência para futuras avaliações desta população.

O estudo 5 verificou a precisão do Teste de Zulliger por intermédio do teste-reteste e concordância entre quatro juízes na correção de 30 protocolos. Os resultados foram promissores ao revelarem que a maioria das variáveis analisadas nos estudos alcançou níveis satisfatórios de estabilidade e concordância, ficando acima do critério mínimo adotado (0,60) para que um teste seja considerado favorável pelo SATEPSI. Assim, os índices de precisão no teste de Zulliger, no sistema de correção denominado Escola de Paris, estão dentro dos parâmetros exigidos pelo CFP.

Apesar de todas as contribuições dos resultados alcançados, limitações estiveram presentes na realização dos estudos descritos anteriormente. No estudo 1 houve resistência dos psicólogos credenciados da Polícia Federal em ceder os protocolos ao pesquisador, provavelmente devido ao receio de serem criticados em suas codificações e análises. Isso talvez justificasse o baixo número de adesão dos convidados e tenha restringido as fontes a apenas oito psicólogos. No estudo 2, muitos psicólogos aceitaram o convite e contribuíram com suas análises sobre a relevância dos indicadores, porém alguns não foram claros em determinados itens, deixando de se posicionar frente a alguns indicadores, o que comprometeu em parte a análise quantitativa do item. No estudo 3, a lista de indicadores de aptidão suscitou dúvidas de alguns juízes em relação à explicação sobre alguns indicadores, o que deve ser aperfeiçoado no futuro. Exemplo disso está na situação em que o indicador 10 trata da *“Presença de Adaptação social: H na III”*, mas não ficou claro para alguns se teria que ser a percepção integrada do ser humano ou qualquer percepção do ser humano, independente de ser integrada ou não (H, Hd, (H), (Hd)). Ainda neste estudo, o tempo gasto

por alguns juízes para as codificações e cálculos dos protocolos excedeu o previsto no cronograma do pesquisador, comprometendo o início das análises e sobrecarga posterior em função do acúmulo de trabalho. Foi necessário inclusive descartar um dos juízes por não ter cumprido o prazo para entrega das avaliações. No estudo 4 uma das dificuldades foi o acesso à amostra necessária para a normatização. Muitas organizações se mostraram receptivas e incentivaram seus membros à participação na pesquisa, no entanto, muitos declinaram do convite com desconfiança, temor e/ou desinteresse. Alguns chegaram a comentar com o pesquisador: “a direção da empresa terá acesso aos resultados?”, “esse teste é para saber se sou louco?”, “não tenho tempo”, “não gosto de teste”, “vou perguntar primeiro para o meu marido e depois te falo”, “outro dia, hoje não”. Nos estudos 3 e 5 chamou a atenção, deste pesquisador, a falta de atenção dos juízes nas codificações e cálculos da análise quantitativa, fazendo com que os resultados obtidos muitas vezes divergissem dos demais juízes. O convite para o estudo da precisão, por meio do reteste, também trouxe dificuldades para adesão e também questionamentos: “meu teste deu errado?”, “é porque sou muito doida?”, “você perdeu o outro que eu fiz?”. Não se pode negar que as limitações em geral criaram alguns obstáculos no desenvolver dos trabalhos e podem de alguma forma ter afetado os resultados conquistados.

As maiores contribuições dos estudos realizados foram as seguintes: demonstrar as evidências de validade e precisão do Teste de Zulliger como importante instrumento da avaliação psicológica; a elaboração da lista de indicadores para orientar os psicólogos que realizam avaliação para concessão de porte de arma de fogo; a normatização do teste para adultos da região metropolitana de Belo Horizonte e a criação de um esboço de atlas de referência no sistema de correção da Escola de Paris.

Ao final desta tese, algumas sugestões podem ser feitas a partir dos resultados alcançados com o teste de Zulliger, como estudos futuros a fim de se comparar grupos em

relação à idade, sexo e escolaridade desta mesma amostra; levantar evidências de validade de critério para verificar diferenças nas variáveis do teste entre subgrupos de pessoas com diferentes quadros psicopatológicos; estabelecer normas para populações específicas como profissionais da segurança, entre outros; comparação de resultados entre aplicações coletivas e individuais numa mesma amostra; evidências de validade de outros instrumentos psicológicos utilizados na avaliação para concessão do porte de arma de fogo; aperfeiçoar a lista de indicadores de aptidão ao porte de arma e realizar novos estudos para verificar sua eficácia; e, por fim, elaborar manuscrito sobre o Teste de Zulliger, no sistema de correção Escola de Paris, para submetê-lo à aprovação do Sistema de Avaliação dos Testes Psicológicos (SATEPSI).

## REFERÊNCIAS

- Adrados, I. (1990). *Teoria e prática do teste de Rorschach*. Petrópolis: Vozes.
- Alves, I. C. B., Dias, A. R., Sardinha, L. S. & Conti, F. D. (2010). Precisão entre juízes na avaliação dos aspectos formais do teste de Wartegg. *Aletheia*, 31. Recuperado a partir de: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-039422010000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-039422010000100006)
- Alvim, C. F. (1971). *Vocabulário de termos psicológicos e psiquiátricos*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- American Educational Research Association, American Psychological Association & National Council On Measurement In Educacion (1999). *Standards for educational and psychological testing*. Washington DC: American Educational Research Association.
- Alchieri, J. C. & Cruz, R. M. (2003). *Avaliação psicológica: conceito, métodos e instrumentos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Anastasi, A. (1977). *Testes psicológicos*. (2a ed.). São Paulo: EPU.
- Anastasi, A. & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Anzieu, D. (1989). *Os métodos projetivos*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Arzeno, M. E. G. (1995). *Psicodiagnóstico clínico: novas contribuições*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Augras, M. (1994). *Teste de Rorschach: atlas e dicionário*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Ávila-Batista, A. C. (2009). Avaliação psicológica nos concursos para a Polícia Militar de Minas Gerais: perspectivas e desafios. In *IV Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica*. Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), Campinas/SP.
- Ávila-Batista, A. C. (2011). *Construção e Estudos Psicométricos de uma Escala para Avaliação da Impulsividade*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, Universidade São Francisco, Itatiba.
- Azoulay, C., Emmanuelli, M., Rausch de Traubenberg, N., Corroyer, D., Rozenewajg, P. & Savina, Y. (2007). Les données normatives françaises du Rorschach à l'adolescence et chez le jeune adulte. *Psychologie Clinique et Projective*, 13, 371-409.
- Bicalho, P. P. (2012). Direitos Humanos e Avaliação Psicológica: pela abertura das caixas pretas que nos constituem. In *Relatório do ano temático da avaliação psicológica 2011-2012*. Conselho Federal de Psicologia.
- Borges, L. & Alencar, H. (2006). Moralidade e homicídio: um estudo sobre a motivação do transgressor. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, 19(3).
- Brasil (1997). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. *Lei nº 9437*. [Revogado pela lei nº 10826, de 22.12.2003]. Recuperado a partir de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9437.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9437.htm)
- Brasil (1997). Ministério da Justiça. *O Sistema Nacional de Armas – SINARM*. Recuperado a partir de [https://www.defesa.gov.br/revista\\_juridica/edicoes\\_anteriores](https://www.defesa.gov.br/revista_juridica/edicoes_anteriores)

- Brasil (2003). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. *Lei nº 10826*. Recuperado a partir de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10826.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10826.htm)
- Brasil (2004). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. *Decreto nº 5123*. [Alterado pelo decreto nº 6715, de 2008]. Recuperado a partir de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/D5123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5123.htm)
- Brasil (2005). Ministério da Justiça do Brasil. *Instrução normativa nº 023/2005*. (2005, 1 de setembro). Recuperado a partir de <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=76153>
- Brasil (2008). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. *Decreto nº 6715*. Recuperado a partir de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2008/decreto/D6715.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2008/decreto/D6715.htm)
- Brinkmann, H. (1998). Proposição de parâmetros para El test de Zulliger (Z). *Revista Chilena de Psicología*, 9(2).
- Bueno, L. (2004). *Controle de armas: um estudo comparativo de políticas públicas entre Grã-Bretanha, EUA, Canadá, Austrália e Brasil*. São Paulo: IBCCRIM.
- Candiani, D. & Candiani, O. (2004). *O teste de Zulliger em Minas Gerais: guia de cotação e interpretação*. São Paulo: Vetor.
- Caneda, C. R. & Teodoro, M. L. M. (2010). Desenvolvimento e investigação de propriedades psicométricas da escala motivacional para porte de arma (EMPA). *Avaliação Psicológica*, 9(3).
- Caneda, C. R. & Teodoro, M. L. M. (2012). Contribuições da avaliação psicológica ao porte de arma: uma revisão de estudos brasileiros. *Aletheia*, 38-39, 162-172.
- Castro, M. S. de A. (2013). O teste projetivo Zulliger na avaliação psicológica para o porte de arma de fogo. In *VI Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica e IX Congresso Iberoamericano de Diagnóstico e Evaluación Psicológica*. Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), Maceió/AL.
- Cardioli, A. V. (1998). *Psicoterapias: abordagens atuais*. Porto Alegre: Artmed.
- Cassep-Borges, V., Balbinott, M. A. A. & Teodoro, M. L. M. (2010). Tradução e validação de conteúdo; uma proposta para a validação de instrumentos. In Luiz Pasqualli e cols. (Orgs.), *Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas*. (pp. 506-520). Porto Alegre: Artmed.
- Castro, P. F. (2001). O ensino do Rorschach em uma amostra brasileira. *Revista de Psicologia: ciência e profissão*, CFP, 46-53.
- Castro, P. F. (2008). *Caracterização da personalidade de pacientes com transtorno de pânico por meio do Método de Rorschach: contribuições do sistema compreensivo*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.
- Chabert, C. (2004). *Psicanálise e métodos projetivos*. São Paulo: Vetor.
- Chagnon, J. (2013). L'École de Paris: bref historique. *Carnet Psy*, 169 (2), 27-29.
- Chagnon, J. (2014). Histoire et développements contemporains de l'école de Paris. In *VII Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos*, ASBRo. Ribeirão Preto/SP.
- Conselho Federal de Psicologia (2003). *Resolução nº 002*. Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos. Recuperado a partir de <http://www.pol.org.br>

- Conselho Federal de Psicologia (2003). *Resolução nº 007*. Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo. Recuperado a partir de <http://www.pol.org.br>
- Conselho Federal de Psicologia (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. Recuperado a partir de [http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo\\_etica1.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica1.pdf)
- Conselho Federal de Psicologia (2008). *Resolução nº 018*. Avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo. Recuperado de <http://www.pol.org.br>
- Conselho Federal de Psicologia (2009). *Resolução nº 007*. Normas e procedimentos para a avaliação psicológica no contexto do Trânsito. Recuperado de <http://www.pol.org.br>
- Conselho Federal de Psicologia (2012). *Resolução nº 005*. Altera a Resolução CFP n.º 002/2003, que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos. Recuperado de <http://site.cfp.org.br/legislacao/resolucoes-do-cfp/page/2/>
- Conselho Federal de Psicologia (2013). *Cartilha Avaliação Psicológica*. Recuperado de <http://satepsi.cfp.org.br/docs/cartilha.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia (2014). *Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI)*. Recuperado de <http://www2.pol.org.br/satepsi/sistema/admin.cfm?lista1=sim>
- Cunha, J. A. (2002). *Psicodiagnóstico V*. Porto Alegre: Artmed.
- Dancey, C. P. & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia: usando SPSS para Windows*. (3ª ed.). (L. Viali, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2006.
- Dubugras Sá, S. & Werlang, B. (2007). Homicídio seguido de suicídio na cidade de Porto Alegre. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 24(2).
- Exército Brasileiro (2009). *Portaria nº 197- DGP*, de 31 de julho de 2009. Aprova as Normas Relativas à Avaliação Psicológica para a Autorização do Porte de Arma de Fogo, pelos Militares Inativos, no âmbito do Exército. Recuperado a partir de <http://site.cfp.org.br/legislacao/resolucoes-do-cfp/page/2/>
- Fachado, A. A., Martinez, A. M., Villalva, C. M. & Pereira, M. G. (2007). *Adaptação cultural e validação da versão portuguesa - questionário medical outcomes study social support survey (mos-sss)*. Recuperado a partir de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9640/1/adapta%C3%A7%C3%A3o%20MOS.pdf>
- Ferreira, A. B. H. (1975). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Nova fronteira.
- Fensterseifer, L. & Werlang, B. (2008). Apontamentos sobre o status científico das técnicas projetivas. In A. E. Villemor-Amaral & B. S. G. Werlang, (orgs.), *Atualizações em métodos projetivos para avaliação psicológica*. (pp. 15-33). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Franco, R.R.C. (2009). *Ensaio de convergência entre provas de personalidade: Zulliger-SC e Pfister*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia da Universidade São Francisco, Itatiba/SP.
- Freud, S. (1894). *Totem e Tabu*. Edição standart brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. XIII. Rio de Janeiro: Imago.

- Freitas, A. M. L. (1996). *Teste Zulliger: aplicação e avaliação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Goldstein, H. (2003). *Policiando uma sociedade livre*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Grassano, E. (1996). *Indicadores psicopatológicos das técnicas projetivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gonçalves, C. M. S. & Gomes, M. J. M. P. (2007). Avaliação psicológica para porte de arma em mulheres através do Z-Teste. In *III Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica*, São Paulo/SP.
- Guerra, A. G. (1977). *O teste de Zulliger – uma experiência brasileira*. Rio de Janeiro: CEPA.
- Hammer, E. (1981). *Aplicações clínicas dos desenhos projetivos*. Rio de Janeiro: Interamericana.
- IBGE (2010). *Censo demográfico - tabela 3540: pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo a situação de domicílio, o sexo, a cor ou a raça e os outros grupos de idade*. Recuperado a partir de <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=3540&z=cd&o=16>
- Ikiz, T.T., Zabci, N., Dugor, B.P., Atak, I.E., Yavuz, E., Purisa, S. & Catagy, P. (2010). Étude normative du Rorschach de la population adolescente turque. *Psychologie Clinique et Projective*, 16, 209-232.
- Jacquemin, A. (1976). *O teste de Rorschach em crianças brasileiras*. São Paulo: Vetor.
- Jardim-Maran, M. L. C. (2011). *O psicodiagnóstico de Rorschach em adolescentes: normas e evidências de validade*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP.
- Jesus, D. E. (2002). *Crimes de porte de arma de fogo e assemelhados*. São Paulo: Saraiva.
- King, J. E. (2004). Software Solutions for Obtaining a Kappa-Type Statistic for Use with Multiple Raters. In *Annual meeting of the southwest educational research association*. Dallas, EUA.
- Lelé, A. J. (2013). *A emergência dos processos primários no TAT da Escola de Paris em adultos com diagnóstico de esquizofrenia*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH / UFMG, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Belo Horizonte.
- Nascimento, R. S. G. F. (2002). Resultados de estudo normativo para o Sistema Compreensivo do Rorschach: um estudo para a cidade de São Paulo. *Revista Psicouf*, 7 (2), 121-135.
- Nascimento, R. S. G. F. (2004). The impact of education and/or socioeconomic conditions on Rorschach data in a brazilian nonpatient sample. *Rorschachiana*, 26, 45-62.
- Nascimento, R. S. G. F. (2006). Estudo Normativo do Sistema Compreensivo do Rorschach para São Paulo: Resultados dos Índices PTI, SCZI, DEPI, HVI, OBS e S-COM. *Avaliação Psicológica*, 5(1), 87-97.
- Nascimento, R. S. G. F. (2007). Rorschach Comprehensive system for a sample of 409 adult nonpatients from Brazil. *Journal of Personality Assessment*, 89 (supl.1), S35-S41.
- Neves, M. F. S. (2002). Reações emocionais, contexto de trabalho e saúde mental de motoristas de ônibus. In *Anais do XVII Internacional Congress of Rorschach and Projective Methods*, Rome.

- Nogueira, G. E. G. (2007). A validade das avaliações psicológicas admissionais. *Revista de Psicologia: saúde mental e segurança pública*, 4, 7-12.
- Noronha, A. P. et al. (2005). Instrumentos de avaliação mais conhecidos/ utilizados por psicólogos e estudantes de psicologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 390-401.
- Núñez, A. M. , Lara, G., Guzmán, L., Gürtner, G. & Kuaik, I. D. (2010). Test de Zulliger: datos normativos de determinantes en una muestra de jóvenes entre 20 y 30 años, residentes en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y sus alrededores. *Anuario de Investigaciones*. Facultad de Psicología, Universidad de Buenos Aires, 17, 179.
- Pasian, S. (1998). *O psicodiagnóstico de Rorschach: um estudo normativo em adultos de Ribeirão Preto (SP)*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (USP), Ribeirão Preto.
- Pasian, S. (2000). *O psicodiagnóstico de Rorschach em adultos – Atlas, normas e reflexões*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pasian, S. (2010). *Avanços do Rorschach no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pasquali, L. (org.) (1999). *Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração*. Brasília: LabPAM.
- Pasquali, L. (org) (2001). *Técnicas de exame psicológico – TEP: manual*. São Paulo: Casa do Psicólogo/ Conselho Federal de Psicologia.
- Pasquali, L., et al. (2010). *Instrumentação psicológica – fundamentos e práticas*. Porto Alegre: Artemed, 560.
- Pellini, M. C. (2000). *Avaliação psicológica para porte de arma de fogo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pellini, M. C. (2006). *Indicadores do Método de Rorschach para avaliação de maturidade emocional para porte de arma de fogo*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pellini, M. C. (2014). A avaliação psicológica para registro, porte de arma de fogo e na vigilância patrimonial. In *Workshop do VII Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos*, (ASBRo), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP.
- Polícia Federal (1998). *Manual de orientação para psicólogos*. Academia Nacional de Polícia - Setor de Psicologia/DRS. Sobradinho: Centro Gráfico de Editoração da ANP.
- Polícia Federal (2013). *Instrução normativa nº 70/2013-DG/DPF*, (13 de março de 2013). Estabelece procedimentos para o credenciamento e fiscalização de psicólogos responsáveis pela expedição de comprovante de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e regulamenta a atuação do psicólogo na avaliação psicológica do vigilante. Recuperado a partir de [http:// www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)
- Polícia Federal (2014). *Instrução normativa nº 7/2014-DG/DPF*, (13 de março de 2013). Estabelece procedimentos para o credenciamento e fiscalização de psicólogos responsáveis pela expedição de comprovante de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo e regulamenta a atuação do psicólogo na avaliação psicológica do vigilante. Recuperado a partir de [http:// www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)

- Polícia Militar de Minas Gerais (2002). *Código de ética e disciplina dos militares de Minas Gerais*. Recuperado a partir de <http://www.policiamilitar.mg.gov.br/.../21052013114944316.pdf>
- Polícia Militar de Minas Gerais (2008). *Instrução Conjunta n.º 001 - DRH/DS/DAL*, (17 de outubro de 2008). Orienta procedimentos visando à aquisição, à manutenção de porte e à posse de arma de fogo na PMMG. Recuperado de [http://www.aspradf.com.br/meusarquivos/PDF/INSTRUCAO\\_CONJUNTA001AQUISICAODEARMAS.pdf](http://www.aspradf.com.br/meusarquivos/PDF/INSTRUCAO_CONJUNTA001AQUISICAODEARMAS.pdf)
- Polícia Militar de Minas Gerais (2010). *Resolução nº 4085*. CG/PMMG, (11 de maio de 2010). Recuperado a partir de <http://www.universopolicial.com/2008/08/legislao-institucional.html>
- Polícia Militar de Minas Gerais / Bombeiro Militar de Minas Gerais (2011). *Instrução conjunta nº 08/11 IPISM / DRH / DS / CBMG*. (01 de junho de 2011). Recuperado a partir de <https://pt.scribd.com/doc/61089818/Instrucao-conjunta-08-2011-aquisicao-armas-de-fogo-Reserva-Reformados>
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. (2015). Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. *Orientações para elaboração de trabalhos científicos: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a American Psychological Association (APA) e o Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (VANCOUVER)*. Recuperado a partir de <https://www.pucminas.br/biblioteca>
- Primi, R. (2010). Avaliação psicológica no Brasil: fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26.
- Primi, R., Gatas, R. & Souza, A. (2013). Critérios para avaliação dos testes psicológicos. Recuperado a partir de [http://www2.pol.org.br/satepsi/CD\\_testes/pdf/relatoriotestes\\_cap4.pdf](http://www2.pol.org.br/satepsi/CD_testes/pdf/relatoriotestes_cap4.pdf)
- Rafalski, J. C. & Andrade, A. L. (2015). Prática e formação: psicólogos na peritagem em porte de arma de fogo. *Psicologia : Ciência e Profissão*, 35(2), pp.599-612.
- Rausch de Trautenberg, N. (1970). *A prática do Rorschach*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Resende, M. A., Rodrigues, C.T. & Silva, C.A. (2008). Avaliação psicológica para porte de arma de fogo. In *V Encontro da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos*. ASBRo. Ribeirão Preto/SP.
- Resende, M. A. (2011). Avaliação psicológica para porte de armas de policiais reformados. In *V Congresso Brasileiro de avaliação psicológica do IBAP*, Bento Gonçalves/RS.
- Rico, J. M. & Salas, L. (1992). *Delito, Insegurança do cidadão e Polícia*. Rio de Janeiro, Polícia Militar.
- Rorschach, H. (1974). *Psicodiagnóstico*. São Paulo: Mestre Jou.
- Sachsida, A., Mollick, A. & Mendonça, M. (2009). *Um exame empírico dos usuários de armas de fogo em Brasília, DF*. Economia aplicada: Ribeirão Preto, 13(4).
- Schultz, D. (2008). *Teorias da Personalidade*. São Paulo: Cengage Learning.
- Sendín, M. C. (1993). *Non-patient transcultural comparison*. In Congresso internacional de Rorschach e métodos projetivos, 14, Lisboa. Proceedings Book. Lisboa, 207-212.

- Siminovich, M., Vaz, C. E. & Santos, G. A. (1998). Técnica de Zulliger: reteste e a depressão em profissionais da área de Segurança Pública. In III Encontro da SBRo, Ribeirão Preto/SP.
- Siminovich, M. (2008). Avaliação psicológica na área de Segurança Pública e Privada. In *V Encontro da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos (ASBRo)*, Ribeirão Preto/SP.
- Siminovich, M. (2012). Avaliação Psicológica na área de Segurança Pública e em Concursos Públicos. In *VI Congresso da Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos*, Brasília/DF.
- Soares, E. (2003). *Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas*. São Paulo: Atlas.
- Souza, M. A., Castro, R. E. & Baságli, Aline (2015). O método de Rorschach e sua contribuição à pesquisa em Psicologia Clínica. In *VII Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica do IBAP – avaliação psicológica e os desafios nas diferentes regiões do Brasil*. São Paulo/SP.
- Sznick, V. (1997). *Crime de porte de arma*. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito Ltda.
- Szwarcwald, C. L. & Castilho, E. A. (1998). A arma de fogo no estado do Rio de Janeiro, Brasil: uma análise espacial. *Revista Panamericana de Salud Pública / Pan American Journal of Public Health*, 4, 161-170.
- Thadeu, S. H., Ferreira, M. C. & Faiad, C. (2012). A avaliação psicológica em processos seletivos no contexto da segurança pública. *Avaliação Psicológica*, 11(2).
- Tavares, M. (2010). Da ordem social da regulamentação da avaliação psicológica e do uso dos testes. In *Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão*. Brasília: CFP.
- Toledo, F., Montoro, L. & Civera, C. (2005). La Psicología Aplicada a la Selección de Aspirantes a la Tenencia y Uso de Armas de Fuego en España. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 39, 1, 117-126.
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da Testagem Psicológica*. São Paulo: Artmed.
- Vaz, C. E. (2002). *Z–teste, Técnica de Zulliger – forma coletiva*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Vendramini, C. M. M. (2007). Estatística e delineamentos de pesquisa. In M. N. Baptista & D. C. Campos (orgs.). *Metodologias de pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa* (Cap. 15, 161-182). Rio de Janeiro: LTC.
- Villemor-Amaral (2000). Técnicas projetivas: o geral e o singular em Avaliação Psicológica. In *Contextos e questões da avaliação psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Villemor-Amaral, A. E. & Xavier, M. F. (2007). Avaliação da relação com a figura materna no CAT-A. *Revista de Psicologia da Vetor Editora*, São Paulo, 8(2). Recuperado a partir de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1676-73142007000200010&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1676-73142007000200010&script=sci_arttext)
- Villemor-Amaral (2008). A validade teórica em Avaliação Psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28 (1). 98-109.
- Villemor-Amaral, A. E. & Primi, R. (2009). *Teste de Zulliger no Sistema Compreensivo – ZSC: forma individual*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Villemor-Amaral, A. E., Machado, M. A. & Noronha, A. P. (2009). O Zulliger no Sistema Compreensivo: um estudo de fidedignidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29.
- Villemor-Amaral, A. E., Pianowski, G., Leonel, J., Yazigi, L., Primi, R. & Carvalho, L.F. (2011). Localização e Lista de Qualidade Formal do Rorschach: estudo de validade com não-pacientes. In *V Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica: formas e contextos* (pp. 24). Bento Gonçalves/RS.
- Waiselfisz, J. J. (2005). *Mortes matadas por armas de fogo: mapa da violência*. Recuperado a partir de <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>
- Werlang, B. S. G. & Villemor-Amaral, A. E. (organizadoras) (2008). *Atualizações em Métodos projetivos para avaliação psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Werlang, B. S. G., Villemor-Amaral, A. E. & Nascimento, R. S. G. (2010). Avaliação psicológica, testes e possibilidades de uso. In *Avaliação Psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão*. Brasília: CFP.
- Werlang, B. S. G. & Nascimento, R. S. G. (2010). Avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo. In *Avaliação Psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão*. Brasília: CFP.
- Yazigi, L. et al. (2006). Atlas e lista de qualidade formal do Rorschach no sistema compreensivo para uma amostra brasileira. In *II Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão*. São Paulo: FENPB.
- Zulliger, H. & Salomón, F. (1970). *El test de Zulliger: um test individual y colectivo*. Buenos Aires: Kapelusz.
- Zunino, M., Souza, E. & Lauritzen, B. (2008). Estudio epidemiológico comparativo de la mortalidad por armas de fuego em Brasil y Argentina, 1990-2005. *Salud Colectiva*; Lanús, 4(3).

Apêndice 1:

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Pesquisa: O TESTE DE ZULLIGER - um estudo normativo com adultos de Belo Horizonte (MG) e evidências de validade para obtenção de porte de arma de fogo.**

Prezado Sr(a),

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que estudará como as pessoas que moram na região de Belo Horizonte respondem ao teste de Zulliger e se ele é um teste válido para a avaliação psicológica para obtenção do porte de arma de fogo.

Você foi selecionado por ser um adulto e morador desta região. Além disso, pode ser ou não, uma pessoa que tem porte de arma de fogo, pretende ter ou já teve. Os resultados servirão para verificar qual o padrão normativo desta população e quais são os indicadores de aptidão / inaptidão na amostra estudada, favorecendo que as avaliações psicológicas futuras com este teste sejam mais criteriosas e embasadas cientificamente, tendo como referência um padrão normativo da população da região de Belo Horizonte.

A sua participação nesse estudo consiste em responder um levantamento de dados pessoais e da vida pregressa, assim como responder ao teste de Zulliger.

O pesquisador ficará de posse de todo o material coletado, pelo período de cinco anos, e depois este material será incinerado. Sua participação é voluntária.

Você não terá nenhum gasto e também não receberá nenhum pagamento por participar desse estudo. As informações obtidas nessa pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa.

Você poderá se recusar a participar a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

Este estudo está sendo orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elizabeth do Nascimento e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo endereço: Av. Antônio Carlos 6627, Unidade Administrativa II, sala 2005, Campus Pampulha, Belo Horizonte/MG, CEP31270-901, tel: 31-34094592, ou email: coep@prpq.ufmg.br.

Você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**Pesquisador responsável:** Professor Marcelo Augusto Resende  
Rua Matias Cardoso 63, sala 504, Santo Agostinho, Belo Horizonte / MG  
Tel: (031) 3337.56.46 email: [psiresende@gmail.com](mailto:psiresende@gmail.com)

.....  
Dou o meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

\_\_\_\_\_  
Nome do participante (em letra de forma)      (assinatura / rubrica do participante)      (data)

**Obrigado pela sua colaboração e por merecer a sua confiança.**



Apêndice 2:

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO E DE SAÚDE

Nome: \_\_\_\_\_ sexo: masculino ( ) feminino ( )

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ idade atual: \_\_\_\_\_

Estado civil: ( ) solteiro ( ) casado ( ) outro: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

**1) Cidade onde nasceu?** \_\_\_\_\_**2) Há quanto tempo mora na região metropolitana de Belo Horizonte?** \_\_\_\_\_**3) Qual sua ocupação atual?**

- ( ) Proprietário/Comércio ou Indústria  
 ( ) Proprietário/Empresa de Serviço  
 ( ) Proprietário/Rural  
 ( ) Trabalhador/Comércio ou Indústria  
 ( ) Trabalhador/ Empresa de Serviço  
 ( ) Trabalhador/ Rural  
 ( ) Funcionário Público  
 ( ) Militar  
 ( ) Profissional Autônomo (nível superior)  
 ( ) Aposentado/Pensionista  
 ( ) Trabalho Informal  
 ( ) Estudante  
 ( ) Outros. Qual \_\_\_\_\_

**4) Qual é sua maior escolaridade / qualificação acadêmica?**

- ( ) Analfabeto  
 ( ) Primário  
 ( ) Ensino Fundamental Completo / Incompleto  
 ( ) Ensino Médio Incompleto  
 ( ) Ensino Médio Completo  
 ( ) Ensino Superior Incompleto  
 ( ) Ensino Superior Completo  
 ( ) Pós-Graduação - Especialização  
 ( ) Pós-Graduação – Mestrado/Doutorado

**5) Qual é a renda mensal total da família?**

- ( ) Menor que 1 salário mínimo (\$720,00)  
 ( ) Entre 1 e 5 salários mínimos  
 ( ) Entre 5 e 10 salários mínimos  
 ( ) Entre 10 e 15 salários mínimos  
 ( ) Acima de 15 salários mínimos

**6) Quantas pessoas vivem desta renda?** \_\_\_\_\_**7) Faz uso regular de medicamentos?**

- ( ) não ( ) sim Quais? \_\_\_\_\_

**8) Possui alguma doença crônica?**

não  sim Qual? \_\_\_\_\_

**9) Já foi diagnosticado com algum transtorno psiquiátrico como por exemplo, depressão, TDAH, ansiedade, esquizofrenia e etc.?**

não  sim Qual (is)? \_\_\_\_\_

**10) Se respondeu positivamente a questão anterior, faz uso de algum medicamento para tratar esse transtorno?**  não  sim Medicamento: \_\_\_\_\_

**11) Já sofreu algum tipo de traumatismo ou lesão na região da cabeça?**

não  sim Qual região? \_\_\_\_\_

**12) Se respondeu positivamente a questão anterior, em qual fase do desenvolvimento ocorreu o trauma?**  infância  adolescência  adulta

**13) Já se submeteu a alguma cirurgia no cérebro?**

não  sim Há quanto tempo? \_\_\_\_\_

**14) Já foi diagnosticado com alguma doença neurológica como epilepsia, Parkinson, Alzheimer, derrame (AVC)?**  não  sim Qual? \_\_\_\_\_

**15) Já fez ou faz uso de drogas?**

não  sim Qual? \_\_\_\_\_

**16) Tem problema visual?**

não  sim Qual? \_\_\_\_\_

**17) Consegue distinguir cores?**

não  sim

**18) Precisa usar óculos ou lentes de contato?**

não  sim

**19) Já teve ou tem uma arma de fogo?**

não  sim

**20) Já disparou uma arma de fogo?**

não  sim

**21) Possui porte de arma de fogo?**

não  sim

**Apêndice 3: PESQUISA SOBRE INDICADORES DE APTIDÃO PARA PORTE DE ARMA DE FOGO  
NO TESTE DE ZULLIGER**

Você está sendo convidada(o) a participar desta pesquisa que tem por objetivo analisar indicadores do teste de Zulliger, na avaliação para porte de arma de fogo. Inicialmente gostaria que você se identificasse em termos de sua experiência com o teste de Zulliger.

Marque com um X as opções que mais se adequam à sua realidade:

**I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

1 – Qual a sua formação máxima?

graduação  especialização  mestrado  doutorado  pós-doutorado

2 - Como você aprendeu o teste de Zulliger?

graduação  curso  mini-curso de congresso  especialização  outro: .....

3 – Há quanto tempo trabalha com este teste?

até 2 anos  de 2 a 4 anos  de 5 a 10 anos  mais de 10 anos

4 – Sua experiência profissional com o Zulliger é:

clínica  organizacional  trânsito  porte de arma  pericial  lecionando sobre o teste  outro:  
.....

5 – Qual o tipo de abordagem utiliza para a correção:

Klopfer (atlas do Cícero Vaz)  Exner (atlas da Ana Elisa Villemor-Amaral)  Beck (atlas da Alba Guerra)  
 outro: .....

## **II – INDICADORES DO TESTE DE ZULLIGER:**

Na tabela abaixo você encontra vários indicadores do Zulliger, baseado no sistema Klopfer, através do manual do Vaz (2002). Você deverá marcar com um “X” se o indicador é ou não relevante para análise de aptidão para porte de arma de fogo. Caso sua resposta seja “SIM”, marque com um “X” o grau de relevância deste indicador, ou seja, baixa, média ou alta. Na última coluna da tabela, faça observações que julgar pertinente sobre o indicador ou sobre os dados que aparecem no Zulliger. Caso você ache importante completar com outros indicadores, faça isso na linha 22.

	INDICADOR	DADOS NO ZULLIGER	RELEVÂNCIA		GRAU DE RELEVÂNCIA			OBSERVAÇÕES
			SIM	NÃO	BAIXA	MÉDIA	ALTA	
1	ADAPTAÇÃO À REALIDADE	Resposta popular ( <b>pop</b> ) (mínimo de 25% de R)						
2	JUIZO CRÍTICO	Determinante forma com qualidade precisa ou frequentemente vista <b>F+</b> (mínimo de 70% )						
3	ADAPTAÇÃO SOCIAL	Percepção de figura humana inteira e natural <b>H (pop) no cartão III</b>						
4	EMPATIA	Presença de cinestesia humana no teste <b>M</b> (12 a 25 %)						
5	MATURIDADE SOCIAL	Prevalência de percepções humanas integradas e naturais em relação as percepções fragmentadas e fantasiosas <b>H &gt; Hd + (H)</b>						

continua

Na tabela abaixo você encontra vários indicadores do Zulliger, baseado no sistema Klopfer, através do manual do Vaz (2002). Você deverá marcar com um “X” se o indicador é ou não relevante para análise de aptidão para porte de arma de fogo. Caso sua resposta seja “SIM”, marque com um “X” o grau de relevância deste indicador, ou seja, baixa, média ou alta. Na última coluna da tabela, faça observações que julgar pertinente sobre o indicador ou sobre os dados que aparecem no Zulliger, discriminando se ele é favorável ou não ao porte. Caso você ache importante completar com outros indicadores, faça isso na linha 22.

continuação

	INDICADOR	DADOS NO ZULLIGER	RELEVÂNCIA		GRAU DE RELEVÂNCIA			OBSERVAÇÕES
			SIM	NÃO	BAIXA	MÉDIA	ALTA	
6	CONTROLE EMOCIONAL	Prevalência de determinantes forma-cor em relação aos determinantes cor-forma ou cor pura <b>FC &gt; C + CF</b>						
7	BLOQUEIO EMOCIONAL	Não responder pelo determinante cor no teste $\sum C = 0$						
8	AGRESSIVIDADE (AUMENTADA)	Conteúdos e cinestésias agressivas. Ex: sangue, fogo, luta, matar, atacar, etc. (2 ou mais respostas no teste)						
9	CONTROLE RACIONAL	Respostas pelo determinante forma <b>F% de 50 a 70%</b>						
10	CAPACIDADE DE SÍNTESE (VISÃO DO TODO)	Respostas na localização global <b>G% de 13 a 38%</b>						
11	CAPACIDADE DE ANÁLISE EM DETALHES (VISÃO EM DETALHES)	Respostas na localização detalhe comum ou frequentemente vista <b>D% de 40 a 60%</b>						

continua

Na tabela abaixo você encontra vários indicadores do Zulliger, baseado no sistema Klopfer, através do manual do Vaz (2002). Você deverá marcar com um “X” se o indicador é ou não relevante para análise de aptidão para porte de arma de fogo. Caso sua resposta seja “SIM”, marque com um “X” o grau de relevância deste indicador, ou seja, baixa, média ou alta. Na última coluna da tabela, faça observações que julgar pertinente sobre o indicador ou sobre os dados que aparecem no Zulliger. Caso você ache importante completar com outros indicadores, faça isso na linha 22.

continuação

	INDICADOR	DADOS NO ZULLIGER	RELEVÂNCIA		GRAU DE RELEVÂNCIA			OBSERVAÇÕES
			SIM	NÃO	BAIXA	MÉDIA	ALTA	
12	CAPACIDADE DE ANÁLISE EM DETALHES INCOMUNS	Respostas na localização detalhe incomum ou pouco frequentemente vista <b>Dd% de 6 a 16%</b>						
13	FENÔMENOS ESPECIAIS (psicose)	Confabulação, Contaminação, Cs da interpretação ↓ Auto-referência						
14	PRODUTIVIDADE, COMPROMETIMENTO	Número de respostas dadas no teste <b>R = 5 a 9</b>						
15	INTERESSES	Variedade de tipos de conteúdos (mínimo de 3 tipos diferentes)						
16	PARANOIA / REAÇÕES PERSECUTÓRIAS	Olhar o verso, conteúdos persecutórios e onipotentes ( máscara, olhos, algo escondido, sombra, fantasma, etc.)						
17	OPOSICIONISMO	Respostas no branco <b>S &gt; 2</b> Fenômeno Recusa (não querer responder)						

continua

Na tabela abaixo você encontra vários indicadores do Zulliger, baseado no sistema Klopfer, através do manual do Vaz (2002). Você deverá marcar com um “X” se o indicador é ou não relevante para análise de aptidão para porte de arma de fogo. Caso sua resposta seja “SIM”, marque com um “X” o grau de relevância deste indicador, ou seja, baixa, média ou alta. Na última coluna da tabela, faça observações que julgar pertinente sobre o indicador ou sobre os dados que aparecem no Zulliger. Caso você ache importante completar com outros indicadores, faça isso na linha 22.

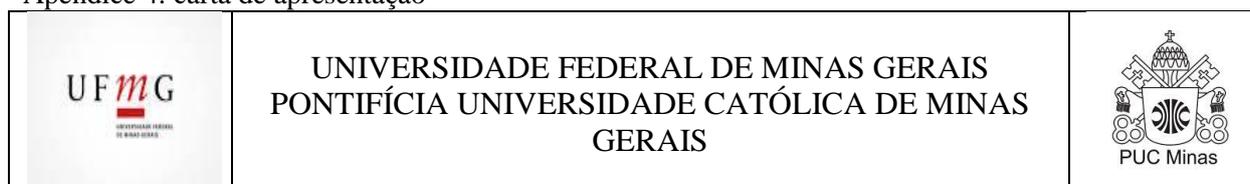
continuação

	INDICADOR	DADOS NO ZULLIGER	RELEVÂNCIA		GRAU DE RELEVÂNCIA			OBSERVAÇÕES
			SIM	NÃO	BAIXA	MÉDIA	ALTA	
18	SINAIS DE ANSIEDADE / OBSESSIVIDADE	R ↑ (acima de 10) D↑ (acima de 60%) Dd ↑(acima de 18%) S ↑ (acima de 2 ) Presença de Detalhe Oligofrênico						
19	ANGÚSTIA / DEPRESSÃO	R ↓ (abaixo de 5), fracasso (não conseguir responder), F↑ (acima de 80%), Choque a cor (não responder pela cor) Conteúdos desvitalizados. Ex: anat óssea, Hd, Ad, etc.						
20	TIPO VIVENCIAL Coartado ou coartativo	Pouca ou nenhuma resposta determinada pela cor e pela cinestesia						
21	ESQUECIMENTO DAS RESPOSTAS	Fenômeno negação (não lembrar que deu a resposta ou onde ela se localiza)						
22	OUTROS:							

### III – TABELA PARA CONSULTA COM AS SIGLAS EMPREGADAS NOS DIVERSOS SISTEMAS:

CODIFICAÇÕES	SISTEMA KLOPFER	SISTEMA FRANCÊS	SISTEMA EXNER	SISTEMA BECK
<b>• Localizações:</b>	<b>Localizações:</b>	<b>Localizações:</b>	<b>Localizações:</b>	<b>Localizações:</b>
No todo da figura	G	G	W	W
No detalhe frequente	D	D	D	D
No detalhe pequeno / incomum	Dd	Dd	Dd	Dd
No detalhe em branco	S	DbI	S	s
<b>• Determinantes:</b>	<b>Determinantes:</b>	<b>Determinantes:</b>	<b>Determinantes:</b>	<b>Determinantes:</b>
Forma	F +, F -, F + -	F +, F -, F + -	F	F+, F-
Movimento humano	M+, M-, M+-	K, kp	M	M
Movimento animal	FM	kan	FM	FM
Movimento inanimado de objeto ou forças da natureza	Fm, mF, m	kob	M	
Cor cromática	FC, CF, C	FC, CF, C	FC, CF, C	FC, CF, C
Cor acromática	FC', C'F, C'	FC', C'F, C'	FC', C'F, C'	FY, YF, Y (cinza)
Disforia, sensação de mal estar provocada pela mancha		FClob, ClobF, Clob		
Sombreado, esfumado	FK, KF, K (perspectiva, difusão) Fk, kF, k (bidimensional) Fc, cF, c (textura)	FE, EF, E (esfumado, com aspectos de perspectiva, profundidade ou textura)	FT, TF, T (textura) FV, VF, V (perspectiva) FY, YF, Y (sombreado)	FT, TF, T (textura) FV, VF, V (perspectiva) FY, YF, Y (sombreado)

## Apêndice 4: carta de apresentação



CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PESQUISA

Belo Horizonte, ..... de 2015.

Ao ...

Vimos por meio desta, solicitar autorização para contatar os membros dessa organização. O objetivo do contato é fazer um convite para que participem voluntariamente da pesquisa intitulada “Estudo normativo com o teste de Zulliger em Belo Horizonte”, desenvolvido pelo psicólogo, aluno do programa de doutorado em Psicologia da UFMG, *Marcelo Augusto Resende*, sob a orientação da professora Elizabeth do Nascimento.

O estudo encontra-se devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UFMG, sob o parecer nº **CAAE** 29428814.7.0000.5149, e pretende normatizar o referido teste para a população adulta de Belo Horizonte. Os participantes serão pessoas adultas, maiores de 18 anos, de ambos os sexos, e que exerçam quaisquer cargos ou funções.

Todos os procedimentos de coleta se darão no próprio local e serão organizados de forma a contemplar e respeitar a rotina da organização envolvida. A condução das atividades estará a cargo do doutorando pesquisador e de alunos do curso de Psicologia da PUC MINAS, devidamente treinados para esse fim.

Para a coleta, está prevista a aplicação de um questionário para levantamento de informações demográficas e funcionais básicas, com duração de 10 minutos; e a aplicação individual, com duração estimada em 30 minutos, do teste de Zulliger, em local sigiloso cedido pela organização.

Antes da testagem, toda natureza da pesquisa e da avaliação será cuidadosamente explicada. A participação estará condicionada à assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), com vistas a resguardar direitos e deveres do participante e dos pesquisadores, bem como isentando a empresa/organização de qualquer responsabilidade. É importante enfatizar que as respostas a serem dadas no questionário e instrumento psicológico envolvem procedimentos de tipo "lápiz e papel", não constituindo nenhum risco

à saúde física e mental dos participantes.

**Os dados individuais obtidos serão tratados com absoluta segurança e analisados em conjunto com os dos outros participantes da pesquisa de forma a manter as identidades em sigilo. Assegura-se, portanto, o completo anonimato, ficando, inclusive, todo o material de coleta armazenado em local seguro.**

Os resultados da pesquisa serão utilizados em trabalhos científicos, publicados ou apresentados oralmente em congressos, bem como em uma tese de doutorado, **mantendo-se a garantia do sigilo e da confidencialidade dos dados.**

Contamos com sua compreensão e valiosa colaboração para execução dos objetivos acima explicitados.

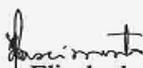
Desde já, agradecemos sua atenção, subscrevendo-nos,

Atenciosamente,



Marcelo Augusto Resende

Psicólogo, CRP 04/4801, doutorando em Psicologia pela UFMG, e professor da PUC MINAS. Rua Walter Ianni, 255, PUC São Gabriel, tel: (31) 3439-5236, e-mail: [psiresende@gmail.com](mailto:psiresende@gmail.com)



Prof. Dra. Elizabeth do Nascimento

CRP 04/7284 orientadora da pesquisa, professora do Departamento de Psicologia da UFMG. Av. Antônio Carlos, 6627, FAFICH-UFMG, sala 4048, tel. (31)3409-6275, e-mail: [bethdonascimento@gmail.com](mailto:bethdonascimento@gmail.com)

## Apêndice 5: Lista de indicadores de aptidão no Zulliger

Nº	INDICADOR	SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
1	Presença de controle emocional: FC > C + CF			
2	Ausência de fenômenos da psicose: (confabulação / contaminação)			
3	Ausência de agressividade aumentada: (conteúdos e cinestésias agressivas)			
4	Presença de controle racional F% de 50% a 70%			
5	Presença de Juízo crítico: F+ > ou = 70%			
6	Presença de Adaptação à realidade: Ban = 2 a 3 por protocolo			
7	Presença de Maturidade social: H > (H) + (Hd) + Hd			
8	Ausência de percepções paranóides: (máscara, olhos, sombra, etc.)			
9	Ausência de Depressão / Angústia: (conteúdos desvitalizados, coartação, R , etc.)			
10	Presença de Adaptação social: H na III			
11	Ausência de Ansiedade: (R , Dd , F-)			
12	Ausência de oposicionismo: (Dbl, fenômeno recusa, inversão de posição do cartão)			
13	Empatia cinestesia humana no teste M (12 a 25 %)			
14	Ausência de Bloqueio emocional: C = 0, coartação			
15	Presença de Visão Global e Capacidade de síntese: G de 13 a 38%			
16	Presença de Visão em detalhe, capacidade de análise: D de 40 a 60%			
17	Presença de conteúdo humano: H > 0			
18	Presença de produtividade e comprometimento: R > 4			
19	Ausência de esquecimento de respostas: fenômeno negação			
20	Presença de capacidade de análise em detalhes incomuns: Dd			
21	Presença de interesses diversificados: > 3 tipos de conteúdos			
22	Ausência de indicadores de impulsividade: TL , FC < C + CF, TMR			
23	Ausência de indicadores de tendência suicida: C', (FC' < C' + C'F), indícios de depressão			
OUTRO				
	<b>RESULTADO</b>			